ÍNDICE

2.5.3 - Meio Socioeconômico 1/154

2.5.3.1 - Metodologia e Aspectos da Pesquisa..... 1/154

2.5.3 - Meio Socioeconômico

2.5.3.1 - Metodologia e Aspectos da Pesquisa

O presente estudo responde às designações do Termo de Referencia 26/08, emitido pelo CGPEG/IBAMA para a para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental para a atividade de perfuração marítima nos blocos BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59. A estrutura do documento respeita a ordem sugerida pelo órgão ambiental, concernente aos temas relacionados à aos modos de vida e organização social das populações que poderão, de algum modo, sentir os efeitos das atividades de perfuração marítima exploratória em questão.

A ampla pesquisa bibliográfica realizada buscou subsídios não apenas nas instituições públicas produtoras de informações e estatísticas, em níveis federal, estadual e municipal, como também em estudos acadêmicos e demais fontes. As bases estatísticas foram devidamente referidas no início de cada item do presente diagnóstico. As demais fontes aparecem citadas ao longo do trabalho.

A identificação dos grupos sociais da área de influencia atividade de perfuração marítima exploratória nos Blocos BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59 baseou-se na realização de trabalhos de campo anteriores, pela equipe da Ecology Brasil, nos anos de 2005 e 2006, na mesma área.

Entrevistas em grupo *in situ* e entrevistas individuais semi-estruturadas permitiram aceder aos discursos dominantes da população local e dos demais grupos sociais da área de influencia deste empreendimento. A partir dessa aproximação, põe-se em evidência a complexidade que reside na distinção entre a percepção dos atores, seus discursos e suas práticas.

a) Uso e Ocupação do Solo

Dois municípios do Rio de Janeiro: contrastes entre metrópole e costa verde

Dois municípios do estado do Rio de Janeiro compõem a área de influencia atividade de perfuração marítima exploratória nos Blocos BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59: Niterói e Paraty. Dois municípios bem diferentes e distantes sobre diversos pontos de vista. O primeiro servirá como porto para os barcos de apoio, que realizarão viagens até a zona de perfuração petrolífera. O segundo, é um dos municípios confrontantes à área dos Blocos BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59.

Niterói contém áreas urbanas complexas, com presença de usos residenciais, comerciais, de serviços e industriais. As áreas litorâneas são as áreas nobres deste município, onde predominam os usos residenciais, comerciais e de serviços de padrão monetário mais elevado. Niterói forma parte da área metropolitana de Rio de Janeiro, e, em sua área litorânea, ainda se desenvolve uma importante atividade pesqueira.

Sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e seu menor custo residencial, a converteu em uma outra opção de ocupação para os cariocas.

Segundo se pode apreciar no **Quadro 2.5.3-1**, existe uma diferença marcante entre as porcentagens de floresta densa, ainda preservada em ambas as cidades, Niterói e Paraty. No caso de Niterói – para o ano de 1994 -, a floresta alcançava 26% da área de seu território. Se bem se trata de um assentamento urbano de alta densidade populacional, essa cidade mantinha cerca de 10% a mais de florestas em relação à média estadual (16,6%). Esse dado é significativo, se relacionado com a percentagem média de áreas urbanizadas do Estado (4,2%), que representa uma magnitude muito menor aos 39% da urbanização territorial que Niterói apresenta.

Em troca, em Parati, a floresta significava 88,8% de seu território. A área urbana, por sua vez, estava reduzida a ocupação de apenas 0,5% de suas áreas.

Nenhum dos municípios apresentava uma área de exploração agrícola relevante – em Niterói não havia este tipo de uso e em Paraty a mesma alcançava apenas 2,3% de seu território (provavelmente, relacionado às áreas dedicadas ao cultivo de mandioca e outros alimentos de subsistência das populações caiçaras).

Quadro 2.5.3-1 - Uso e Ocupação dos municípios em estudo – RJ, 1996 (%)

Municípios	Área de Matas e Vegetação					Área Antropizada				
	Floresta Ombrófila densa	Formações pioneiras	Corpos d'água	Afloramento rochoso e campos de altitude	Vegetação secundária	Área urbana	Área agrícola	Pastagem	Área degradada	Outros
Estado	**16,6**	**4,3**	**2,3**	**0,5**	**15,5**	**4,2**	**9,4**	**44,5**	**1,2**	**1,4**
Niterói	26,0	1,5	2,8	1,2	24,3	39,4	0,0	1,2	3,5	**0,1**
Parati	88,8	1,3	0,1	0,2	0,7	0,5	2,3	6,0	0,0	**0,0**

Fonte: Fundação CIDE. Mapa de Uso e Cobertura do Solo. Estado do Rio de Janeiro - 2001.

Se passarmos para análise da evolução do uso e ocupação desses municípios, no **Quadro 2.5.3-2,** notaremos que em ambos ocorreu um crescimento urbano em detrimento às áreas de floresta. Niterói, no ano de 2001, apresenta um decréscimo da porcentagem de suas áreas de floresta, em relação às áreas urbanas, que passaram a ocupar 13,72% de seu território. Ainda que a floresta tenha sido reduzida em função do aumento da ocupação urbana, seu percentual segue acima da media estadual, que também reduziu sua magnitude absoluta (9,14%). Pode-se dizer que esse processo segue uma tendência observada em todo país, onde o crescimento das cidades é responsável pelo aumento das taxas de desmatamento.

No caso de Parati, o mesmo fenômeno de crescimento urbano pode ser notado. A zona urbana apresentou, no ano de 2001, 2% do total de ocupação do seu território, o que implica um crescimento de 400% em relação a 1994. O retrocesso das áreas de floresta em Parati, não apenas se explica pelo crescimento urbano. As terras de pastoreio passaram de 6% do território em 1994 à 10% em 2001. Esse mesmo processo foi observado em Niterói, onde as terras de pastoreio se multiplicaram por 5 e passaram a representar 5,3% de seu território).

Em contraste ao município de Niterói, Parati possui um elevando grau de conservação ambiental, e, portanto, uma grande vocação para o desenvolvimento do turismo. Soma-se a isso o fato de possuir metade de sua população residindo em áreas consideradas rurais.

Associado ao elevado grau de preservação de sua cobertura vegetal, se destaca a presença do Parque Nacional da Serra da Bocaina. As áreas verdes respondem por 84,5% do uso do solo na região. As áreas urbanas têm expressão bastante reduzida na região, representando 2,4% do uso do solo. A área urbana de Parati é principalmente destinada ao uso residencial, à infra-estrutura turística e ao comércio, serviços e a um importante porto de iates.

Quadro 2.5.3-2 - Uso e Ocupação dos municípios em estudo – RJ, 2001 (%)

Municípios	Floresta	Floresta aluvial	Manguezal herbáceo	Manguezal arbóreo	Restinga arbórea	Restinga arbórea inundável	Restinga arbustiva	Restinga herbácea	Savana estépica	Campo herbáceo	Campo arbustivo	Campo de altitude	Vegetação secundária/ estágio avançado	Vegetação secundária/ estágio inicial a médio	Área degradada	Solo exposto	Afloramento rochoso	Praia, duna ou banco de areia	Área urbana	Cultura	Campo / Pastagem	Rio de margem dupla	Lagoa	Lagoa
Estado	**9,1**	**0,5**	**0,1**	**0,4**	**0,1**	**0,2**	**0,4**	**1,5**	**0,0**	**0,5**	**0,5**	**0**	**8,9**	**9,6**	**0,3**	**0,0**	**0,3**	**0,2**	**6,3**	**9,5**	**49,4**	**0,7**	**1,3**	**0**
Niterói	13,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	**0**	5,2	6,2	0,7	0,0	0,2	0,8	63,7	0,0	5,5	0,0	3,3	**0,09**
Parati	70,4	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	**0**	1,8	14,2	0,0	0,0	0,0	0,2	2,0	0,4	10,8	0,0	0,0	**0**

Fonte: Fundação CIDE. Mapa de Uso e Cobertura do Solo. Estado do Rio de Janeiro - 2001.

Na Costa Verde temos ecossistemas litorâneos e costeiros bem conservados, incluindo manguezais, restingas, praias, costões rochosos e sistemas estuarinos, com grande importância para a pesca e para a maricultura, além do que já foi dito em relação ao recurso turístico extremamente relevante para o desenvolvimento econômico da região.

Existem diversos instrumentos reguladores de suas áreas de relevância ecológica – Unidades de Conservação. A região conta ainda com o Programa de Gestão para o Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável da Bacia Contribuinte à Baía da Ilha Grande, que envolve os municípios de Parati e Angra dos Reis.

Região do Litoral Norte de São Paulo (Costa Verde paulista)

A região Litoral Norte do estado de São Paulo, constituída pelos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela encontra-se integralmente incluído na AII do projeto, entretanto, tais municípios não sofrerão impactos diretos e indiretos decorrentes das atividades do empreendimento, de acordo com o mapeamento das áreas de pesca (Item 2.4 - Área de Influência da Atividade). Estes municípios foram inseridos na área de influência por serem considerados apenas confrontantes com os blocos exploratórios da OGX.

O Litoral Norte apresenta características bastante homogêneas entre seus municípios. Sua beleza cênica, aliada ao patrimônio histórico presente na região, confere-lhe uma vocação predominantemente turística.

A cobertura vegetal atinge cerca de 86% de seu território, pertencentes aos Parques Estaduais da Serra do Mar e de Ilhabela. Seu litoral muito recortado, apresenta inúmeras praias e baías abrigadas.

É incipiente o uso agrícola, que ocupa cerca de 3,2% de seu território, assim como o de pastagens, ocupando 5,5% do território.

Quadro 2.5.3-3 - Uso e Ocupação dos municípios em estudo – SP, 2001 (%)

Municípios	Cobertura vegetal	Área urbana	Área agrícola	Pastagem
Caraguatatuba	0,86	0,043	0,032	0,055
Ilhabela				
São Sebastião				
Ubatuba				

As áreas urbanas, predominantemente localizadas na faixa litorânea, utilizam 4,3% do território do Litoral Norte. O uso urbano é predominantemente domiciliar, sendo maior a presença de domicílios temporários, utilizados pelo turismo de veraneio, sobre a de domicílios permanentes. A infra-estrutura turística, o comércio e os serviços completam o quadro dos usos urbanos. Cabe assinalar a presença do Porto de São Sebastião e do Terminal Almirante Barroso – TEBAR, da Petrobras, no município de São Sebastião.

Três prefeituras (Ubatuba, Caraguatatuba e Ilhabela) já têm seu plano diretor aprovado; o Prefeito de São Sebastião enviou, este ano, o projeto de plano de diretor municipal à Câmara de Vereadores. A região conta com o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte, regulamentado pelo decreto estadual 49.215, de 7 de dezembro de 2004, e está em processo de elaboração um Plano de Ação e Gestão, sob a responsabilidade do Grupo Setorial do Litoral Norte, composto por 24 representantes - oito do Estado, oito das prefeituras municipais e oito da sociedade civil.

O padrão ocupacional de Ubatuba segue, predominantemente, um traçado em quadrículas. A cidade se encontra marcada pela topografia das serras; quando a urbanização adentra as encostas dos morros, o traçado se torna topográfico, por mais que isso ocorra em um espaço marginal. Desenvolvida, principalmente, no entorno de sua baía, quase todas as habitações encontram-se nas margens da rodovia BR-101 (Rio-Santos) e na costa, conformando uma franja que não supera, em sua máxima largura 3 km. O grosso dos estabelecimentos turísticos se encontra na costa, principalmente, pousadas, hotéis e restaurantes. As estradas, o aeroporto e o acesso marítimo marcam a boa acessibilidade do município.

São Sebastião abriga um importante porto petrolífero, graças a sua natureza, o seu canal de acesso configura-se como uma das melhores áreas para instalação portuária do Brasil. A produtividade portuária é de 400.000 toneladas por ano. Na área portuária é possível observar depósitos de petróleo e oleodutos. A urbanização de São Sebastião se desenvolveu ao largo da costa, ao modo de uma franja com interrupções. Perpendicular a franja costeira existem múltiplas urbanizações, que se adentram na serra. O traçado é misto, por mais que majoritariamente topográfico.

Ilhabela é um município absolutamente insular. A urbanização se encontra sobre a zona leste da ilha principal do arquipélago. Sua urbanização responde a topografia e a um uso do solo marcado pelos acidentes geográficos. Grande quantidade de atracadouros borda a ilha, tecendo uma relação da urbanização com as suas marinas. Se o porto do município vizinho de

São Sebastião assume as características de um grande porto petrolífero, os atracadouros de Ilhabela estão dedicados, fundamentalmente, a atividade turística.

O município de Caraguatatuba tem, em sua parte urbana, um desenvolvimento típico de uma cidade balneária, que procura adaptar a topografia ao planejamento urbano. Possui bons acessos e serviços turísticos (bem distribuídos, como uma maior presença na zona central da cidade), mas em menor quantidade relativa aos municípios de Ubatuba e Ilhabela.

Para toda a área da Costa Verde paulista, é importante considerar as formas tradicionais de uso do solo, no que tange às atividades produtivas primárias, levadas a cabo pelas populações caiçaras. Mais adiante, a agricultura e a pesca tradicional serão analisadas em detalhe.

b) Grupos de Interesse

A identificação dos grupos de interesse na área de influência do empreendimento teve como base inicial a pesquisa realizada para a identificação do público-alvo (setores direta e indiretamente afetados ou interessados) do Programa de Comunicação Social das atividades de Perfuração Exploratória nos Blocos BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59. Os dados produzidos neste trabalho foram obtidos em pesquisa de campo realizada em junho de 2006 e atualizados a partir de outros trabalhos realizados pela Ecology Brasil, além de consultas a fontes secundárias, foram a base para a identificação dos grupos de interesse dos outros municípios integrantes da Área de Influência do empreendimento.

Foram considerados como principais grupos de interesse do empreendimento: as prefeituras municipais da área de influência; as instituições governamentais estaduais e municipais que têm atribuições em relação à pesca e ao turismo; as federações, associações e colônias de pesca, as entidades vinculadas ao turismo e as organizações de defesa ambiental.

Os grupos de interesse na área de influência fluminense e paulista são identificados, respectivamente, no **Quadro 2.5.3-4,** no **Quadro 2.5.3-5** e no **Quadro 2.5.3-6**, apresentados a seguir, com exceção das entidades ambientalistas, apresentadas em seguida.

Quadro 2.5.3-4 - Grupos de Interesse dos municípios do estado do Rio de Janeiro

Entidades	Endereço
Niterói	
Secretaria Estadual de Agricultura Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento Interior	Secr. Alberto Messias Mofati Alameda São Boa Ventura, 770 - Fonseca - Niterói - CEP: 20240-191 - Tel.: (21) 2122-9995

Entidades	Endereço
Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro	Rua Visconde do Rio Branco, 102 - Ponta da Areia – Niterói CEP: 24.020-000 Tel.: (21) 2629-7178
Sindicato dos Armadores de Pesca do Rio de Janeiro - SAPERJ	Pres. José Inácio Rua Engenheiro Fabio Goulart, 605 - Ilha da Conceição - Niterói - CEP: 24.050-090 Tel.: (21) 2621-8488
Sindicato da Indústria de Pescado no Estado do Rio de Janeiro	Rua: Visconde de Uruguai, 535/9° andar – Centro - Niterói CEP: 24.030-077
Parati	
Prefeitura Municipal de Parati	Pref. José Carlos Porto Neto Alameda Princesa Isabel, s/n Pontal - CEP: 23.970-000 - Tel.: (24) 3371-1844
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Pesca e Agricultura	Secr. Marco Antonio de Paula Silva Alameda Princesa Isabel, s/n – Pontal CEP: 23.970-000 - Tel.: (24) 3371-1844
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	Secr. Benedito Melo Av. Roberto Silveira, 1 – Centro - CEP: 23.970-000 Tel.: (24) 3371-1222
Colônia de Pescadores Z-18	Pres. Júlio César S. Dutra R. Matriz, 27 – Centro Histórico - CEP: 23.970-000 Tel.: (24) 3834-1000

Fonte: Elaboração própria, 2008.

Quadro 2.5.3-5 - Grupos de Interesse dos municípios do estado de São Paulo

Entidades	Endereço
Caraguatatuba	
Prefeitura Municipal de Caraguatatuba	Pref. José Pereira de Aguilar Júnior R. Luis Passo Jr., 50 - Centro - CEP: 11.660-270 Tel: (12) 3897-8100
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	Secr. Auracy Mansono Filho R. Luis Passo Jr., 50 - Centro - CEP: 11.660-270 Tel: (12) 3897-8100
Secretaria Municipal de Turismo e Fomento	Secr. Ricardo de Lima Ribeiro Av. Dr. Arthur da Costa Filho, 457 - Centro - CEP: 11.660-220 - Tel: (12) 3882-6190 / 9845-0890
Colônia de Pescadores Z-8 - Benjamin Constant	Pres. Odair Ezequiel dos Santos R. Sergipe, 1.021 – Indaiá - CEP: 11.675-190 Tel.: (12) 3883-3976
IBAMA - Escritório Regional de Caraguatatuba	R. Sergipe, 1.021 – Indaiá - CEP: 11.675-190

Entidades	Endereço
Ilhabela	
Prefeitura Municipal de Ilhabela	Pref. Manoel Marcos de Jesus Ferreira R. Pref. Mariano Procópio de Araújo Carvalho, 86 Perequê CEP: 11.630-000 Tel.: (12)3896-9200
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secr. Maria Inês Fazzini Biondi - R. Pref. Mariano Procópio de Araújo Carvalho, 86 Perequê – CEP: 11.630-000 Tel.: (12) 3896-9265
Secretaria Municipal de Turismo e Fomento	Secr. Ricardo Fazzini Rua Dr. Carvalho, 80 – Centro - CEP: 11.630-000 Tel.: (12) 3896-2440
Colônia de Pescadores Z-06 - Senador Vergueiro	Pres. Roberto Lourdes do Nascimento Av. Dr. Carvalho, 150 – Centro - CEP: 11.630-000 Tel.: (12) 3896-2762
São Sebastião	
Prefeitura Municipal de São Sebastião	Pref. Juan Manoel Pens Garcia R. Sebastião Silvestre Neves, 214 – Centro - CEP: 11.600-000 Tel.: (12) 3891-2000
Secretaria de Obras, Infra-estrutura e Meio Ambiente	Secr. Thales Guilherme Carlini R. Amazonas, 13 – Centro - CEP: 11.600-000 Tel.: (12) 3892-1568 / 3892-1568
Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura	Secr. Júlio César Elias Buzi Av. Altino Arantes, 174 - Centro - CEP: 11.600-000 Tel.: (12) 3892-1808 / 3892-2620
Colônia de Pescadores Z-14 - Almirante Tamandaré	Pres. Guilmer C. Puertas Tavares (não possui sede) Tel.: (12) 9767-2994 e-mail: coloniapesca@uol.com.br
COOPREPESCASS - Cooperativa de Pesca de São Sebastião	Pres. Leonardo kAzohiro Omori Rua Martins de Val, 346 - São Francisco CEP: 11.600-000 Tel.: (12) 3862-2103
IBAMA - Estação Ecológica de Tupinambás	Rua Antônio Cândido, 214 - CEP: 11.600-000 Tel.: (12) 3892-5573

Fonte: Elaboração própria, 2008.

Quadro 2.5.3-6 - Grupos de Interesse dos município do estado de São Paulo (continuação)

Entidades	Endereço
Ubatuba	
Prefeitura Municipal de Ubatuba	Pref. Eduardo de Souza César Av. Dona Maria Alves, 865 - Centro CEP: 11.680-000 Tel.: (12) 3834-1000
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	Secr. Valéria Cress Gelli Av. Dona Maria Alves, 865 - Centro CEP: 11.680-000 Tel.: (12) 3834-1000

Entidades	Endereço
Secretaria Municipal de Turismo	Secr. Luis Felipe de Azevedo Av. Iperuigui, 331 - Centro - CEP: 11.680-000 Tel.: (12) 3833-5229 / 3833-7300
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secr. Paulo Roberto Pires R. Maranhão, 536 - Centro - CEP: 11.680-000 Tel.: (12) 3833-4541
Colônia de Pescadores Z-10 - Ministro Fernando Costa	Pres. Caca R. Gastão Madeira, 120 – Centro CEP: 11.680-000 Tel.: (12) 3833-1245
Projeto TAMAR - sede regional	Resp. Berenice Maria Gomes Gallo R. Antonio Atanázio, 273 – Itaguá CEP: 11.680-000 Tel.: (12) 3832-6202 / 3832-7014
Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo – Base de Ubatuba	Resp. Márcio Mário dos Santos Rodovia Caraguatatuba, km 250 - CEP: 11.680-000 Tel.: (12) 3842-1139
Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto de Pesca de São Paulo	Dir. Ricardo Toledo Lima Pereira Prof. Joaquim Lauro Monte Claro, 2.275 – Itaguá CEP: 11.680-000 Tel.: (12) 3832-1254
Coordenadoria Regional Litoral Norte do Instituto Florestal (gerência de unidades de conservação Estadual)	Coord. Viviane Coelho Ruchianeri Rua Cunhambebe, 521 – Centro - CEP: 11.680-000 Tel.: (12) 3832-4149

Fonte: Elaboração própria,2008.

Dar-se-a um destaque aos grupos de interesse da pesca, uma vez que a atividade pesqueira é uma das mais importantes atividades econômicas da área de influência do projeto, fonte de sustentação de uma parcela considerável da população residente nos seus municípios.

Contudo, nas últimas três décadas, com a implantação de parques industriais e a crescente densidade populacional das zonas urbanas, situadas nas proximidades da zona costeira, a atividade pesqueira passou a encontrar inúmeras dificuldades para se desenvolver na região. Os impactos associados à implantação dos projetos industriais resultaram na consolidação de uma memória de passivos ambientais e sociais, os quais, atualmente, são incorporados as “bandeiras” e “lutas” das organizações representativas do setor pesqueiro.

Nos últimos anos, em função da reformulação da política pesqueira nacional – que culminou na criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP - vê-se uma maior mobilização do setor pesqueiro em torno das entidades representativas. Além das Colônias de Pescadores, entidade sindical da atividade pesqueira, às associações de pesca também foi concedida a atribuição de adquirir os direitos trabalhistas dos pescadores, como a aposentadoria, o seguro defeso e outros.

No grupo de interesse da pesca, nota-se o surgimento e o fortalecimento das associações de pesca, em detrimento ao poder de mobilização das colônias, que perderam muito de sua representatividade nos últimos anos. Embora as colônias permaneçam com um número maior de associados, eles não conformam uma unidade coesa e participativa nos processos de decisão dessas entidades. As associações, ao contrário, possuem um menor número de membros e uma maior coesão de interesses entre seus membros. As formas de organização social das colônias e associações da área de influência do empreendimento serão apresentadas no próximo item.

Outro traço marcante da organização social das entidades de pescadores é a sua vinculação com a administração pública e a política local. Nas últimas décadas, se nota uma participação maior dos dirigentes pesqueiros na política formal: dirigentes que se tornam presidentes de unidades locais de algum partido político, dirigentes que exercem cargos em secretarias municipais – na maioria das vezes relacionadas ao meio ambiente, dirigentes que se tornam vereadores etc.

As organizações FEPESP o FEPERJ são consideradas como grupos de interesse da pesca, uma vez que possuem uma atuação de abrangência estadual e se caracterizam pela reunião dos representantes das organizações locais. Essas entidades atuam por meio do apoio técnico e institucional às entidades de pesca. Quando se envolvem institucionalmente nos conflitos com outros atores, possuem um grande poder de mobilização social e adquirem um maior alcance em suas ações, uma vez que essas envolvem o reconhecimento de um agrupamento de organizações com cobertura em toda a área de influência. Além disso, essas organizações possuem um canal direto de interlocução com o poder público. Mais detalhes sobre a organização social dessas entidades serão apresentados no próximo item.

Outro grupo de interesse de grande importância para esse empreendimento constitui-se pela reunião das organizações de defesa ambiental, atuantes, especialmente, na região da Costa Verde – fluminense e paulista, onde os ecossistemas ainda se mantêm num alto padrão de conservação e representam uma parcela importante dos territórios municipais.

O **Quadro 2.5.3-7**, apresentada a seguir, identifica as principais entidades ambientalistas com atuação na Área de Influência do empreendimento. Os detalhes sobre as formas de organização social desses grupos serão apresentados no próximo item do presente relatório (c).

Quadro 2.5.3-7 - Grupos de Interesse de ONGs ambientalistas dos municípios da área de influência.

Município	ONG
Niterói	Associação de Proteção a Ecossistemas Costeiros - APREC
	Instituto Baía de Guanabara - IBG
Parati	Associação de Moradores e Amigos de Mamanguá – AMAM
	Grupo Ecológico Aracary de Paraty
Ilhabela	Associação Centro Cultural Museu do Caiçara de Ilhabela - ACCMCI
	Ilhabela.Org
Caraguatatuba	Associação Caiçara Juqueriquerê - ACAJU
	Associação de Amigos do Grande Parque Ecológico e Turístico de Caraguatatuba
	Instituto Ambiental Ponto Azul
São Sebastião	Ambiental Litoral Norte - ALNORTE
	Caetê Ecolazer Educação Ambiental E Ecoturismo
	Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar - FUNDAMAR
	Grupo de Proteção à Natureza - GPN
	Instituto Educa Brasil
	Instituto Gondwana
	Instituto Terra & Mar - ITM
	Sociedade Amigos da Praia de Maresias - SOMAR
	Sociedade Amigos de Cambury - SACY
Ubatuba	Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta
	Fundação Centro Brasileiro. de Proteção e Pesquisa. das Tartarugas Marinhas
	Guardiões do Meio Ambiente - GMA
	Instituto Costa Brasilis - Desenvolvimento Sócio-Ambiental
	Movimento em Defesa de Ubatuba - Pela Vida e Pela Paz - MDU
	Natureza & Ciência Ecológica
	Sociedade Amigos da Praia do Lázaro - SAL

Fonte: Elaboração própria, 2008.

c) Organização Social

Esse item será dedicado à descrição das formas de organização de parte dos atores sociais da área de influência do empreendimento. Tratam-se dos grupos que poderão ter uma maior interação com as atividades de perfuração dos Blocos BM-S-56,57,58 e 59, ou mesmo, com a empresa, durante o processo de licenciamento ambiental.

As principais entidades descritas serão aquelas relacionadas à organização do setor pesqueiro. Primeiro serão apresentadas aquelas que estruturam o setor em nível estadual, os sindicatos e as federações de pesca. Em seguida, serão descritas as formas de organização social das comunidades pesqueiras dos municípios da área de influência.

O outro conjunto de atores que merecerá destaque é o das entidades ambientalistas. Essas entidades costumam seguir um padrão de organização social, o qual será descrito em seguida.

c.1) Organizações de Pesca de Representação Estadual

Sindicato dos Armadores do Estado do Rio de Janeiro

O Sindicato situa-se no pátio do entreposto pesqueiro de Niterói, que também abriga duas outras entidades: o Sindicato dos Pescadores do RJ e do ES e a Associação dos Pregoeiros de Pesca de Niterói – APPANIT, responsável pela administração do complexo do porto e do mercado; além de uma fábrica de gelo Shopping do Mar.

Existem 650 embarcações associadas ao sindicato em todo o estado, dentre as quais 150 têm mais de 20 metros de comprimento. A assessora da presidência do sindicato informou que esses dados carecem de atualizações - muitas embarcações já afundaram ou não estão mais em circulação; outras ainda não foram registradas. Para cada embarcação podem existir vários proprietários, principalmente no caso das maiores.

A frota do sindicato navega até 200 milhas náuticas e a pesca é praticada em diversas profundidades. As principais modalidades são: arrasto, linha de fundo, *long-line*, meca, rede de cerco e rede de fundo.

Normalmente, essas embarcações fazem uma média de duas viagens por mês, permanecendo até 12 dias no mar, dependendo das condições marítimas e volume pescado. A despesa de abastecimento gira em torno de R$ 13.000,00, entre óleo, gelo, rancho e isca. Tirando a despesa, a produção é dividida entre seis pescadores, que têm direito a 60%, e o armador, que fica com 40%.

Para o sindicato, a estrutura do porto não é suficiente para receber toda a frota que desembarca o pescado ali. Além das embarcações locais, também aportam no entreposto embarcações de outros estados do Brasil, principalmente Santa Catarina e Espírito Santo. O tráfego marítimo no local de desembarque é bastante intenso.

A produção dos associados é quase toda voltada para o mercado interno (70% para o CEASA), uma vez que não possuem estrutura frigorífica para o acondicionamento ideal do pescado, visando a exportação.

Existe um leilão do pescado, realizado na Ilha da Conceição, no improvisado Entreposto de Pesca do Estado. As atividades começam a partir da meia-noite, quando as embarcações são liberadas para atracarem. Os principais dias de venda são de domingo para segunda e de quarta para quinta-feira, sempre a partir das 3 horas da madrugada.

Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FEPERJ

De acordo com a Federação, cerca de 500 mil pessoas no estado vivem direta ou indiretamente da pesca, sendo a grande maioria relacionada à pesca artesanal. Grande parte desses pescadores são associados as colônias de pescadores, que tem representação na Federação. Essa entidade congrega as colônias do estado e as representa também na Federação Nacional, por meio onde os pescadores costumam ter acesso às políticas públicas e governamentais voltadas ao setor. A Federação é um órgão de grande peso político e tem assento em fóruns importantes de decisão, concernentes ao desenvolvimento da atividade pesqueira do país.

O presidente dessa organização mencionou a falta de comunicação existente entre as empresas de petróleo e os pescadores. Segundo ele, "falta transparência". Não se posiciona contra a exploração de petróleo, mas sim, por uma convivência mais harmoniosa. Cita como um bom exemplo o projeto "Recifes Artificiais de Rio das Ostras" da COPPE e da Petrobrás, do qual a FEPERJ foi parceira.

Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo – FPESP

A Federação das Colônias de Pesca do Estado de São Paulo é o órgão representante das colônias de pescadores dos municípios pertencentes ao estado de São Paulo. O presidente dessa entidade é também presidente da Colônia de Pesca Z-01, de Santos, já há cerca de 15 anos. Ambas funcionam no mesmo prédio.

A Federação foi criada em 1920 junto com a Colônia de Pesca de Santos, pelo Ministério das Forças Armadas, cabendo à Marinha a administração e o controle da mesma. De acordo com o relato do presidente, a Federação passou por dois momentos de re-estruturação, um em 1950 e outro em 1996, esse último associado à parceria com à Comissão Pastoral da Pesca – CPP.

Dados da Federação apontam a existência de 48 mil pescadores no estado de São Paulo. Desse total, cerca de 50% são pescadores artesanais, que desenvolvem atividade pelo regime de economia artesanal e/ou familiar, categoria que a entidade representa. Entre eles, cerca de 2.800 pescadores atuariam nas áreas marítimas da Bacia de Santos.

Na percepção do presidente da Federação, os principais problemas sofridos atualmente pelo setor são: a falta de instrução dos pescadores (cerca de 80% dos pescadores são analfabetos), o estado de sobrepesca dos recursos marinhos e a atividade de pesca predatória desenvolvida pelos barcos de arrastos estrangeiros – que arrastam indiscriminadamente diversas espécies e aproveitam apenas o camarão, descartando a fauna acompanhante. Nesse sentido, há um programa em vias de ser implantado pela Secretaria de Pesca, em parceria com o Ministério da Marinha, para monitoramento e fiscalização da costa brasileira. Em relação à sobre-explotação dos recursos pesqueiros, uma das soluções apontadas pelo presidente da Federação, foi a implantação de arrecifes artificiais nas áreas estuarinas.

A Federação possui ampla atuação junto às colônias de pesca. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- Apoio e orientação para obtenção das licenças e carteiras profissionais;
- Cursos de qualificação profissional, com apoio da Marinha e patrocínio da Transpetro – a exemplo do curso de agentes ambientais para atuação no caso de derramamento de óleo;
- Trabalho social junto aos catadores de caranguejos, mariscos e bóias-fria;
- Jornal da Colônia, informando a atuação e eventos nos municípios.

Segundo o presidente da Federação, três ações são necessárias para efetiva melhora do setor pesqueiro no Brasil. São elas: qualificar o pescador para pesca oceânica; investir na aqüicultura; e ações de recuperação ambiental dos ecossistemas, em especial os berçários reprodutivos.

Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo

Segundo o presidente do Sindicato, existem 120 embarcações associadas à entidade em todo o Estado. Em sua maioria, as embarcações cadastradas possuem mais de 20 metros de comprimento e todas atuam na pesca industrial. As embarcações registradas dedicam-se à captura de sardinha, atum e principalmente o camarão-sete-barbas. Cada embarcação leva entre 12 pescadores, como os sardinheiros, até 6 pescadores como as embarcações camaroeiras.

Normalmente, essas embarcações fazem uma média de duas viagens por mês, permanecendo, conforme as condições marítimas e volume de pescado, até 12 dias no mar. A despesa de abastecimento gira em torno de R$ 13.000,00, entre óleo, gelo, rancho e isca. Tirando a despesa, a produção é dividida entre seis pescadores, que têm direito a 60%, e o armador, que fica com 40%.

Pode-se dizer que o sindicato representa os interesses patronais da pesca.

Sindicato dos Pescadores, Trabalhadores de Pesca e Assemelhados - SP

O sindicato surgiu em 1945, a partir da necessidade de organizar a categoria e ter poder de negociação e reivindicação junto aos empresários de pesca e poder público. O presidente se mantém há 20 anos à frente do sindicato. Ele estima que haja aproximadamente 25 mil pescadores trabalhando na pesca industrial. Desse total, 7 mil seriam sindicalizados.

Atualmente, a atuação do sindicato está centrada nas negociações por melhores salários e melhores condições de trabalho e segurança para os trabalhadores da pesca. O sindicato também atua junto às comissões legislativas, subsidiando na elaboração de normas legais para o setor.

c.2) Organizações de Pesca de Representação Municipal

Município de Niterói

Colônia de Pescadores Z-8

Essa colônia é uma das mais estruturadas e atuantes do Estado do Rio de Janeiro. É formada por um quadro administrativo próprio, incluindo presidente, diretores, consultores e 16 funcionários fixos.

Fonte: Levantamento de Campo,2006.

Quadro 2.5.3-8 - Sede da Colônia de Pescadores Z-8 – Niterói

Estima-se que existam 11.200 pescadores cadastrados no município, praticando diversas modalidades de pesca, sendo as principais (em volume desembarcado): arrasto, linha-de-fundo, espinhel e rede-de-malha.

A área de atuação da Colônia estende-se ao longo de grande parte da Baía da Guanabara, começando na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, e terminando em Itambi, no município de Itaboraí.

É cobrada dos associados uma taxa mensal de R$ 2,00. A principal fonte de arrecadação da colônia vem do aproveitamento do espaço físico disponível. Durante o dia, funciona um estacionamento, aproveitando o movimento do Mercado São Pedro, localizado do outro lado da rua. Já durante a madrugada, o espaço abriga um dos maiores leilões de peixe do Estado. As atividades no pátio começam às 3h da madrugada; os caminhões e demais veículos de compradores e vendedores lotam o entorno da colônia, estendendo-se até o cais da Rua da Lama. Não existe nenhum empecilho para pescadores, atravessadores e pregoeiros de outras regiões venderem seu pescado lá. A única diferença é que pescadores vinculados à colônia pagam uma taxa de 3% para cada volume de pescado comercializado; já atravessadores e pescadores de fora pagam 5% do volume total comercializado. O lance mínimo é de 20 kg para os peixes e 15 kg para os crustáceos. Aquele que der o maior preço leva a mercadoria. Feirantes e comerciantes de vários estados fazem negócio no local. De acordo com informação dada pela FEPERJ, o volume de pescado negociado na colônia varia entre 30 e 50 toneladas por dia.

O presidente da Colônia Z-08, aponta como principais problemas para o desenvolvimento das atividades de pesca no município de Niterói, os seguintes:

- Infra-estrutura precária para a pesca: cais de desembarque, câmaras frigoríficas para armazenamento e conservação adequada do pescado, etc.;
- Falta de linhas de crédito para a modernização da frota pesqueira;
- Poluição das águas;
- Falta de fiscalização das atividades predatórias;
- Falta de projeto de ordenamento das comunidades pesqueiras.

As principais ações visando promover o desenvolvimento do setor, de acordo com o presidente da Colônia Z-08, seriam os investimentos visando melhorar a infra-estrutura do setor pesqueiro e em pesquisas voltadas para a atividade.

Associação Livre de Maricultores de Jurujuba – ALMARJ

A Associação Livre de Maricultores de Jurujuba – ALMARJ está situada no bairro de mesmo nome e possui 200 associados.

A Associação está organizada em torno do sistema de cooperativa, sendo a venda do pescado realizada na própria sede da Associação. Os maricultores e/ou extrativistas levam os mariscos para a Associação, beneficiam, ensacam e a própria associação comercializa o produto para depois dividir a renda pelos associados.

A infra-estrutura da Associação é toda centrada na atividade pesqueira, não disponibilizando qualquer outro tipo de atividade como assistência médica, dentária ou jurídica.

Realiza reuniões freqüentes e apresenta várias demandas para ampliar a maricultura e o centro de beneficiamento de mariscos. Atualmente, a associação está em obras visando para receber o SIF (Selo de Inspeção Federal), o que permitirá a comercialização para todo o Brasil e exterior.

Colônia de Pescadores de Itaipú - Z-7

Durante a década de 90 a Colônia passou por sucessivas crises, chegando a fechar e sendo reativada em 2000. O presidente da Colônia não soube informar ao certo o número de associados, mas estima que cerca de 80 famílias vivem de pesca nas lagoas de Itaipu e Piratininga, onde o principal produto é o camarão.

Fonte: Levantamento de Campo,2006.

Figura 2.5.3-1 - Sede da Colônia de Pesca de Itaipu - Z-27

A jurisdição da colônia estende-se do costão de Santa Cruz à Ponta Negra, em Maricá. Apesar do longo trecho de atuação, a arrecadação da Colônia é pequena, apenas 30% dos pescadores pagam mensalidade no valor de R$3,00. Segundo informações do presidente, a infra-estrutura da Colônia é mantida com o valor arrecado durante a Festa de São Pedro, que ocorre em Junho.

A colônia agrupa profissionais que praticam diferentes modalidades de pesca, que vão desde a pesca de arrasto de praia (semelhante a de algumas praias de Arraial do Cabo), até a pesca de linha de fundo, espinhel de fundo e de superfície e rede de fundo, em mar aberto.

Existem apenas seis barcos de médio porte filiados à colônia, com capacidade de carga entre 3 e 6 toneladas. Grande parte do desembarque é feito na Colônia Z-8 de Niterói. Entretanto, para os pescadores que possuem embarcações menores ou que tem a lagoa como área de pesca o desembarque é feito na própria colônia, em Itaipu ou na praia da Ponta Negra, em Maricá. Apesar do desembarque na colônia, o pescado desembarcado não é controlado ou contabilizado.

O presidente procura fazer reuniões em sua jurisdição, normalmente em Piratininga, Itaipuaçu e Zacarias (sendo as duas últimas localidades em Maricá), para promover um intercâmbio entre os pescadores da região e informá-los sobre financiamentos, documentação necessária e eventuais mudanças na atividade de pesca.

A Colônia recebe o defeso do camarão no período de 1º de março a 1º de maio, mas o presidente não soube informar ao certo quantos pescadores o recebem. Quanto ao financiamento do PRONAF/Pesca, o presidente menciona que a intenção é boa, mas esbarra na burocracia federal e no pouco interesse do Banco do Brasil em repassar a verba, uma vez que, segundo ele, "não ganharia nada por isso".

Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu

A Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia possui 48 associados, dentre pescadores e moradores do bairro. As reuniões são freqüentes. São filiados à UEPA (União das Entidades de Pesca e Maricultura do Estado do Rio de Janeiro) e possuem contato com o grupo de estudos da Universidade Federal Fluminense – UFF que está elaborado o Plano de Manejo da Reserva Extrativista de Itaipu.

A Associação denuncia a ineficácia da fiscalização na costa, que está sendo invadida por barcos japoneses. Possuem propostas de projetos para melhoria e informatização da sede, turismo da pesca, maricultura, beneficiamento de pescado e estaleiro, todos relacionados à atividade de pesca em uma reserva extrativista.

Município de Parati

Colônia de Pesca Z-18

A pesca na região de Parati é a segunda principal atividade econômica do município, estando atrás apenas do turismo. Atualmente, aproximadamente 25 comunidades caiçaras, vivem essencialmente da pesca.

Segundo informações obtidas durante os levantamentos de campo (abril, 2006), a Colônia de Pescadores Z-18 possui, atualmente, em torno de 2.861 pescadores registrados. Além destes, existem ainda cerca de 800 pescadores que atuam na região e que não estão vinculados à Colônia Z-18, totalizando aproximadamente 3.400 pescadores em atividade na região de Parati.

Fonte: Levantamento de Campo,2006.

Figura 2.5.3-2 - Sede da Colonia de Pescadores Z-18 – Parati /RJ

Para os pescadores, os principais problemas da pesca na região de Parati são a falta de recursos e as dificuldades encontradas na liberação de linhas de crédito aos pescadores para a compra ou reforma de embarcações e compra de materiais e equipamentos (redes, GPS, etc.). Além disso, os pescadores identificam a falta de apoio dos governos (municipal e estadual), como um grande empecilho para o desenvolvimento da atividade pesqueira na região.

Segundo depoimento do tesoureiro da Colônia, a pesca tem melhorado muito com a implementação de programas da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP do governo federal, chamando especial atenção para o programa de feira itinerante, na qual é fornecida toda a estrutura (barraca, gelo, caixa térmica) ao pescador para a comercialização direta ao consumidor.

Assim como em Angra dos Reis, o município de Parati vem desenvolvendo vários projetos de cultivo de moluscos (basicamente mexilhões e vieiras). Os principais projetos implantados estão localizados na Joatinga, Bijuquara, Ilha do Algodão e na Ilha dos Cocos. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente vem dando apoio aos produtores com a promoção de cursos e com a orientação para a obtenção de sementes.

Além desses projetos de cultivo de moluscos, a Prefeitura Municipal de Parati, em parceria com o Instituto Arruda Botelho, vêm desenvolvendo o Projeto Robalo que visa o cultivo desta espécie em tanques rede, como mais uma alternativa de produção para os pescadores locais, em função do declínio da pesca na região.

Município de Ubatuba

Colônia de Pesca Z-10

A Colônia Z-10 de Ubatuba, fundada em 1939, foi uma das primeiras colônias de pesca a serem criadas no Estado de São Paulo, indicando a importância da atividade no município. Até hoje Ubatuba se mantém como importante pólo de desembarque pesqueiro e a pesca é a principal atividade dos moradores do local.

De acordo com o levantamento de campo (abril, 2006) realizado junto à Colônia de Pescadores Z-10 de Ubatuba, há atualmente cerca de 2.000 pescadores registrados na entidade. Eles estimam a existência de outros 2.000 pescadores atuantes no município sem vínculo com a entidade, o que totaliza cerca de 4.000 pescadores artesanais e industriais explorando os recursos pesqueiros costeiros em Ubatuba.

Conforme ressaltado pelo presidente, a Colônia atende somente os pescadores artesanais que residem no município. No município, cerca de 30 comunidades caiçaras vivem essencialmente da pesca artesanal, dentre as principais: Camorim, Picinguaba, Ubatumirim, Felix, Praia do Monete, Maranduba, Lagoinha, Praia do Sapê, Cedro, Fortaleza e Perequê-Açu.

Para os pescadores da Colônia Z-10, os principais problemas para o desenvolvimento da atividade são: a falta de um entreposto que integre as regiões de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião, o assoreamento da entrada da Boca da Barra, próxima ao Mercado dos Pescadores - que dificulta a entrada das embarcações nos dias de mar batido - e as embarcações pesqueiras do Rio de Janeiro e Santa Catarina, que pescam com isca-viva, e invadem a área destinada à pesca artesanal (25m) para a captura de sardinha e espécies menores.

Município de Caraguatatuba

Colônia de Pesca Z-08

Segundo informações coletadas junto à Colônia de Pescadores Z-8 de Benjamin Constant, há atualmente cerca de 500 pescadores registrados na Colônia e outros 1.500 que não estão vinculados a esta entidade, atuantes na região de Caraguatatuba, totalizando aproximadamente 2.500 pescadores operando nas atividades de pesca artesanal no município.

Fonte: Levantamento de Campo,2006.

Figura 2.5.3-3 - Sede da Colônia de Pescadores Z-8 – Caraguatatuba

De acordo com as pesquisas de campo realizadas em Caraguatatuba, pode-se afirmar o envolvimento dos pescadores com a Colônia de Pesca é pequeno. Dentre os motivos possíveis está o sitio escolhido para sua localização, distante das principais áreas de atracadouro, embarque e desembarque pesqueiro. Embora a colônia de pesca disponha de caminhão para transporte do pescado. Esse fato pode ter sido responsável pela fundação de associações locais, para representar os interesses dos pescadores dispersos pelo município.

Para os pescadores da Colônia Z-8 os principais problemas da atividade pesqueira da região é a pesca predatória e a falta de fiscalização dos órgãos ambientais. De acordo com o presidente da Colônia, os barcos de pesca industrial não respeitam o limite de pesca em isóbatas acima de 25m imposto pelo zoneamento costeiro, pescando em áreas destinadas exclusivamente a pesca artesanal.

Associação de Pescadores da Praia do Camaroeiro – APPC

A Associação de Pescadores da Praia do Camaroeiro foi criada em 1998 com o objetivo de atender as demandas dos pescadores artesanais dessa localidade. De acordo com as informações coletadas em campo, a maioria dos associados possui embarcações próprias.

Atualmente a Associação de Pescadores da Praia do Camaroeiro possui 90 associados, incluindo empregados da entidade e pescadores.

A associação possui um entreposto de pesca, utilizado pela maioria da frota pesqueira existente no município para embarque e desembarque. No entreposto há

cerca de vinte boxes para comercialização do pescado. A Associação conta também a estação de rádio Base 68, por onde é realizada a comunicação com as embarcações vinculadas à entidade, quando estão no mar.

Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Figura 2.5.3-4 - Instalações da Associação de Pescadores da Praia dos Camaroeiros – SP

De acordo com os pescadores locais, os principais problemas da atividade pesqueira são as embarcações industriais que não respeitam o limite de profundidade de 25m imposto pelo zoneamento costeiro do Estado de São Paulo. Outro problema oriundo da pesca industrial refere-se à seleção e descarte dos peixes, efetuado principalmente pelas embarcações japonesas, as quais capturam o peixe de interesse e descartam no mar a fauna acompanhante, relacionada às espécies sem interesse comercial.

Associação de Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha

Embora essa associação tenha sido fundada por pescadores, atualmente ela é composta basicamente por maricultores. São 40 associados e quatorze famílias vivendo da maricultura.

O principal projeto de cultivo de moluscos (principalmente mexilhões), desenvolvido pela associação, está localizado na Praia de Massaguaçú. A produção anual desse projeto está em torno de 30 a 40 toneladas. Segundo foi informado pelos dirigentes dessa organização, essa produção sofreu um decréscimo em relação ao ano de 2004, quando o resultado foi de 60 t/ano, o que representa uma queda de cerca de 25% em 2 anos.

Ainda assim mantém-se como uma importante atividade do município e até faz parte do calendário de eventos da região, o Festival de Mexilhão de Caraguá, realizado normalmente no mês de setembro, na Praia da Cocanha.

Associação dos Pescadores e Turismo da Zona Sul de Caraguatatuba

A Associação foi criada em 2001 por um grupo de pescadores que trabalhavam como barqueiros nos fins-de-semana e feriados. Com intuito de ordenar tanto a atividade de pesca como os passeios turísticos.

Atualmente a Associação possui 50 associados, a grande maioria são pescadores. Dentre os projetos da entidade, destacam-se a "Escola Naval". A intenção é montar uma escola em parceria com a Marinha, tanto para ministrar cursos de navegação, como também para montar um estaleiro.

Município de São Sebastião

Colônia de Pesca Z-14

Segundo o presidente da Colônia Z-14, existem atualmente cerca de 1.000 pescadores registrados, além de outros 500 pescadores não vinculados à Colônia, totalizando aproximadamente 1.500 pescadores atuando nas atividades de pesca artesanal no município de São Sebastião.

Para os pescadores da Colônia Z-14, os principais entraves para o desenvolvimento das atividades pesqueiras na região de São Sebastião, são: a pesca predatória, o excesso de burocracia para a liberação de documentação dos pescadores locais, a inexistência de seguro para as embarcações pesqueiras e a contradição na legislação vigente, que permite a atuação das parelhas durante o período de defeso do camarão, proibindo esta pesca para os pescadores artesanais.

Além desses problemas levantados, somam-se outros dois que merecem especial atenção, a "briga" existente entre a Prefeitura e a Colônia de Pescadores e os constantes vazamentos de óleo no Terminal Almirante Barroso, da Petrobrás.

De acordo com as informações do presidente da Colônia, até o ano de 2005 a colônia contabilizou 280 vazamentos de óleo, tendo apresentado estes números em processo judicial contra a TRANSPETRO, pedindo indenização de material e utensílios de

pesca. Uma maior e mais eficiente fiscalização nas operações de descarga de óleo no Terminal Almirante Barroso, da Petrobrás, maior disponibilidade de linhas de crédito para o setor pesqueiro artesanal, a implantação do novo programa da pesca da Secretaria de Aqüicultura e Pesca do governo federal, e a fiscalização das embarcações que desrespeitam os períodos de defeso e promovem a pesca predatória, seriam importantes ações a serem implementadas, visando o desenvolvimento da atividade pesqueira na região de São Sebastião, segundo o presidente da Colônia Z-14.

Diversos projetos de cultivo de moluscos (principalmente mexilhões) estão também implantados na região de São Sebastião, estando localizados principalmente na Praia Toque-toque, na Praia do Costão do Navio, na Praia da Enseada, no Bairro de São Francisco e na Ponta do Apoá.

Além da Colônia de Pescadores Z-14, vinculada a ela, há a Cooperativa de Pesca de São Sebastião – COOPERPESCASS. Esta cooperativa conta com 25 associados e é voltada para as atividades de captura de camarão. De acordo com as informações do presidente, a frota pesqueira costuma atuar na costa do município em isobatas de até 26 metros, de acordo com limite para a pesca artesanal imposto pelo Programa de Zoneamento Costeiro do Estado de São Paulo.

Município de Ilhabela

Colônia de Pesca Z-06

De acordo com o presidente da Colônia Z-06, existem atualmente cerca de 480 pescadores registrados e aproximadamente 500 sem nenhum tipo de vínculo com esta entidade, totalizando cerca de 980 pescadores atuando na pesca no município de Ilhabela. Além disso, a entidade tem 110 embarcações registradas e seus representantes estimam a existência de cerca de 210 em atividade no município.

Com sede própria, a colônia possui, desde 1999, um entreposto com 8 boxes de comercialização de pescado. Por não atender a demanda do entreposto, a fábrica de gelo foi doada recentemente à comunidade da Praia do Bonete e a entidade comprará outra com maior capacidade produtiva. Neste local, está a mais antiga comunidade pesqueira da região e cerca de 86 famílias sobrevivem basicamente da pesca.

Para os pescadores da Colônia Z-06, os principais entraves para o desenvolvimento das atividades pesqueiras na região são a pesca predatória, realizada, principalmente, pelos barcos de arrasto de camarão e os constantes problemas advindos dos vazamentos de óleo no Terminal Almirante Barroso, da Petrobrás – considerado como um dos principais problemas tanto para a pesca local, como para o turismo e, principalmente, para o meio ambiente.

Assim sendo, os pescadores desta colônia, também consideram que uma maior e mais eficiente fiscalização nas operações de descarga de óleo no Terminal Almirante Barroso, da Petrobrás, seria importante para a proteção do meio ambiente e dos recursos pesqueiros da região de Ilhabela.

Além disso, os pescadores de Ilhabela e São Sebastião entendem que deveria haver uma mudança da época do defeso do camarão de 01/03 a 31/05, para 01/12 a 28/02, uma vez que é consenso entre os pescadores destas regiões, que, durante este período, é grande a ocorrência de fêmeas ovadas. Segundo o presidente da Colônia Z-06, a falta de um estudo específico sobre a época de reprodução das espécies de camarão comumente capturadas na região vem prejudicando enormemente a pesca.

c.3) Organizações Ambientalistas

As ONGs ambientalistas atuantes na Área de Influência do empreendimento identificam contradições entre a exploração de petróleo na Bacia de Santos e a preservação dos ecossistemas costeiros. Consideram que a presença do importante patrimônio ambiental que caracteriza o litoral fluminense e norte paulista, e que se mantém, ainda, de alguma maneira preservado, é vital não só para a qualidade ambiental da região como para a manutenção das comunidades tradicionais e a consolidação da vocação turística.

Independentemente de grande parte das ONG considerar as atividades de produção e exploração de petróleo como possibilidades de crescimento econômico para o país como fontes geradoras de emprego e renda, existe preocupação quanto aos impactos ambientais decorrentes dos empreendimentos e críticas sobre a política de compensação e distribuição de royalties para a região.

Os membros dessas organizações já possuem uma grande aproximação com as discussões suscitadas por esse tipo situação, onde se põe em debate o planejamento

territorial e a qualidade ambiental da área onde atuam. A própria memória dos que atuam na região é marcada por passivos ambientais e sociais resultantes da presença industrial. O quê, para a maioria dos membros desses grupos é um cenário contra o qual devem "lutar", na medida mesma em que, para eles, a verdadeira "vocação" da região está para o desenvolvimento das atividades "tradicionais" (pesca, turismo e agricultura) e para as ações ligadas à conservação da natureza (as duas sempre aparecem juntas). Às transformações resultantes dos processos de industrialização associa-se a perda da identidade cultural e econômica da região.

A crença na gestão participativa dos recursos, como alternativa ao desenvolvimento da região, e a descrença na capacidade de atuação do poder público nos informa sobre os vínculos desses grupos com o contexto de atuação das organizações não-governamentais, cujas origens de criação vinculam-se, justamente, ao propósito de se gerar alternativas ao desempenho de funções supostamente atribuídas ao Estado. Os membros dessas organizações, geralmente, se apresentam como os interlocutores mais "qualificados" a representar os interesses da "sociedade civil" na negociação com as empresas.

Na área de influencia, encontramos uma série de entidades vinculadas às causas ambientalistas. Essas organizações atuam em várias escalas, com abrangências local, regional, nacional ou global. Há também organizações que possuem sede em outras cidades, mas desenvolvem projetos ou possuem um histórico de mobilização na região.

Uma tendência observada no histórico de mobilização dos grupos locais refere-se ao desenvolvimento de um tipo de ambientalismo mais "ideológico" e menos formal, no que se refere à vinculação direta com a estrutura político-administrativa. As organizações são formadas a partir da reunião de moradores, vizinhos e amigos que se indignam contra a degradação ambiental dos seus locais de convívio social. Suas ações são voltadas à divulgação de denúncias de crimes ambientais cometidos por empresas, na mídia impressa e na internet, e à participação nos processos de licenciamento ambiental (por meio da presença massiva nas consultas públicas, reuniões e audiências).

Alguns movimentos de defesa ambiental, especialmente aqueles de maior abrangência de atuação (nacional ou internacional), são estruturados a partir da

lógica organizacional de redes. Esse é o caso de organizações como a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Rede de ONGs em Defesa da Mata Atlântica e a Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente – APEDEMA.

Esse tipo de organização social possibilita uma articulação entre a participação nas políticas ambientais de nível macro (os tratados de cooperação internacional, as políticas governamentais de Estado e imprensa internacional) e a atuação num nível mais local (políticas públicas municipais, desenvolvimento de projetos socioambientais, participação nos processos de licenciamento ambiental e divulgação de crimes ambientais na mídia). A rede seria a estrutura que permite atuar no global, respeitando a diversidade e o pluralismo local (SCHERER-WARREN, 1996). A atuação local se dá por meio do trabalho dos membros das entidades locais, atreladas a malha dessas redes.

"As redes, como forma de organização, surgiram em contraposição à estrutura piramidal e hierárquica de organização. Assim, prezam pela igualdade de participação e pelo compartilhamento de valores entre seus membros. Além disso, as redes são estruturas flexíveis que se adaptam a rápidas mudanças de ambiente, em conseqüência da distribuição de conhecimento e poder por todos os seus nós." (Avelar, 2008:31)

As redes ambientalistas têm como um de seus focos de trabalho o intercâmbio de informações entre organizações, sobre as experiências locais de conflitos e denúncias de crimes ambientais. A exemplo disso, temos as páginas de internet, que funcionam como fóruns de discussões.

Em relação aos riscos de acidentes, os integrantes das ONG reivindicam que empresas petrolíferas estabeleçam parcerias com representantes governamentais e da sociedade civil dos municípios da Área de Influência dos empreendimentos para definir estratégias conjuntas de ação para a minimização e compensação, em tempo hábil, dos danos.

A partir dessas preocupações as ONGs ambientalistas, assim como as comunidades de pescadores, têm se mobilizado e participado nos fóruns regionais de discussão, que têm entre um de seus temas a atividade petrolífera.

Em São Paulo, a REALNORTE - Coletivo das Entidades Ambientalistas do Litoral Norte Paulista -, por exemplo, tem se mobilizado para que o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Meio Ambiente, em virtude da complexidade e grande volume de empreendimentos governamentais para a região, elabore uma Avaliação Ambiental Estratégica - AAE, de forma a que conheça o impacto ambiental acumulado pela quantidade e variedade de obras na região.

d) Dinâmica Populacional

Os dados de densidade populacional são extraídos do censo demográfico de 2000 (IBGE). Os dados de 2007 são estimativas elaboradas pelo próprio IBGE e não discriminam os dados relativos à população rural.

d.1) Distribuição da População e Densidade Demográfica

Segundo dados do Censo Demográfico de 2000 e o estimativo de 2007 (IBGE), apresentados no **Quadro 2.5.3-9**, a população dos municípios do Parati e Niterói, integrantes do Estado de Rio de Janeiro soma mais de 506.000 habitantes.

Quadro 2.5.3-9 - População urbana e rural dos municípios da AI - RJ

Municípios	Área	Ano				
		1970	1980	1991	2000	2007
Niterói	urbana	292.051	397.135	436.155	459.451	474.002
	rural	32.195	-	-	-	
Parati	urbana	4.174	8.816	11.465	14.066	32.038
	rural	11.760	11.810	12.463	15.478	
Total		**340.180**	**417.761**	**460.083**	**488.995**	**506.040**

Fonte: IBGE – Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e Estimativas 2007.

Parati possui um aporte populacional de 32 mil habitantes (dados estimados 2007) e a menor densidade demográfica da área de influência fluminense (31,84 hab/km^2, dados de 2000), com predominância da população rural sobre a população urbana, uma taxa de urbanização de 47,6%.

Tratam-se de municípios de características inversas: Niterói é urbano, pequeno e possui uma grande densidade populacional (3.664), enquanto Parati tem uma população equilibrada entre o rural e o urbano, com uma baixa densidade populacional.

Quadro 2.5.3-10 - Densidade Populacional dos municípios da AI – RJ (2000)

Municípios	População Residente	Área total (km^2)	Densidade (hab/km^2)
Niterói	459.451	129,375	3.551,31
Parati	29.544	928	31,84
Total da AII	**488.995**	**1057,375**	**462,46**

Fonte Elaboração própria a partir de IBGE, 2000.

Os municípios da Área de Influência paulista integram a Região de Governo de Caraguatatuba, no litoral norte do Estado de São Paulo. Do ponto de vista populacional, apresentam homogeneidade, com populações que variam entre 23 mil a 88 mil habitantes e altas taxas de urbanização - sempre acima de 95%. Caraguatatuba destaca-se como o município mais populoso (88.815 habitantes) e pela maior densidade demográfica (183,52 hab/ km^2), situando-se Ilhabela como o de menor porte populacional e com a menor densidade demográfica, respectivamente, 23.886 habitantes e 68,57 hab/ km^2.

Os dados relativos à população total, distribuição da população e densidade demográfica dos municípios da área de influência paulista são apresentados no **Quadro 2.5.3-11**.

Quadro 2.5.3-11 - Tabela X – População urbana e rural dos municípios da AI - SP

Municípios	Área	Ano				
		1970	1980	1991	2000	2007
Caraguatatuba	urbana	13.121	33.215	52.729	75.251	88.815
	rural	1.952	587	149	3.670	
Ilhabela	urbana	5.434	7.571	13.286	20.589	23.886
	rural	273	229	252	247	
São Sebastião	urbana	11.259	18.598	33.702	57.452	67.348
	rural	757	399	188	586	
Ubatuba	urbana	9.083	24.673	46.333	65.195	75.008
	rural	6.120	2.466	1.065	1.666	
Total		**47.999**	**87.738**	**147.704**	**224.656**	**255.057**

Fonte: IBGE – Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e Estimativas 2007.

Quadro 2.5.3-12 - Densidade Populacional dos municípios da AI – SP (2000)

Municípios	População Residente	Área total (km²)	Densidade (hab/km²)
Caraguatatuba	78.921	483,95	163,08
Ilhabela	20.836	348,3	59,82
São Sebastião	58.038	403,336	143,89
Ubatuba	66.861	712,116	93,89
Total da AII	**244.656**	**1947,702**	**125,61**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, censo 2000.

Os municípios paulistas experimentaram um decréscimo da sua população rural e aceleradas mudanças, desde os anos 70. Em 1970, a taxa de população urbana era de 81%, passando 10 anos depois para 95,8%; em 1991, a taxa de urbanização chegou a 98,88%. Já no ano 2000, o crescimento urbano vinculado à atividade turística invadiu irregularmente zonas rurais, provocando em Caraguatatuba uma anomalia – segundo os dados oficiais, a taxa de urbanização teria voltado a marca dos anos 80, igual a 95%. Esse falso crescimento da ruralidade é, em certa medida, produto das formas de assentamento irregular produzidas pelo crescimento acelerado da economia vinculada ao turismo e a atração de população em busca de empregos. Na maioria das vezes, a rapidez e a precariedade com que se constituem esses assentamentos impede a concomitante atualização das formas de classificação das áreas municipais, do rural ao urbano, ocasionando uma sobre-representação do rural. Na atualidade, os planos diretores buscam corrigir essas anomalias.

Por tudo isso, podemos afirmar que temos uma população rural diminuída em toda área, em espaços cada vez mais insignificantes, em oposição ao crescimento desenfreado do uso vinculado às atividades turísticas nos espaços rurais de outrora.

d.2) Crescimento Populacional

O crescimento populacional dos municípios da área de influência foi analisado a partir dos dados censitários do IBGE referentes aos períodos de 1980/1991 e 1991/2000. Os dados se completam com a estimativa, já referida, para o ano de 2007.

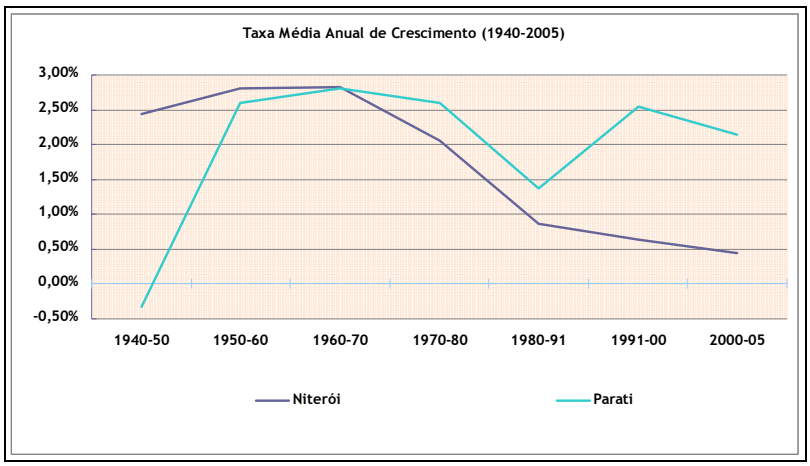
Com base nestes, se pode afirmar que os municípios do estado de São Paulo tiveram um crescimento populacional muito superior ao dos municípios do Rio de Janeiro. Niterói, por mais que tenha uma maior população e densidade demográfica, foi o que

teve o menor crescimento nos últimos anos. Parati, em troca, teve o maior crescimento, mas mantém uma menor densidade.

Rio de Janeiro

Entre os municípios da área de influência fluminense, Niterói apresenta um crescimento populacional anual entre 0,5% a 0,8%, inferior, portanto, ao registrado no Estado do Rio de Janeiro, que foi de 1,28%. Destaque-se que Niterói é o município mais populoso da área de influência, com maior densidade populacional, que implica um crescimento do valor do metro quadrado em seu território e uma diminuição da instalação de migrantes de baixa renda – os quais seriam responsáveis pelo aumento de sua população ao ritmo dos outros municípios. Assim mesmo, a menor quantidade relativa de migrantes e de crescimento populacional em Niterói é consistente com a maior densidade populacional e com o tipo de crescimento encontrado nas zonas costeiras metropolitanas.

Os dados de crescimento populacional das duas últimas décadas são apresentados no **Figura 2.5.3-5**.



Fonte: Fundação CIDE - Rio de Janeiro, 2005.

Figura 2.5.3-5 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual Rio de Janeiro – 1940 a 2005

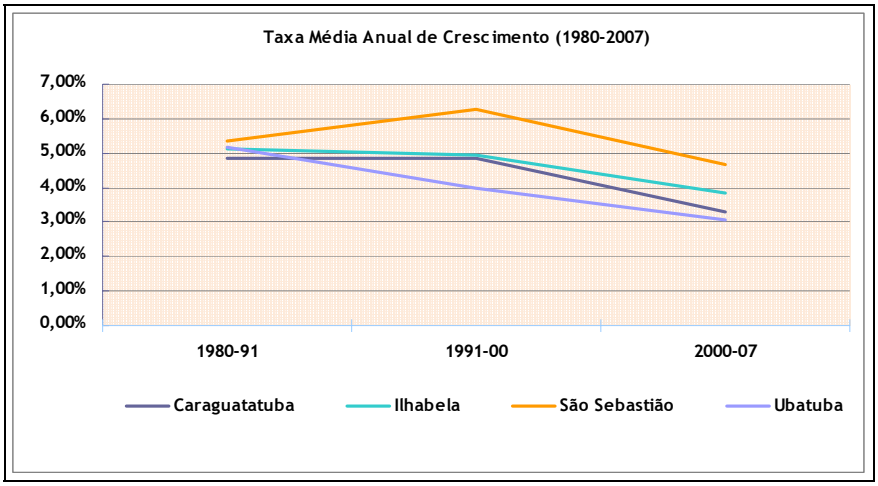
São Paulo

Os municípios da área de influência paulista apresentam uma grande homogeneidade em relação ao dinamismo populacional nos dois períodos analisados, marcados por um forte crescimento populacional.

Esse crescimento populacional, com taxas anuais de 4% a 5% na década de 1980 e entre 4% a 6% na década de 1990, se deve, em grande parte, pela exploração das atividades de lazer e turismo, que tiveram um notável impulso particularmente a partir da década de 1980.

Na área de influência paulista, o município de São Sebastião destaca-se pelo forte dinamismo populacional, apresentando nas décadas de 1980 e 1990, taxas de crescimento anual de 5,4% e 6,3%, respectivamente. Além das atividades turísticas, comum aos outros municípios da região, São Sebastião exerce atratividade populacional em função das atividades portuárias do Porto Dersa São Sebastião e do Terminal de Petróleo Almirante Barroso (TEBAR), da Petrobrás.

As taxas de crescimento anual dos municípios da área de influência paulista são apresentadas na **Figura 2.5.3-6**.



Fonte: Fundação SEADE - São Paulo, 2007.

Figura 2.5.3-6 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual São Paulo - 1980/2007

e) Fluxos Migratórios

A análise dos fluxos migratórios foi elaborada com base nos últimos dados censitários do IBGE, que identificou as pessoas não naturais dos municípios de residência atual que tinham, na data do censo de 2000, menos de 10 anos ininterruptos de residência.

Rio de Janeiro

O movimento migratório em direção aos municípios da área de influência do empreendimento no Rio de Janeiro é bastante diferenciado.

O acréscimo populacional em função da imigração foi, no Rio de Janeiro, de 4,9%, mantendo-se em Niterói em 3,5%.

Na Região da Costa Verde todos os municípios apresentaram atratividade. De uma maneira geral, para os municípios que apresentaram maior atratividade, o fluxo é contínuo, com predominância da população chegada em período mais recente (entre 1 e 2 anos), caso observado em Parati. A atratividade de Parati se relaciona com um tipo habitual de ocupação de zonas costeiras e turísticas em geral: possibilidade de obter metros quadrados "naturais" para o lazer.

Por questões de escala – com poucos migrantes se gera uma grande modificação populacional no município – essas regiões mostram um crescimento enorme nas últimas décadas.

Os dados relativos à chegada recente de população para a área de influência do Rio de Janeiro são apresentados no **Quadro 2.5.3-13**.

Quadro 2.5.3-13 - Pessoas não naturais do município com menos de 10 anos ininterruptos no município de residência atual – RJ - 2000

Municípios	População	População Não Natural com menos de 10 anos de residência					
		N.º	%	Anos de Residência (%)			
				- de 1	1 a 2	3 a 5	6 a 9
Niterói	459.451	16 053	3,5	8,7	29,5	34,4	27,5
Parati	29.544	1.993	6,7	10,8	35,1	28,4	25,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Demográfico 2000.

São Paulo

Todos os municípios da Região de Governo de Caraguatatuba apresentaram, no último período intercensitário, forte atratividade populacional. Destacam-se, entre eles, os municípios de São Sebastião e Ilhabela, com acréscimos populacionais da ordem de, respectivamente, 19% e 17%. Ubatuba e Caraguatatuba, apesar das taxas mais moderadas, em torno de 10%, situam-se ainda em nível superior ao registrado no estado de São Paulo que foi, no período, de cerca de 7%. Evidentemente, os dados dos municípios paulistas se aproximam estruturalmente dos dados de Parati; o que não acontece com os de Niterói, plenamente urbano, com alta densidade ocupacional e integrante de uma área metropolitana de grande porte. De todos modos, Parati apresenta magnitudes populacionais – em termos de número absoluto de população rural e na relação rural-urbana – que nos municípios paulistas considerados foram exponencialmente modificados desde os anos 70 e 80.

Os dados da chegada de população para os municípios da área de influência paulista são apresentados no **Quadro 2.5.3-14**.

Quadro 2.5.3-14 - Pessoas não naturais do município com menos de 10 anos ininterruptos no município de residência atual – SP – 2000

Municípios	População	População Não Natural com menos de 10 anos de residência					
		Nº	%	Anos de Residência (%)			
				- de 1	1 a 2	3 a 5	6 a 9
Ubatuba	66.861	7.292	10,9	8,7	21,6	34,6	35,1
Caraguatatuba	78.921	7.712	9,8	9,0	18,6	35,9	36,5
São Sebastião	58.038	11.135	19,2	5,0	22,3	34,8	38,0
Ilhabela	20.836	3.634	17,4	3,3	30,6	36,8	29,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo 2000.

f) Infra-Estrutura

f.1) Saúde

A análise da infra-estrutura de saúde nos municípios da área de influência foi elaborada com base nos dados referentes às unidades das redes ambulatorial e hospitalar e aos indicadores de consultórios por 10.000 habitantes e de leitos hospitalares por 1.000 habitantes disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, para o ano de 2003.

Rio de Janeiro

A análise da rede ambulatorial de saúde indica uma predominância, em todos os municípios da área de influência fluminense, de prestadores de serviços da esfera pública, em uma escala que varia entre 70% e 100%. Os serviços ambulatoriais públicos são prestados majoritariamente pela rede municipal.

Nos municípios de menor porte populacional e menor dinamismo econômico, a rede ambulatorial é fortemente pública, verificando-se essa situação em Parati, com 81% de consultórios públicos. Em contrapartida, em Niterói, município com maior população e dinamismo econômico, essa rede é mais diferenciada, apresentando atratividade para o setor privado (22,6%). De todos modos, o setor público tem em Niterói quase 69% do total dos consultórios.

Os dados da rede ambulatorial de saúde e do número de consultórios ambulatoriais por 10 mil habitantes são apresentados no **Quadro 2.5.3-15**.

Quadro 2.5.3-15 - Unidades Ambulatoriais por Natureza do Prestador e consultórios por 10 mil habitantes (Municípios do RJ) – 2003.

Municípios	Público		Privado		Filantrópico		Sindicato		Total	Consultórios
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		10 mil hab.
Niterói	64	68,8	21	22,6	5	5,4	3	3,2	93	11,5
Parati	17	81	2	9,4	1	4,8	1	4,8	21	10,9

Fonte: SIA/SUS, julho de 2003.

O município de Parati dispõe apenas de hospitais da rede pública.

Em relação ao total de leitos por mil habitantes verifica-se que 5 municípios apresentam condições mais favoráveis, com índices superiores a 3 leitos por mil habitantes, incluindo-se nesse caso Niterói.

Os dados da rede hospitalar, assim como de leitos por mil habitantes, são apresentados no **Quadro 2.5.3-16**.

Quadro 2.5.3-16 - Hospitais vinculados ao SUS, por Natureza do Prestador e leitos por mil habitantes – RJ – 2003

Municípios	Público		Privado		Universitário		Total	Leitos/
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		mil hab.
Niterói	8	44	9	50	1	6	18	4,2
Parati	1	100	-	-	-	-	1	1,5

Fonte: SIA/SUS, julho de 2003.

Os dados correspondentes a médicos e enfermeiros por habitantes em Parati são consistentes com os dados dos municípios próprios das áreas turísticas, assim como também ocorre na Costa Verde paulista. Niterói tem maior quantidade de médicos e enfermeiros que os municípios da Costa Verde (**Quadro 2.5.3-17**).

Quadro 2.5.3-17 - Enfermeiros e Médicos por Mil Habitantes – RJ - 1991-2000

Municípios RJ	Enfermeiros residentes com curso superior		Médicos residentes por mil habitantes	
	1991	2000	1991	2000
Niterói	31,4	36,86	6,81	7,20
Parati	0,01	0,14	0,28	0,39
Total da AII	31,41	37	7,09	7,59

Fonte: IPEADATA, 2000.

São Paulo

Similarmente ao que ocorre na área de influência fluminense, os serviços ambulatoriais oferecidos na paulista são predominantemente públicos e vinculados à esfera municipal. Os municípios contam individualmente com um estabelecimento privado que oferece serviços ambulatoriais e apenas em Caraguatatuba e São Sebastião, que possuem populações maiores, dispõem de serviços filantrópicos. A capacidade de oferta dos serviços ambulatoriais, medida pelo número de consultórios por 10 mil habitantes, varia entre 3,7 e 13,4, indicando uma situação mais favorável em Ilhabela e mais desfavorável em Ubatuba.

Os dados da rede ambulatorial de saúde e de consultórios por 10 mil habitantes são apresentados no **Quadro 2.5.3-18**.

Quadro 2.5.3-18 - Unidades Ambulatoriais por Natureza do Prestador e consultórios por 10 mil habitantes (Municípios de SP) – 2003

Municípios	Público		Privado		Filantrópico		Total	consultórios
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		10 mil hab.
Caraguatatuba	14	87,6	1	6,2	1	6,2	16	5,4
Ilhabela	10	90,9	1	9,1	-	-	11	13,4
São Sebastião	19	90,5	1	4,7	1	4,7	21	9,5
Ubatuba	26	96,3	1	0,7	-	-	27	3,7

Fonte: SIA/SUS, julho de 2003.

A oferta de serviços hospitalares vinculados ao SUS é bastante restrita nos municípios da área de influência paulista, contando com apenas um hospital cada, sendo apenas em Ilhabela da rede pública. Essa situação se evidencia na baixa oferta de leitos por mil habitantes, variando entre 0,9 e 1,6, conforme poder ser verificado no **Quadro 2.5.3-19**.

Quadro 2.5.3-19 - Hospitais vinculados ao SUS, por Natureza do Prestador e leitos por mil habitantes - SP – 2003

Municípios	Público		Privado		Universitário		Total	Leitos
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		mil hab.
Caraguatatuba	-	-	1	100	-	-	1	0,9
Ilhabela	1	100	-	-	-	-	1	1,4
São Sebastião	-	-	1	100	-	-	1	1,6
Ubatuba	-		1	100	-		1	0,9

Fonte: SIA/SUS, julho de 2003.

O **Quadro 2.5.3-20** nos refere a uma maior quantidade de médicos e enfermeiros residentes em Caraguatatuba, do que no resto dos municípios da área de influência paulista. Esses dados devem ser considerados regionalmente, já que habitantes e visitantes da área podem utilizar serviços de saúde disponíveis nos municípios vizinhos, existindo uma forte mobilidade entre eles.

Quadro 2.5.3-20 - Enfermeiros e Médicos por Mil Habitantes – SP - 1991-2000

Municípios SP	Enfermeiros residentes com curso superior		Médicos residentes por mil habitantes	
	1991	2000	1991	2000
Caraguatatuba	3,5	12,7	1,64	0,93
Ilhabela	0,7	21,9	0,31	0,16
São Sebastião	0,01	14,7	0,62	0,75
Ubatuba	0,02	6,9	0,37	0,69
Total da AII	**4,23**	**56,2**	**2,94**	**2,53**

Fonte: IPEADATA, 2000.

Pode apreciar-se, em conclusão, que em relação aos serviços médicos, semelhante ao que se passa com outros indicadores, Parati se acerca muito mais dos municípios paulistas da AI do que de Niterói, outro dos municípios do Rio de Janeiro incluído aqui.

f.2) Abastecimento de Água, Coleta de Lixo e Energia Elétrica

Para a análise foram definidos como parâmetros a oferta e o atendimento dos serviços de abastecimento de água, de coleta de lixo para os domicílios urbanos e de energia elétrica para a população residente nos municípios da área de influência do empreendimento. Esta análise foi realizada com base nos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo IPEA/PNUD, e a partir dos dados censitários do IBGE (1991 e 2000).

Rio de Janeiro

Em Niterói, a percentagem de banheiros ligados à rede geral de esgoto é de apenas 58,69%, enquanto em Parati a proporção chega ao total de 98,26%.

Os serviços de coleta de lixo dos domicílios, de responsabilidade das prefeituras municipais, atendiam em 2.000, na maioria dos municípios da área de influência, a mais de 90% da população residente em Niterói e cerca de 82% da população de Parati.

Parati apresenta melhores números em relação a rede de esgotamento sanitário, 98,26% das residência possuem rede geral. Já em Niterói, apresenta um pouco mais da metade das residência com rede geral de esgoto, 58,69%.

Os dados relacionados a esses serviços são apresentados nos quadros a seguir.

Quadro 2.5.3-21 - Redes de Esgoto e Abastecimento de Água e Coleta de Lixo nos municípios da AI – RJ - 2000

Municípios da Área de Influência	Total de domicílios	Domicílios com banheiro ligado à rede geral de esgoto	%	Domicílios com abastecimento de água ligado à rede geral	%	Domicílios com lixo coletado	%
Niterói	143.924	84.462	58,69%	112.747	78,34%	139.496	96,92%
Parati	7.811	7.675	98,26%	5.462	69,93%	6.432	82,35%
Total	**151.735**	**92.137**	**60,72%**	**118.209**	**77,90%**	**145.928**	**96,17%**

Fonte: IBGE – Censo 2000.

No que diz respeito a energia elétrica, em 2006 virificou-se que entre os municípios da região fluminense Niterói tem consumo elevado. No município de Parati, cabe ressaltar, possui elevados índices de população rural, residentes em pequenas praias, em áreas longínquas ao acesso dos serviços de infra-estrutura. Ainda assim, sua estrutura é maior do que em outras áreas rurais.

Quadro 2.5.3-22 - Consumo (MWh) e Consumidores nos Municípios do RJ - 2006

Município	Consumidores	Consumo
Niterói	212.521	1.091.984
Parati	14.160	45.852

Fonte: Fundação CIDE, 2006

São Paulo

Os serviços de abastecimento de água e coleta de lixo nos domicílios urbanos atendiam, em 2000, a grande maioria da população residente nos municípios da área de influência paulista. Já para a rede de esgotamento a situação não é tão abrangente.

A rede geral de esgoto não chega a metade das residências dos quatro municípios na área de influência da região paulista. O município de Ilhabela, só possui 2,28% das residências ligadas a rede. O município que apresenta maior percentual é São Sebastião com 36,22%.

Os dados relativos ao acesso à água encanada, rede de esgoto e coleta urbana de lixo e são apresentados no **Quadro 2.5.3-23**.

Quadro 2.5.3-23 - Redes de Esgoto e Abastecimento de Água e Coleta de Lixo nos municípios da AI – SP - 2000

Municípios da Área de Influência	Total de domicílios	Domicílios com banheiro ligado à rede geral de esgoto	%	Domicílios com abastecimento de água ligado à rede geral	%	Domicílios com lixo coletado	%
Caraguatatuba	22.116	5.107	23,09%	20.928	94,63%	21.601	97,67%
Ilhabela	5.736	131	2,28%	4.290	74,79%	5.442	94,87%
São Sebastião	16.271	5.894	36,22%	11.556	71,02%	15.990	98,27%
Ubatuba	18.150	4.044	22,28%	13.532	74,56%	17.700	97,52%
Total	**62.273**	**9.938**	**15,96%**	**50.306**	**80,78%**	**33.690**	**54,10%**

Fonte: IBGE – Censo 2000.

Em relação à Energia elétrica, caraguatatuba apresenta maior número de consumidores, e conseqüentemente de consumo. Os dados são da Fundação SEADE, para o ano de 2007.

Quadro 2.5.3-24 - Consumo (MWh) e Consumidores nos Municípios de SP

Município	Consumidores	Consumo
Caraguatatuba	54.949	122.287
Ilhabela	11.422	40.372
São Sebastião	33.837	117.183
Ubatuba	50.598	113.277

Fundação Seade, 2007.

f.3) Transportes

Rio de Janeiro

Rodoviário

O sistema rodoviário dos municípios da área de influência fluminense é constituído pelas principais rodovias federais identificadas a seguir:

- BR-116 - O trecho de maior importância da BR-116 é a Rodovia Presidente Dutra, de ligação entre as duas maiores metrópoles brasileiras – Rio de Janeiro e São Paulo, onde se verificam os maiores fluxos de veículos de transporte do país, tanto de cargas quanto de passageiros. No Estado do Rio de Janeiro a BR-116, sob a responsabilidade da empresa Nova Dutra S/A, se desenvolve entre a Avenida Brasil e a divisa com São Paulo, atravessando municípios da Baixada Fluminense e do Vale do Paraíba. A BR-116 dá acesso aos municípios da Região da Costa Verde através de rodovias estaduais.

- BR-101 - No Estado do Rio de Janeiro, desenvolve-se no sentido longitudinal, em duas direções – Sul e Norte, em relação à área central da cidade do Rio de Janeiro. O setor Sul inclui dois segmentos de grande importância regional: a Avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, com características urbanas e a Rodovia Rio-Santos. Essa última atravessa os Municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati, fazendo a ligação com os municípios da área de influência paulista. O segmento Norte corta o território de Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Macaé e Campos dos Goytacazes, atravessando as sedes municipais de Casimiro de Abreu e Campos dos Goytacazes.

- BR-120 - Rodovia que se inicia na divisa entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, interliga Cabo Frio e Arraial do Cabo.
- BR-178 - Através da RJ-196, faz a ligação entre Macaé e Quissamã.
- BR-356 - Faz a ligação de São João da Barra com Campos dos Goytacazes (BR-101).

Dentre as rodovias estaduais inseridas na área de influência destacam-se:

- RJ-104 - Rodovia Amaral Peixoto, que inicia em Niterói e é o caminho para a Região das Baixadas Litorâneas (Região dos Lagos);
- RJ-106 - Partindo de São Gonçalo, atravessa os Municípios de Saquarema, Araruama e Rio das Ostras, terminando na sede municipal de Macaé;
- RJ-102 - Rodovia projetada para interligar a zona costeira de Niterói e dos demais municípios do litoral fluminense, até Arraial do Cabo. Denomina-se Estrada do Guriri entre Cabo Frio e Búzios.;
- RJ-168 - Liga Macaé à BR-101, em entroncamento bem próximo a Casimiro de Abreu;
- RJ-196 - Faz a ligação da Cidade de Quissamã com a BR-101;
- RJ-224 - Faz ligação de São Francisco de Itabapoana a BR-101;
- RJ-216 - Liga Campos dos Goytacazes ao litoral (Cabo e Farol de São Tomé);

Aéreo

No município do Rio de Janeiro estão localizados 3 aeroportos: o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim - Galeão, o Aeroporto Santos Dumont e o Aeroporto de Jacarepaguá, administrados pela Infraero. Niterói se encontra em Área Metropolitana, por tanto é necessário considerá-lo como transporte genuino da zona; onde se encuentra fora da AI.

O Complexo Aeroportuário do Galeão conta com a maior pista de pouso do Brasil, com 4.240 metros de extensão, bem como com um dos maiores, mais modernos e bem equipados Terminais de Logística de Carga do Continente, tendo como principais clientes os setores químico e petrolífero.

O Aeroporto Santos Dumont, localizado no centro do Rio de Janeiro, opera, a partir de 2004, apenas vôos provenientes ou com destino ao Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, além da aviação regional.

O Aeroporto de Jacarepaguá está localizado na Baixada de Jacarepaguá, a sudoeste da cidade do Rio de Janeiro, aproximadamente 30 km do centro. Conta com uma estação de passageiros, um pátio para estacionamento de aeronaves e três hangares para manutenção, sendo o Aeroclube do Brasil responsável por grande parte das operações ali realizadas.

Parati possui um pequeno aeródromo para aviões mono ou bimotor, com pista de 40 m de largura e 800 m de comprimento, revestida de asfalto.

Marítimo

Destacam-se como principais equipamentos e terminais marítimos nos municípios da área de influência como os portos situados em Niterói e outros da área metropolitana fora da área de influencia:

- Porto de Niterói – Fundado em 1925 e administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ desde 1976, o porto de Niterói teve suas atividades de carga e descarga encerradas em junho de 2004. Atualmente o porto é utilizado para armazenagem de produtos para atividades Offshore.

- Cais da Ilha da Conceição, localizado na Ilha da Conceição no município de Niterói, este terminal, também conhecido como "Cais da 88", serve para o desembarque de pescado de Armadores de pesca do Estado do Rio de Janeiro.

- Porto do Rio de Janeiro - Fundado em 1910, localiza-se na costa oeste da baía de Guanabara e é administrado pela CDRJ. É constituído por 6.740 m de cais contínuo e um pier de 392 m. Destacam-se como principais cargas movimentadas: no Cais - Produtos siderúrgicos, papel de imprensa, trigo, veículos e contêineres e fora do Cais - Petróleo e seus derivados;

- O Porto de Sepetiba, administrado pela CDRJ está localizado na Baía de Sepetiba, em Itaguaí, a 80 km do Rio de Janeiro. A localização do Porto apresenta inúmeras vantagens, já que a Baía de Sepetiba situa-se fora das principais trajetórias de tempestades, tendo como embate natural a Restinga da Marambaia. Apresenta

uma retroárea de 10 milhões de metros quadrados de área plana, um canal de acesso com até 20 m de profundidade e cais de acostagem em águas abrigadas, tendo acesso marítimo para receber navios de grande porte e de última geração acima de 6.000 TEUs.

- O Porto de Angra dos Reis está localizado no município de Angra dos Reis, na Baía da Ilha Grande e é operado pela CDRJ. Possui um cais acostável em forma de pier, com 400 m de comprimento e uma bacia de evolução com 320 m de largura, dispondo de dois berços de atracação com profundidade de 10 m e capacidade para receber navios de até 29.000 tdw. Destacam-se como principais cargas movimentadas: No Cais: Produtos siderúrgicos e trigo e Fora do Cais: Petróleo e seus derivados.

São Paulo

Rodoviário

A área de influência paulista se conecta a Região Metropolitana de São Paulo pelas rodovias Carvalho Pinto, Ayrton Senna e Dutra, e à Região de Campinas e ao restante do interior paulista pela rodovia D. Pedro II.

O sistema rodoviário dos municípios da área de influência paulista é constituído pelas principais rodovias identificadas a seguir:

- BR 101 - Também denominada Rio-Santos, faz a ligação entre os municípios da Costa Verde, no estado do Rio de Janeiro, atravessando os municípios da área influência paulista.
- SP-055 - No trecho entre Santos - São Sebastião, a BR-101 tem a denominação de Rodovia Dr. Manuel Hippolyto Rego.
- SP 99 - Rodovia dos Tamoios, interliga São José dos Campos a Caraguatatuba;
- BR 125 - Rodovia Oswaldo Cruz - faz a ligação entre Taubaté e Ubatuba;
- SP 131 - rodovia interna a Ilhabela.

Aéreo

Em São José dos Campos localiza-se o aeroporto Professor Urbano Ernesto Stumpf, o aeroporto de maior porte localizado nas proximidades dos municípios da área de influência paulista. Administrado pela Infraero, dispõe de pista com 3.000 m de comprimento, asfaltada e adequada para pousos por instrumentos. O tráfego de passageiros é caracterizado, nos dias úteis, por viagens de negócios, especialmente para o Rio de Janeiro e São Paulo, e por viagens a pontos turísticos do Nordeste, à estância turística de Campos de Jordão (que não possui aeroporto), e às cidades do litoral (Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba e Parati) nos finais de semana.

Em Ubatuba localiza-se o Aeroporto Gastão Madeira, administrado pelo Departamento Aeroviário de São Paulo - DAESP, órgão vinculado à Secretaria de Transportes do Governo do Estado de São Paulo. Com pista de 940 m por 30 m, não tem vôos regulares e localiza-se na Av. Guarani, 194 - centro.

Marítimo

O Porto de São Sebastião, operacionalizado pela Dersa, está localizado no litoral norte do Estado de São Paulo, na cidade de São Sebastião, a 200 km da cidade de São Paulo, capital do Estado. Seu movimento gira em torno de 400 mil toneladas/ano e sua capacidade é para transportar mensalmente 50 mil veículos, 40 mil toneladas de granel sólido e 20 mil toneladas de carga fracionada.

Atualmente serve de rota de importação para produtos como barrilha, sulfato de sódio, malte, cevada, trigo, produtos siderúrgicos, máquinas e equipamentos, bobinas de fio de aço e cargas gerais, sendo exportados, principalmente, veículos, peças, máquinas e equipamentos, virtualhas, produtos siderúrgicos e cargas gerais.

Na área de influência paulista funciona o sistema de travessia através de balsas entre São Sebastião e Ilhabela, com um percurso que leva aproximadamente 15 minutos.

f.4) Comunicações

Rio de Janeiro

A rede de comunicação existente nos municípios da área de influência do Rio de Janeiro foi identificada através da rede dos correios e do coeficiente de terminais telefônicos fixos privados e públicos por 100 habitantes disponibilizados pela Fundação CIDE.

Verificou-se no ano de 2007 um total de 26 agências dos Correios, entre próprias e comunitárias (outros), na área de influência fluminense. Apesar de ter o território maior Parati tem menos agências, pois possui número menor de população.

Quadro 2.5.3-25 - Agências de Correios na Área de Influência (Municípios do RJ) - 2007

Municípios	Agências			
	Próprias	Franquia	Outros	Total
Niterói	8	-	16	23
Parati	1	-	2	3
Total	**9**	**-**	**18**	**26**

Fonte: Empresa de Correios e Telégrafos - ECT.

Para o número de terminais telefônicos instalados nos município da área de influência, foi elaborado um coeficiente telefônicos fixos privados e públicos por 100 habitantes, como já foi dito. Em Niterói esse número chegou a 65,57% e em Parati 8,35%.

Quadro 2.5.3-26 - Terminais Telefônicos fixos
Área de Influência (Municípios RJ) – 2000

Municípios	Terminais Telefônicos
Niterói	65,57
Parati	8,35

Fonte: Coeficiente elaborado a partir dos dados da Fundação CIDE, 2000

São Paulo

A rede de comunicação dos municípios da área de influência paulista foi identificada com base nos dados fornecidos pela Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, para a rede de correios e da Fundação SEADE no que se refere ao coeficiente por 100

habitantes dos terminais telefônicos residenciais, não residenciais, troncos e de uso público.

Para a região paulista da área de influência, verificou-se o número de 16 agências. O município de São Sebastião é o que possui o maior número, com 6 agências em seu território. Caraguatatuba, mesmo tendo o maior número em população, possui apenas 3 agências.

Quadro 2.5.3-27 - Agências de Correios na Área de Influência (Municípios de SP) - 2007

Municípios	Agências			
	Próprias	Franquia	Outros	Total
Caraguatatuba	1	1	1	3
Ilhabela	1	-	1	2
São Sebastião	1	-	5	6
Ubatuba	1	-	-	3
Total	**4**	**1**	**7**	**14**

Fonte: Empresa de Correios e Telégrafos - ECT.

Para o número de terminais telefônicos instalados nos município da área de influência, foi elaborado um coeficiente telefônico, fixos privados e públicos, por 100 habitantes, como já foi dito. São Sebastião teve o maior coeficiente, 31,78% e Caraguatatuba o menor, 21,56%.

Quadro 2.5.3-28 - Terminais Telefônicos fixos Área de Influência (Municípios SP) - 2002

Municípios	Terminais Telefônicos
Caraguatatuba	21,56
Ilhabela	25,02
São Sebastião	31,78
Ubatuba	22,6

Fonte: Fundação SEADE, Anuário Estatístico, 2002.

Segurança Pública

Rio de Janeiro

No que diz respeito à segurança pública, o município de Niterói conta com 6 delegacias e um batalhão da polícia militar. Já Parati, conta com 3 delegacias e 1 batalhão.

Apresentam-se, no **Quadro 2.5.3-29**, as delegacias e batalhões da área de influência fluminense.

Quadro 2.5.3-29 - Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP's, Órgãos Policiais e Respectivas Circunscrições - RJ

Áreas integradas de Segurança Pública (AISP'S)	Delegacias	Batalhões da PM
AISP 12	76ª Niterói - Centro	12º BPM
	77ª Icaraí	
	78ª Fonseca	
	79ª Jurujuba	
	81ª Itaipu	
	82ª Maricá	
AISP 33	165ª Mangaratiba	33º BPM
	166ª Angra dos Reis	
	167ª Parati	

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, Instituto de Segurança Pública – ISP,2008.

São Paulo

Nos municípios paulistas da área de influência do empreendimento atuam as seguintes principais instituições de Segurança Pública.

Ubatuba - Delegacia de Polícia, Delegacia da Mulher, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar; Polícia Ambiental e Polícia Rodoviária.

Caraguatatuba - Delegacia de Polícia, Polícia Florestal Mananciais, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil do Estado de São Paulo.

São Sebastião - Delegacia de Defesa da Mulher; Delegacia de Polícia - 1º Distrito; Delegacia da Capitania dos Portos de São Sebastião; Corpo de Bombeiros; Polícia Militar, Polícia Rodoviária.

Ilhabela - Delegacia de Polícia, Polícia Militar.

g) Estrutura Produtiva e Emprego

g.1) Estrutura Produtiva

A análise da estrutura produtiva dos municípios da área de influência foi elaborada com base nos dados do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, por setores

econômicos, na medida em que a contribuição dos setores econômicos para a formação do PIB permite identificar não só a estrutura econômica como também os setores que tem apresentado maior dinamismo em âmbito municipal.

Os dados para os municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo têm como fontes, respectivamente, pesquisas do IBGE, para o ano de 2004.

Destaca-se que as atividades da pesca e do turismo, e sua importância nos contextos econômicos da área de influência, está descrita nos itens Lazer, Turismo e Cultura e Caracterização da Atividade Pesqueira.

Municípios do Rio de Janeiro

Em Niterói se concentra uma boa parte do capital e da infra-estrutura do estado. Em comparação com Parati possui maior população, investimentos, capital financeiro e demanda por habitações.

Niterói é um município onde se desenvolvem múltiplas atividade produtivas, como o caso de geração de energia, transportes, comunicações, atividades financeiras e imobiliárias. Em suma, o município, integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é um dos principais centros de comércio e serviços; o setor terciário apresenta forte participação com 78,24%, secundada pela do setor secundário, de aproximadamente 21% do PIB municipal. O setor primário tem participação quase nula no PIB do município.

Em Parati a situação é oposta, o setor primário apresenta certa importância, participando em aproximadamente 12% no PIB municipal, devido a agricultura local. O setor secundário apresenta cerca de 21% no PIB, porém a grande participação é do setor de serviços. A região, por ser turística tem grande movimentação e comercio e hotéis, elevando a participação do PIB no setor, cerca de 78%.

Os dados do PIB total e por Setor Econômico dos municípios da área de influência fluminense são apresentados no **Quadro 2.5.3-30**.

Quadro 2.5.3-30 - PIB por Setor Econômico (Municípios do RJ) - 2004

Município	PIB Agricultura	%	PIB Indústria	%	PIB Serviços	%	PIB Total
Niterói	R$ 9.560,73	0,15%	R$ 1.336.703,57	21,61%	R$ 4.839.282,48	78,24%	R$ 6.185.546,78
Parati	R$ 12.987,75	11,94%	R$ 21.722,02	19,97%	R$ 74.090,56	68,10%	R$ 108.800,33
Total All	R$ 22.548,48	0,36%	R$ 1.358.425,59	21,58%	R$ 4.913.373,03	78,06%	R$ 6.294.347,10

Fonte: IBGE,2004.

O **Quadro 2.5.3-31** identifica, em ordem decrescente, o PIB per capita nos municípios da área de influência fluminense e a participação do PIB municipal em relação ao PIB do Estado do Rio de Janeiro, para o ano de 2003.

Niterói apresenta um valores de PIB per capita alto, com mais de R$ 12.000,00, bem próximo ao PIB per capita do Estado que era de R$ 12.671,00. A participação no PIB estadual foi de 2,44%. Parati apresentou quase a metade do PIB per capita de Niterói, mas apenas 0,09% de participação no PIB do Estado.

Quadro 2.5.3-31 - PIB per capita e Participação no PIB estadual Rio de janeiro – 2003

Municípios	PIB per capita (1,00)	% sobre o PIB Estadual
Niterói	R$ 12.448,94	2,64
Parati	R$ 6.289,17	0,09

Fonte: Fundação CIDE,2003.

São Paulo

A importância econômica das atividades turísticas na área de influência se evidencia pelas contribuições do setor terciário (comércio e serviços) na conformação dos PIBs municipais. Todos os municípios possuem taxas acima de 80%. O setor secundário, incluindo as atividades da indústria de transformação, extrativa, construção civil e serviços de utilidade pública, tem importância semelhante nos municípios paulistas, tendo suas participações variando entre 13% e 16%. O setor primário tem pouca expressão na área de influência paulista, com contribuições entre 0,77% (Caraguatatuba) e 2,6% (Ilhabela).

Os dados relativos ao PIB total e por setor econômico nos municípios da área de influência paulista são apresentados no **Quadro 2.5.3-32**.

Quadro 2.5.3-32 - PIB Total, por Setor Econômico (%) São Paulo – 2003

Município	PIB Agricultura	%	PIB Indústria	%	PIB Serviços	%	PIB Total
Caraguatatuba	R$ 4.298,45	0,77%	R$ 90.342,08	16,17%	R$ 464.116,46	83,06%	R$ 558.756,98
Ilhabela	R$ 3.941,82	2,61%	R$ 20.253,95	13,41%	R$ 126.809,74	83,98%	R$ 151.005,52
São Sebastião	R$ 6.593,50	1,06%	R$ 80.817,77	13,03%	R$ 532.969,65	85,91%	R$ 620.380,92
Ubatuba	R$ 8.919,62	1,88%	R$ 69.584,69	14,65%	R$ 396.553,31	83,47%	R$ 475.057,62
Total All	R$ 23.753,39	1,32%	R$ 260.998,49	14,46%	R$ 1.520.449,16	84,23%	R$ 1.805.201,04

Fonte: IBGE, 2004.

A contribuição dos PIBs municipais na composição do PIB do estado de São Paulo é bastante irrisória, sendo inferior a 0,3% em todos os municípios. No que se refere ao PIB per capita, entre os municípios da área de influência paulista, apenas São Sebastião apresentava índice mais favorável do que o do estado de São Paulo que era, em 2003, de R$ 12.619,00.

O PIB per capita e a participação dos PIBs municipais na conformação do PIB do estado de São Paulo são apresentados, em ordem decrescente, no **Quadro 2.5.3-33**.

Quadro 2.5.3-33 - PIB per capita e Participação no PIB Estadual São Paulo - 2003

Municípios	PIB per capita (1,00)	% sobre o PIB Estadual
São Sebastião	R$ 15.764,00	0,22
Ilhabela	R$ 5.446,00	0,03
Caraguatatuba	R$ 5.030,00	0,09
Ubatuba	R$ 5.009,00	0,08

Fonte: Fundação SEADE,2003.

g.2) Estrutura do Emprego

A análise do emprego foi realizada a partir dos dados disponibilizados pelas Fundações CIDE e SEADE, elaborados com base na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Esses dados, desagregados por grandes setores econômicos e referentes ao ano de 2003, permitem verificar as atividades que têm apresentado maior dinamismo e oferecem oportunidades de emprego nos municípios. Merece registro o fato de que esses dados abrangem apenas o emprego formal, registrado, com carteira assinada. Toda a ocupação no mercado informal que tem, nas ultimas décadas, assumido grande importância no mercado de trabalho no país, se ressente da falta de dados consistentes, impossibilitando uma análise. Destaca-se, ainda, que na grande maioria dos municípios da área de influência do empreendimento, situados no Litoral Fluminense e Litoral Norte de São

Paulo, a pesca, especialmente a artesanal, se constitui em importante atividade geradora de empregos no mercado de trabalho informal.

Rio de Janeiro

Nos municípios da área de influência fluminense, como regra geral, são as atividades do setor terciário (serviços e comércio) os que garantem maior empregabilidade no mercado formal de trabalho, sendo insignificante a participação do setor primário. Verificam-se, no entanto, particularidades na estrutura do emprego em função do porte populacional, da urbanização e do estágio de desenvolvimento econômico dos municípios.

O município de Niterói possui cerca de 94% de participação do setor terciário nos empregos gerados no município, seguido de uma participação em torno de 14% no setor secundário e pequena participação,1,2%, no setor primário, por mais que para o presente caso, o setor primário da pesca e a atividade portuária vinculada a ela seja relevante para analisar os impactos do empreendimento.

Em Parati, setor terciário predomina amplamente, chegando a 96%. Sem dúvida, no caso desse município, por mais que não apareça nas estatísticas, o setor primário tem um peso relativamente importante para sustentação de uma boa parte de sua população. Tratam-se das atividade de subsistência, praticada pelas populações pesqueiras e "caiçaras", de grande importância para a economia familiar.

Os dados das pessoas ocupadas com carteira assinado por setores da atividade econômica na área de influência fluminense são apresentados no **Quadro 2.5.3-34**.

Quadro 2.5.3-34 - Pessoas Ocupadas com carteira assinada - total e por setores de atividade econômica (%) - 2003

Municípios	Total	Participação (%)				
		Agropecuária	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços
Niterói	130.352	1,2%	9,0%	5,1%	20,6%	64,0%
Parati	3.181	0,4%	2,0%	1,8%	22,7%	73,1%

Fonte: Fundação CIDE, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ tem,2003.

São Paulo

A estrutura do emprego nos municípios da área de influência paulista caracteriza-se por grande homogeneidade em função da forte vocação turística que marca a região. O emprego no setor terciário abrange taxas que variam entre 92% e 97% das pessoas ocupadas, no setor secundário essa participação situa-se entre 2% a 6%. O setor primário não chega a atingir em todos os municípios, 1% da população municipal ocupada, conforme pode ser verificado no **Quadro 2.5.3-35**, apresentado a seguir.

Quadro 2.5.3-35 - Pessoas Ocupadas com carteira assinada - total e por setores de atividade econômica (%) – 2003

Municípios	Total	Participação (%)				
		Agropecuária	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços
Caraguatatuba	10.433	0,9%	4,5%	1,7%	34,3%	58,6%
Ubatuba	9.962	0,8%	3,7%	2,9%	28,2%	64,4%
São Sebastião	12.001	0,4%	2,2%	1,7%	20,9%	74,8%
Ilhabela	3.378	0,1%	1,4%	1,2%	26,3%	71,0%

Fonte: Fundação SEADE, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/tem,2003.

g.3) Evolução Recente do Emprego

A evolução recente do mercado de trabalho, correspondente ao período de maio de 2005 a abril de 2006, foi identificada a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, do Ministério do Emprego e Trabalho, referentes às atividades que mais admitiram e desligaram no período, com os respectivos saldos. Para a análise foi utilizado o recorte regional.

Rio de Janeiro

No município de Niterói, caracterizado como um dos principais centros de comércio e serviços do estado e com população exclusivamente urbana, a atividade do mercado formal de trabalho que obtivera o maior saldo no período analisado integram o setor terciário e, em sua maioria, não exigem qualificação, habilitação ou escolaridade específica, conforme identificado nos quadros a seguir.

Quadro 2.5.3-36 - Atividades com maiores saldos entre maio de 2005 e abril de 2006 - Niterói

CBO	Admissão	Desligamentos	Saldo
Vendedor de comércio varejista	5.062	4.743	319
Operador de telemarketing ativo e receptivo	529	256	273
Trabalhador da manutenção de edificações	1.133	884	249
Embalador, a máquina	530	300	230
Atendente de lanchonete	1.670	1.461	209
Rebarbador de metal	265	73	192
Auxiliar de escritório, em geral	2.120	1.934	186
Recepcionista, em geral	1.096	913	183
Escriturário de banco	193	17	176
Trabalhador de manutenção	557	406	151

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, 2006.

Em Parati os serviços ligados ao setor turístico foram responsáveis pelo maior dinamismo de atividades empregatícias do município. Ainda nesse setor, observa-se no **Quadro 2.5.3-37**, uma drástica redução dos postos de trabalho.

Quadro 2.5.3-37 - Atividades com maiores saldos entre maio de 2005 e abril de 2006 - Parati

CBO	Admissão	Desligamentos	Saldo
Trabalhador da manutenção de edificações	161	107	54
Vendedor de comércio varejista	223	189	34
Auxiliar de escritório, em geral	49	32	17
Repositor de mercadorias	45	29	16
Operador de caixa	92	77	15
Recepcionista de hotel	66	52	14
Camareiro de hotel	79	67	12
Vigilante	16	6	10
Motorista de furgão ou veículo similar	11	2	9
Comerciante varejista	18	10	8

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED,,2006

São Paulo

Nos municípios paulistas, o setor econômico mais dinâmico é o setor terciário (comércio e serviços), em grande parte devido ao desenvolvimento da atividade turística. Como conseqüência, as atividades que apresentaram maior saldo de empregos no período estudado estão associadas ao desenvolvimento dessa atividade em suas diversas modalidades, conforme pode ser verificado nos quadros apresentados a seguir.

No litoral paulista, a agricultura é basicamente de subsistência e complementa a pesca das populações tradicionais da região. Ela se desenvolve mediante o método indígena de cultivo de roça e queima.

Em Caraguatatuba o setor terciário teve o maior saldo, com o cargo de Vendedor de Comercio Varejista, acumulando 69.

Quadro 2.5.3-38 - Atividades com maiores saldos entre maio de 2005 e abril de 2006 - Caraguatatuba

CBO	Admissão	Desligamentos	Saldo
Vendedor de comércio varejista	681	612	69
Auxiliar de escritório, em geral	256	210	46
Embalador, a mão	102	63	39
Gari	66	27	39
Vigia	136	101	35
Faxineiro	177	144	33
Operador de caixa	158	127	31
Servente de obras	93	62	31
Montador de móveis	48	17	31
Auxiliar de pessoal	105	78	27

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, 2006.

Já em Ilhabela, o cargo com maior saldo foi o de Trabalhador de manutenção, seguido por Vigia e depois Vendedor de comércio.

Quadro 2.5.3-39 - Atividades com maiores saldos entre maio de 2005 e abril de 2006 - Ilhabela

CBO	Admissão	Desligamentos	Saldo
Trabalhador de manutenção	110	78	32
Vigia	55	27	28
Vendedor de comércio varejista	173	148	25
Agente comunitário de saúde	24	3	21
Empregado doméstico	44	27	17
Trabalhador da manutenção de edificações	58	42	16
Auxiliar de escritório, em geral	75	60	15
Cozinheiro geral	107	93	14
Auxiliar de enfermagem	16	6	10
Embalador, a mão	16	7	9

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, 2006

Em São Sebastião o maior saldo foi no cargo de Trabalhador da manutenção de edificações, na construção civil, seguido por Vendedor de comércio.

Quadro 2.5.3-40 - Atividades com maiores saldos entre maio de 2005 e abril de 2006 - São Sebastião

CBO	Admissão	Desligamentos	Saldo
Trabalhador da manutenção de edificações	197	128	69
Comerciante varejista	120	68	52
Trabalhador de manutenção	222	178	44
Atendente de lanchonete	159	115	44
Cozinheiro geral	235	204	31
Faxineiro	161	138	23
Embalador, a mão	55	35	20
Moço de convés (marítimo e fluviário)	23	6	17
Pescador profissional	37	22	15
Porteiro de edifícios	48	35	13

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, 2006

Em Ubatuba o comercio também teve maior saldo de empregos.

Quadro 2.5.3-41 - Atividades com maiores saldos entre maio de 2005 e abril de 2006 - Ubatuba

CBO	Admissão	Desligamentos	Saldo
Vendedor de comércio varejista	712	580	132
Auxiliar de escritório, em geral	300	200	100
Servente de obras	211	145	66
Pedreiro	123	80	43
Atendente de lanchonete	163	133	30
Faxineiro	134	104	30
Garçom	129	103	26
Cozinheiro geral	143	118	25
Conservador de fachadas	134	110	24
Trabalhador de manutenção	69	46	23

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, MTE,2006

h) Educação

A análise educacional nos municípios da área de influência do empreendimento foi realizada com base em quatro indicadores: a taxa de alfabetização da população, a taxa de analfabetos, a infra-estrutura educacional e matrículas (pública e privada) por nível de ensino e o acesso da população de 7 a 14 anos ao ensino fundamental.

A análise teve como fonte de dados o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado pelo PNUD/IPEA a partir dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE) no que se refere às taxas de alfabetização e o acesso da população ao ensino fundamental, e no Censo Educacional - 2004 (INEP/MEC) para os estabelecimentos e matrículas de ensino pré-escolar, fundamental e médio e dados do IPEADATA do ano 2000.

h.1) Taxas de Alfabetização

Rio de Janeiro

A taxa de alfabetização consiste em importante indicador por refletir o acesso da população aos serviços educacionais em seu sentido mais elementar.

O município de Niterói apresenta a melhor taxa de alfabetização da AI do Rio de Janeiro, com 96,5% da população alfabetizada. Parati registra uma melhora sensível no período intercensitário (1991-2000), alcançando para o ano de 2000 cerca de 87,2% de sua população alfabetizada.

No período intercensitário (1991/2000), melhoraram as taxas de alfabetização em todos os municípios da área de influência. Como regra geral, os municípios que registraram, em 1991, as maiores taxas de população alfabetizada foram os que tiveram, relativamente, os menores índices de crescimento e, inversamente, os que apresentavam as menores taxas foram os que tiveram o melhor desempenho. Isso ocorreu não apenas em decorrência do aumento da rede de ensino para a população em idade escolar como também pelas iniciativas governamentais voltadas à alfabetização de jovens e adultos.

Os dados das taxas de alfabetização da população residente nos municípios da área de influência fluminense são apresentados no **Quadro 2.5.3-42**.

Quadro 2.5.3-42 - Taxas de Alfabetização (%) - Municípios do RJ – 1991 e 2000

Municípios	Taxas de Alfabetização	
	1991	2000
Niterói	94,6	96,5
Parati	79,2	87,2

Fonte: PNUD/IPEA, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

As taxas de analfabetismo nos mostram a evolução da alfabetização de jovens acima de 15 anos, dos municípios da AI, desde a década de 70.

Niterói já tinha uma taxa considerada baixa em 1970 ao longo das décadas veio reduzindo, até chegar a 5,2 em 1991. Já Parati teve uma redução considerável, de aproximadamente 30% nas taxas de analfabetismo.

Quadro 2.5.3-43 - Taxa de Analfabetismo pessoas com acima de 15 anos – Municípios do RJ

Municípios	1970	1980	1991
Niterói	10,8	7,6	5,2
Parati	49,5	30,6	20,0

Fonte: IPEDATA,2000.

São Paulo

Em 2000, os municípios da área de influência paulista apresentavam taxas de alfabetização da população que variavam entre 90% e 92%, pouco inferiores à registrada no estado de São Paulo, que era de cerca de 93%.

No período intercensitário (1991/2000), melhoraram as taxas de alfabetização em todos os municípios da área de influência, assim como no Estado de São Paulo. Esse fato, assim como no Rio de Janeiro e no país, é decorrente das iniciativas voltadas ao combate ao analfabetismo não apenas das crianças e jovens como também da população adulta.

Os dados das taxas de alfabetização da população do Estado de São Paulo e dos municípios da área de influência paulista são apresentados no **Quadro 2.5.3-44**.

Quadro 2.5.3-44 - Taxas de Alfabetização (%) - Municípios SP- 1991 e 2000

Municípios	Taxas de Alfabetização	
	1991	2000
Ilhabela	83,4	90,7
Caraguatatuba	87,7	92,0
São Sebastião	86,3	91,1
Ubatuba	87,1	91,2

Fonte: PNUD/IPEA, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil,2000.

Em relação a taxa de analfabetismo, todos os municípios tiveram a mesma tendência e baixaram o número de pessoas analfabetas. Em 1970 as taxas variavam entre 32% e 23%, passaram para 12% a 14% em 1991.

Quadro 2.5.3-45 - Taxa de Analfabetismo pessoas com acima de 15 anos – Municípios de SP

Municípios	1970	1980	1991
Caraguatatuba	29,1	20,0	12,9
Ilhabela	27,4	25,1	16,8
São Sebastião	23,3	17,1	14,2
Ubatuba	32,4	19,2	12,4

Fonte: IPEADATA,2000.

h.2) Infra-Estrutura Educacional e Matrículas

Rio de Janeiro

Os serviços educacionais de pré-escola e de ensino fundamental e médio são oferecidos nos municípios da área de influência fluminense por escolas da rede pública das esferas federal, estadual e municipal, e da rede privada. Em Parati predominam os estabelecimentos da rede pública, por pouca diferença no nível pré-escolar, já no Ensino fundamental a rede pública é maior com boa escala de diferença. No ensino médio, o número de escolas é igual nas redes pública e privada. Em Niterói, a rede pública só é maior que a privada no ensino fundamental, como pode ser verificado no **Quadro 2.5.3-46**.

Quadro 2.5.3-46 - Estabelecimentos Públicos e Privados – Municípios do RJ - 2004

Municípios	Pré-escolar			Fundamental			Médio		
	Nº	%		Nº	%		Nº	%	
		Pub.	Priv.		Pub.	Priv.		Pub.	Priv.
Niterói	180	29,5	70,5	201	62,8	57,2	80	30	70
Parati	20	55	45	40	77,5	22,5	6	50	50

Fonte: MEC/INEP – Censo Educacional - 2004

A oferta dos serviços educacionais, medida pelo percentual de matrículas nos estabelecimentos públicos e particulares na área de influência fluminense (**Quadro 2.5.3-47**) evidencia que é a rede pública que oferece a grande maioria das vagas do sistema, inclusive em Niterói, onde o número de escolas particulares predomina sobre as da rede pública.

É importante verificar, no entanto, que é nos municípios mais urbanizados, de maior porte populacional e maior dinamismo econômico que a rede escolar particular assume maior importância, oferecendo atratividade para o setor privado e ampliando o leque de oportunidades para a formação educacional da população.

Quadro 2.5.3-47 - Percentual das Matrículas em Estabelecimentos Públicos e Privados – Municípios do RJ – 2004

Municípios	Participação das Matrículas					
	Pré-escolar		Fundamental		Médio	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Niterói	70,7	29,3	65,4	34,6	67,4	32,6
Parati	67,2	32,8	88,9	11,1	94,1	5,9

Fonte: MEC/INEP – Censo Educacional – 2004

São Paulo

Os serviços educacionais nos municípios da área de influência paulista são oferecidos por escolas da rede pública - federal, estadual e municipal - e da rede particular. Em todos os municípios, predominam os estabelecimentos da rede pública, em todos os níveis de ensino como pode ser verificado no **Quadro 2.5.3-48**, apresentado a seguir.

Quadro 2.5.3-48 - Estabelecimentos Públicos e Privados - São Paulo - 2004

Municípios	Pré-escolar			Fundamental			Médio		
	Nº	%		Nº	%		Nº	%	
		Pub.	Priv.		Pub.	Priv.		Pub.	Priv.
Caraguatatuba	35	68,6	31,4	45	75,6	24,4	20	65	35,0
Ilhabela	15	73,3	26,7	24	91,7	8,3	6	66,7	33,3
São Sebastião	35	74,3	25,7	34	82,4	17,6	13	61,6	38,4
Ubatuba	28	71,4	28,6	51	86,3	13,7	12	66,7	33,3

Fonte: MEC/INEP – Censo Educacional - 2004

Assim como ocorre com os estabelecimentos, também é a rede pública que oferece a maior proporção de matrículas nos cursos fundamental e médio, com taxas superiores a 80% em todos os municípios. A rede privada assume alguma importância na oferta de vagas para a pré-escola apenas em Ilhabela e São Sebastião, com índices superiores a 10%, conforme pode ser verificado no **Quadro 2.5.3-49**.

Quadro 2.5.3-49 - Percentual das Matrículas em Estabelecimentos Públicos e Privados – Municípios SP - 2004

Municípios	Participação das Matrículas					
	Pré-escolar		Fundamental		Médio	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Caraguatatuba	93,6	6,4	93,5	6,5	93,0	7,0
Ilhabela	84,5	15,5	92,8	7,2	92,0	8,0
São Sebastião	89,1	10,9	92,0	8,0	91,3	8,1
Ubatuba	91,3	8,7	94,4	5,6	94,3	5,7

Fonte: MEC/INEP – Censo Educacional – 2004

h.3) *Acesso da População em Idade Escolar ao Ensino Fundamental*

Rio de Janeiro

O acesso ao ensino fundamental da população em idade escolar - de 7 a 14 anos, é obrigação constitucional no país. Os dados percentuais do acesso da população dessa faixa etária residente nos municípios da área de influência fluminense, apresentados

no **Quadro 2.5.3-50**, a seguir, para os anos de 1991 e 2000, permitem as seguintes considerações.

Em 2000, a proporção da população em idade escolar que tinha acesso ao ensino fundamental pode ser considerada expressiva situando-se entre 89% Parati e 93% para Niterói. É de se destacar, no entanto, que Niterói apresentava, em 2000, taxa superior de acesso ao ensino fundamental do que a do Estado do Rio de Janeiro, que era 90,8%.

A análise comparativa dos índices registrados em 1991 e 2000 indica o expressivo incremento no acesso ao ensino fundamental nos municípios de Niterói. O aumento foi de 4%, alcançando um total de 93% da população com acesso ao ensino fundamental. No caso de Parati, o incremento que se registra no período intercensitário permitiu que 85,4% da população de 7 a 14 anos fosse escolarizada.

Quadro 2.5.3-50 - Percentual da População de 7 a 14 anos com acesso ao Ensino Fundamental – Municípios RJ - 1991 e 2000

Municípios	1991	2000
Niterói	89,2	93,0
Parati	82,1	85,4

Fonte: PNUD / IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

São Paulo

Em 2000, a proporção da população de 7 a 14 anos residente na área de influência paulista e que tinha acesso ao ensino fundamental abrangia mais de 91% do total da população em idade escolar. Na mesma data o estado de São Paulo apresentava um índice de 94,7%, superior ao registrado em Ilhabela, Ubatuba e Caraguatatuba e similar ao de São Sebastião.

Na década de 1990 ocorreu uma ampliação do acesso ao ensino fundamental em todos os municípios da área de influência assim como no estado de São Paulo. Partindo de patamares semelhantes - entre 87% e 89% - o incremento foi mais significativo no estado (6,3%) e em São Sebastião (6,1%) e menos significativo em Ilhabela (4,5%).

Os dados da acessibilidade ao ensino fundamental são apresentados no **Quadro 2.5.3-51**.

Quadro 2.5.3-51 - Percentual da População de 7 a 14 anos com acesso ao Ensino Fundamental – Municípios de SP - 1991 e 2000

Municípios	1991	2000
Caraguatatuba	89,3	94,4
Ilhabela	87,1	91,6
São Sebastião	88,7	94,8
Ubatuba	87,6	92,7

Fonte: PNUD / IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil,2000.

i) Lazer, Turismo e Cultura

i.1) Lazer e Turismo

A área em estudo apresenta diferentes características geomorfológicas, tais como costões rochosos, praias, restingas, sistemas estuarinos e lagunares. Estes atrativos naturais provocam a afluência de um expressivo contingente populacional, seja de novos moradores, seja de turistas e veranistas, sendo utilizados como fator fundamental para a exploração das atividades de lazer e turísticas em toda a região. O Mapa 2344-00-EIA-DE-4002-00 - Mapa das Principais Áreas Turísticas na Área de Influência, apresenta as principais áreas turísticas.

Além dos atrativos naturais, os municípios da área de influência apresentam potencial para o turismo histórico e cultural, devido à existência de múltiplos exemplares do patrimônio histórico da época colonial, como fortes e casarios antigos, além de museus e casas de cultura. Destaca-se, também, a presença de sítios arqueológicos característicos de regiões costeiras – os sambaquis - especialmente em Niterói, que figuram entre os mais antigos do litoral brasileiro.

Esportes náuticos são normalmente praticados nas praias e lagoas da área da área, sem atingir grandes distâncias da costa. O ecoturismo, em função da presença da riqueza do patrimônio natural e de inúmeras unidades de conservação existentes, é prática comum na área de influência do empreendimento.

O turismo náutico desenvolvido na área está fortemente relacionado aos cruzeiros marítimos que possuem como escalas principalmente em Ilhabela e Ubatuba, no Estado de São Paulo, em suas rotas.

Assim, as atividades turísticas presentes em toda a área de influência constituem-se em uma das mais importantes fontes de geração de emprego e renda da maioria

destes municípios. Apesar da importância regional da atividade, órgãos ligados ao setor, como a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), não apresentam dados sobre a sua representatividade para as economias estaduais ou sobre os impactos sobre atividades associadas como construção civil, alojamento, alimentação, atividades recreativas e transporte.

No Estado do Rio de Janeiro, o Governo Estadual dividiu o território em treze zonas turísticas, visando incrementar a ação promocional e facilitar a implantação das estratégias programadas para cada zona turística. Segundo a classificação da Secretaria Estadual de Turismo do Rio de Janeiro, os municípios da área de influência fluminense estão inseridos em duas regiões turísticas: Região Metropolitana (Niterói) e Costa Verde (Parati).

Devido à semelhança entre as características físicas e geográficas do Litoral Sul Fluminense e do Litoral Norte do Estado de São Paulo, a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo adotou a denominação de zona turística "Costa Verde" para o litoral norte paulista. Assim, a área em estudo, incluindo municípios dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, está dividida em duas zonas turísticas, discriminadas no **Quadro 2.5.3-52**.

Quadro 2.5.3-52 - Zonas turísticas da Área de Influência

Zonas Turísticas	Municípios da AII
Metropolitana	Niterói
Costa Verde	Parati Ubatuba Caraguatatuba São Sebastião Ilhabela

Fonte: www.mre.gov.br

A área de influência assistiu, nas últimas décadas, ao incremento das atividades turísticas em decorrência das características naturais do litoral e da ampliação da rede de rodovias e melhoria das vias de acesso aos balneários. Entretanto, o dinamismo promovido não veio acompanhado de infra-estrutura básica e de políticas municipais de ordenamento e uso do solo que protegessem o patrimônio ambiental e ecossistemas associados.

A indústria do turismo, aliada à especulação imobiliária, vem causando danos ao meio ambiente costeiro, com a descaracterização da faixa litorânea, principalmente para a execução de aterros para implantação de empreendimentos imobiliários. A maior parte dessas construções não está ligada à rede de esgoto, lançando indiscriminadamente esgotos "in natura" nos corpos d'água; o mesmo ocorre com o destino dos resíduos sólidos, comprometendo os corpos d`águas e o potencial paisagístico e turístico regional/local.

Segundo os dados publicados no Perfil dos Municípios Brasileiros – Meio Ambiente, 2000, a ocupação desordenada do solo e a implantação de empreendimentos imobiliários foram as principais causas de alteração ambiental da região. Além disso, muitos empreendimentos foram construídos em áreas legalmente protegidas, comprometendo a qualidade ambiental local e reduzindo o fluxo turístico.

O período de maior fluxo de turistas corresponde aos meses de verão (janeiro e fevereiro), além dos feriados prolongados. Dada a reestruturação no calendário escolar, o período de férias tanto de verão como de inverno foi reduzido. Como estratégia para atrair o maior número de turistas, os municípios têm promovido vários eventos, incluindo desde festividades religiosas até festivais de verão e de inverno.

A atividade turística do município de Niterói tem se realizado de forma complementar a do município do Rio de Janeiro. O governo de Niterói vem buscando desenvolver roteiros integrados com os da cidade do Rio de Janeiro, além de incentivar o turismo de negócios, visando absorver o excedente de turistas do município do Rio de Janeiro.

A Região da Costa Verde caracteriza-se por apresentar uma área relativamente estreita, onde se intercalam mais de 500 praias. Os municípios que a compõem apresentam praias urbanizadas, com boa oferta de serviços aos turistas, provenientes principalmente do Estado de São Paulo e das cidades vizinhas. No entanto, apesar do grau de urbanização, ainda é possível encontrar praias selvagens e manguezais, em especial nos municípios de Parati, Ubatuba, Ilhabela e no litoral norte do Município de São Sebastião.

A região da Costa Verde é ainda o local onde ocorre o maior número de eventos náuticos do país, sediando etapas de regatas nacionais e internacionais, como o

Campeonato Paulista de Vela Oceânica e o Supersurfe, além de diversas escolas e cursos voltados para a prática de esportes náuticos – vela, surfe, mergulho e caça e pesca submarina. Segundo informações da Capitania dos Portos, encontram-se registradas na região cerca de 10.000 embarcações voltadas para as atividades de turismo.

O litoral do município de São Sebastião também é denominado de Costa dos Alcatrazes, devido à grande presença desses animais no litoral. Esta nomenclatura foi criada por iniciativa de empresários das áreas de Hospedagem, Gastronomia, Ecoturismo, Náutica e Internet, com o objetivo de promover a região como destino turístico através de uma marca.

Niterói

Entre os principais atrativos turísticos de Niterói, destacam-se o Museu de Arte Contemporânea de Niterói – MAC (**Figura 2.5.3-7**), a Igreja de São Lourenço dos Índios, o Teatro Municipal de Niterói e o Solar do Jambeiro, prédio de arquitetura portuguesa do século XIX.

Fonte: www.portalbrasil.net

Figura 2.5.3-7 - Museu de Arte Contemporânea de Niterói

As praias oceânicas constituem o principal atrativo natural do município, onde são praticados a pesca amadora e o surfe. Rampas de vôo livre localizadas no Parque da Cidade, que é área de proteção ambiental, são algumas opções do turismo na região.

A principal iniciativa do município no sentido de incentivar o turismo náutico, consiste na inauguração de uma rota de catamarã, aos sábados, domingos e feriados. A embarcação é totalmente adaptada, com amplo salão climatizado, janelas panorâmicas no convés inferior e um "*lounge*". A idéia do turismo náutico é atender, além de niteroienses e cariocas, aos turistas estrangeiros que estão hospedados no Rio de Janeiro, e aqueles que chegam de navio no Píer Mauá.

O turismo de negócios é outra modalidade existente no município, sendo reflexo do crescimento econômico vivenciado a partir da retomada das atividades da zona portuária pela reabertura dos estaleiros, da chegada da indústria *offshore* e da revitalização do Porto de Niterói. Visando incentivar essa modalidade, a prefeitura construirá um Centro de Convenções. A escolha do local foi, de acordo com a Secretaria de Turismo de Niterói, estratégica - próximo à estação das Barcas e dos catamarãs - podendo assim receber qualquer convenção de médio porte, sem que seja necessário o deslocamento para o Riocentro.

Um curso de turismo religioso, realizado através de parceria entre a Universidade Federal Fluminense e a Arquidiocese de Niterói, busca incentivar esta modalidade turística, que já possui expressividade no município, por conta de um grande acervo histórico religioso e das tradicionais festas como a de São Pedro de Jurujuba, com procissão marítima dos barcos.

No **Quadro 2.5.3-53** são apresentados os principais atrativos turísticos do município.

Quadro 2.5.3-53 - Atrativos turísticos do município de Niterói

Atrativos Históricos e Culturais	
Arquitetura Religiosa	Basílica de N. Sra. Auxiliadora, Capela de Sta. Bárbara, Capela de S. Pedro do Maruí, Catedral de S. João Batista, Igreja Anglicana, Igreja de N. Sra. da Boa Viagem, Igreja de N. Sra. de Bonsucesso, Igreja de N. Sra. da Conceição da Cidade, Igreja de N. Sra. da Conceição de Jurujuba, Igreja de N. Sra. de Fátima, Igreja de N. Sra. Mãe da Divina Providência, Igreja de N. Sra. de Nazareth, Igreja de N. Sra. do Sagrado Coração, Igreja dos Sagrados Corações, Igreja de Sta. Rosa do Viterbo, Igreja de Sta. Terezinha do Menino Jesus, Igreja de Sto Cristo dos Milagres, Igreja de S. Domingos, Igreja de S. Francisco Xavier, Igreja de S. Judas Tadeu, Igreja de S. Lourenço dos Índios, Igreja de S. Pedro, Igreja de S. Sebastião, Igreja de S. Sebastião e N. Sra. de Fátima, Igreja de S. Sebastião de Itaipu, Matriz de São Lourenço, Monumento à N. Sra Auxiliadora, Paróquia de N. Sra. das Dores, Paróquia de N. Sra. do Rosário, Porciúncula de Sant'Anna.
Arquitetura Civil	Casarão, Delegacia de Polícia, Palácio da Justiça, Palácio Nilo Peçanha, Prédio da Agência dos Correios, Prédio da Câmara Municipal de Niterói, Solar do Jambeiro.
Arquitetura Militar	Fortaleza de Santa Cruz, Fortaleza de São Luís, Forte Barão do Rio Branco, Forte da Boa Viagem, Forte do Gragoatá, Forte do Imbuhy, Forte Marechal Floriano Peixoto, Forte do Pico.
Museus e Centros Culturais	Casa de Oliveira Vianna, Museu Antonio Parreiras, Museu Arqueológico de Itaipu, Museu de Arte Contemporânea, Museu da Justiça, Museu da Imprensa, Museu do Ingá, Museu Roberto Silveira.
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Praias	De Adão e Eva, de Boa Viagem, de Camboinhas, de Charitas, das Flechas, de Gragoatá, de Icaraí, do Imbuí, de Itacoatiara, de Itaipu, de Jurujuba, de São Francisco, de Piratininga, de Preventório e Samanguaiá, do Sossego, Vermelha.
Ilhas	Dos Amores, da Boa Viagem, dos Cardos, da Mãe, da Menina, do Pai.
Lagoas	De Itaipu, de Piratininga.
Rios	Alcântara, Guaxindiba, Imboassu, Inoã, Jacaré, João Mendes, Pendotiba, Sapê.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Estadual da Serra da Tiririca e Reserva Ecológica Darcy Ribeiro.

Fonte: Elaboração própria, 2008.

Parati

A cidade tem fundamental importância histórica, por ter sido no século XVIII, porto de embarque do ouro de Minas Gerais para Portugal. Um centro histórico que data desta época, com um casario representativo das arquiteturas dos séculos XVIII e XIX (**Figura 2.5.3-8**), permanece preservado até os dias atuais, atraindo turistas de todo o território nacional e do exterior. Por estes motivos, o Centro Histórico de Parati é considerado patrimônio nacional, tombado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Figura 2.5.3-8 - Píer e Centro Histórico de Parati.

Além do atrativo histórico, turistas de todos os lugares visitam Parati por conta de suas belezas naturais. O município possui cerca de 40 praias, com águas verdes e transparentes, que se estendem de Tarituba, ao lado do município de Angra dos Reis, até a Ponta da Trindade, na divisa com São Paulo, onde se encontram praias de mar aberto e piscinas naturais.

Outra modalidade turística possível de ser praticada em Parati é o ecoturismo. Parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina encontra-se dentro de município, integrando a Área de Preservação Ambiental do Cairuçu e a Reserva Ecológica da Joatinga. Um dos passeios mais tradicionais da região alia o ecoturismo ao turismo histórico: Estrada Real – Caminhada do Ouro (**Figura 2.5.3-9**), cujo trajeto se dá em uma estrada construída pelos escravos entre os séculos XVII e XIX, a partir de trilhas dos índios guaianazes, para escoar o ouro de Minas Gerais para o Porto de Parati.

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Parati

Figura 2.5.3-9 - Folheto Informativo sobre a Estrada Real

Passeios de barcos e escunas são realizados em toda a região, com paradas em suas ilhas e observação da fauna marinha local. Além disso, esportes náuticos como a vela e o mergulho são muito praticados. As ilhas e praias de Parati também são visitadas por diversos navios de cruzeiros marítimos que trafegam pela costa brasileira. Por conta desta intensa atividade marítima, situam-se no município quatro marinas.

Como representante do turismo étnico em Parati, há a comunidade quilombola Campinho da Independência, originada de três negras, ex-escravas da Casa Grande, que receberam as terras por parte do senhor de escravos, dono da fazenda Independência. A comunidade resistiu até os dias de hoje e sobrevive atualmente da

comercialização do artesanato em palha, tecidos, bambu, cipó e sementes e da produção de farinha.

A época de maior fluxo de turistas corresponde aos meses de verão (janeiro e fevereiro), além dos feriados prolongados. No entanto, objetivando atrair visitantes no ano todo, a cidade oferece um intenso calendário de eventos. Um dos mais importantes é a FLIP – Festa Literária Internacional de Parati, cuja sexta edição ocorreu em julho deste ano, atraindo escritores e leitores do mundo inteiro.

Relacionam-se no **Quadro 2.5.3-54** os principais atrativos turísticos de Parati.

Quadro 2.5.3-54 - Atrativos turísticos do município de Parati

Atrativos Históricos e Culturais	
Arquitetura Religiosa	Capela da Generosa, Capela de N. Sra. da Conceição Paraty-Mirim, Capela de N. Sra. das Dores, Igreja Matriz de N. Sra. dos Remédios, Igreja de N. Sra. da Penha, Igreja N. Sra. do Rosário e S. Benedito, Igreja de Santa Rita dos Homens Pardos, Passos da Paixão, Santa Casa Municipal.
Arquitetura Civil	Antiga Cadeia Pública, Casa da Fazenda de N. Sra. da Conceição, Casario Histórico, Chafariz do Pedreira, Engenho Boa Vista, Paço Municipal de Parati, Ruínas da Casa dos Quintos, Sobrado dos Bonecos, Sobrado da Rua Dona Geralda.
Arquitetura Militar	Antiga Caserna do Forte Patitiba, Casa da Pólvora, Forte Defensor Perpétuo,
Museus e Centros Culturais	Casa de Cultura, Museu de Arte Sacra, Museu de Arte e Tradições Populares.
Quilombos	Quilombo Campinho da Independência.
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Praias	Dos Antigos, do Baré, Batanguera, da Boa Vista, do Bom Jardim, Brava, do Cachadaço, do Calhaus, do Cepilho, do Chicopé, da Conceição, do Corumbê, do Cruzeiro, Deserta, da Fazenda, da Figueira, de Fora, Grande, da Graúna, de Iririguaçu (Iriri), do Jabaquara, da Joatinga, Jundiaquara, do Jurumirim, da Lula, de Martim de Sá (Rombuda), do Meio, Parati Mirim, dos Pelados, da Ponta Negra (do Furado), do Pontal, do Pouso, Pouso da Cajaíba, Prainha, da Preguiça, de Santa Rita, Saco da Velha, São Gonçalo, de São Gonçalinho, de São Gonçalo, São Roque (Barra Grande e Engenho), do Sobrado, do Sono, do Taquari e Humaitá, de Tarituba, Vermelha.
Ilhas	Do Algodão, Araraquara, Araraquarinha, do Araújo, da Bexiga, do Breu, das Cabras, do Cachorro, do Caroço, do Catimbau, do Cedro, dos Cocos, Comprida, da Cotia, Deserta, Duas Irmãs, dos Ganchos, Grande, Ilhota Grande, Ilhota dos Meros, Ilhota Pequena, Itacá, Itaoca, do Itu, Jurubaíba, de Lajinha, Maçarico, Malvão, dos Mantimentos, dos Meros, dos Micos, das Palmas, Pelada Grande, Pelada Pequena, Pequena, da Pescaria, do Pico, dos Pombos, dos Porcos, Rapada, Rasa, dos Ratos, Redonda, Sapê, Sernambi, Sururu, Tanhangá, do Ventura.
Cachoeiras	Dos Codós, do Inglês, do Iriri, da Pedra Branca, Poço das Andorinhas, Poço da Laje de Pedra, do Taquari, do Tarzan, do Tobogã, Toca da Ingraça.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Estação Ecológica de Tamoios, Parque Estadual de Paraty-Mirim, Parque Nacional da Serra da Bocaina, Reserva Ecológica da Joatinga.

Fonte: Elaboração própria, 2008.

Ubatuba

Com mais de 80 praias em sua faixa costeira, Ubatuba atrai pelo litoral preservado com praias de águas calmas, como a praia do Lazaro, ou com ondas fortes, como a praia de Itamambuca, muito freqüentada por praticantes de surfe (**Figura 2.5.3-10**).

Fonte: www.penareia.com.br

Figura 2.5.3-10 - Praias do Lazaro e de Itamambuca

A cidade de Ubatuba dispõe de um "terminal turístico" – Terminal Turístico da Praia do Perequê-Açú que é um terminal rodoviário com capacidade para 40 ônibus e que possui vestiários e guarda-volumes. Sua finalidade é atender ao turista de um dia.

Quanto à variante do turismo ecológico, Ubatuba proporciona uma série de trilhas, tais como as do Corcovado, do Corisco, das Sete Fontes, das Cachoeiras de Ubatumirim, do Jatobá e da Praia Brava; além das situadas no Parque Estadual da Ilha Anchieta e de uma trilha fluvial. A cidade conta, inclusive, com uma associação voltada exclusivamente para o ecoturismo, a AMEU – Associação dos Monitores de Ecoturismo de Ubatuba.

Em sua área, encontra-se o Parque Estadual da Ilha do Anchieta – a segunda maior ilha do litoral de São Paulo – e o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar. Este núcleo comporta duas vilas – Cambury e Picinguaba – habitadas pelos caiçaras. Há no município, ainda, o Aquário de Ubatuba, que possui 12 tanques de água salgada, com representantes da fauna local e de outros oceanos.

Como Parati, a época de maior fluxo de turistas corresponde aos meses de verão (janeiro e fevereiro), além dos feriados prolongados. No entanto, objetivando atrair

visitantes no ano todo, a cidade oferece um intenso calendário de eventos de caráter religioso, gastronômico e de valorização da cultura caiçara.

É importante ressaltar que Ubatuba, em 2005, foi incluída, pela primeira vez, na rota de um cruzeiro marítimo promovido por uma agência de viagens americanas, com o objetivo de apresentar aos turistas europeus e norte-americanos, ilhas e praias selvagens do litoral brasileiro. Após esta iniciativa, o Secretário de Turismo de Ubatuba, Luis Felipe Azevedo, declarou que a idéia deve estimular as agências nacionais a incluírem o município em seus roteiros.

Dentre os principais atrativos turísticos, destacam-se os identificados no **Quadro 2.5.3-55**.

Quadro 2.5.3-55 - Atrativos turísticos do município de Ubatuba

Atrativos Históricos e Culturais	
Arquitetura Religiosa	Igreja da Exaltação à Santa Cruz, Igreja da Exaltação à Santa Cruz (Igreja Matriz).
Arquitetura Civil	Cadeia Velha, Cais de Ubatuba, Câmara Municipal, Casa de Farinha (Fazenda da Caixa), Casarão do Porto, Coreto, Cruzeiro de Anchieta, Imagem do Cristo Redentor, Imagem do Padre José de Anchieta, Imagem de S. Pedro Pescador, Obelisco do 3º Centenário, Praça do Cruzeiro,Ruínas da 1ª Fábrica de Vidro do Brasil, Ruínas da Fazenda do Engenho do Bom Retiro (Ruínas da Lagoinha), Ruínas do Ipiranguinha, Ruínas da Praia da Lagoa, Sobradão do Porto.
Arquitetura Militar	Farol da Ponta Grossa.
Museus e Centros Culturais	Casa da Cultura Caiçara, Museu do Bairro Tenório, Museu Caiçara, Museu Histórico e Pedagógico de Ubatuba, Museu Regional de Ubatuba, Museu Relíquias dos Mares.

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Praias	Da Almada, da Barra, da Barra Seca, do Bonete, Brava, Brava da Almada, Brava da Fortaleza, da Caçandoca, da Caçandoquinha, Camburi, do Cedro, da Costa, Cruzeiro (Iperoig), Dionísia (Ribeira), Domingas Dias, Dura, do Engenho, da Enseada, da Fazenda, do Félix, da Figueira, do Flamengo e Flamenguinho, de Fora (Itapecerica), da Fortaleza, do Frade, de Galhetas, Grande, Grande do Bonete, do Itaguá, de Itamambuca, Justa, da Lagoa, da Lagoinha, do Lamberto, do Lázaro, do Léo, do Lúcio (das Conchas), Mansa, de Maranduba, do Matarazzo (Prainha ou do Padre), do Meio, do Oeste, Perequê Açu, Perequê-Mirim, do Peres, da Picinguaba, da Ponta Aguda, Praiado, Presídio, Promirim, do Pulso, de Puruba, da Raposa, do Saco da Banana, do Saco da Mãe Maria, do Saco da Ribeira, da Santa Rita, do Sapê, das Sete Fontes, do Sul e do Leste, da Sununga, Tenório, das Toninhas, de Ubatumirim, Vermelha do Meio, Vermelha do Norte, Vermelha do Sul (dos Arquitetos).
Ilhas	Anchieta, Comprida, das Couves, Ilhote das Cabras, Ilhote de Dentro, Ilhote da Carapuça, Ilhote da Comprida, Ilhote das Couves, Ilhote de Fora, Ilhote do Sul, Laje de Dentro, Laje Feia, Laje do Forno, Laje Grande, Laje Grande do Perequê, Laje Mofina, Laje das Palmas, Laje Pequena, do Mar Virado, da Maranduba, do Negro, das Palmas, da Pedra, Pequena, da Pesca, dos Pescadores, da Ponta, dos Porcos Pequena, do Promirim, da Rapada, Redonda, da Selinha.
Rios	Acaraú, Grande, Escuro, Indaiá, Lagoa, Picinguaba, Puruba.
Cachoeiras	Da Água Branca, do Corrêa, da Escada, do Espelho, do Ipiranguinha, dos Macacos, do Pé da Serra, do Promirim, da Renata, do Tombador, do Zé.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Estação Ecológica Tupinambás, Parque Estadual da Ilha Anchieta, Parque Estadual da Serra do Mar, Parque Nacional da Serra da Bocaina, Parque Ponta Grossa.

Fonte: Elaboração própria, 2008.

Caraguatatuba

Caraguatatuba conta com 18 praias urbanas e selvagens em cerca de 40 km de orla marítima, além de ilhas e lagoas (**Figura 2.5.3-11**). A cidade funciona como centro do Litoral Norte de São Paulo, pois possui a maior população e atividade comercial mais intensa. Predomina na região o turismo de veraneio, que lota a cidade nos meses de verão (principalmente janeiro e fevereiro) e nos feriados. Por conta disto, a região central da cidade possui diversas opções de passeio para os turistas sazonais, entre elas um Parque de Diversões, uma Feira de Artesanato, além de danceterias, bares e quiosques.

Fonte: Secretaria Municipal de Caraguatatuba

Figura 2.5.3-11 - Mapa Turístico do Município de Caraguatatuba

O município conta com diversas trilhas para ecoturismo, como a Trilha Paraíso e a Trilha Tupinambá e um Núcleo no Parque Estadual da Serra do Mar que também oferece, aos visitantes, duas trilhas, com visitas agendadas previamente: a Trilha do Jequitibá e a Trilha do Poção. Na caminhada até o Morro de Santo Antonio, pode-se avistar toda a baía formada pela enseada de Caraguatatuba e São Sebastião, tendo, ao fundo, Ilhabela (**Figura 2.5.3-12**).

Fonte: www.penareia.com.br

Figura 2.5.3-12 - Vista do Município de Caraguatatuba

O município dispõe de um terminal turístico situado na praia das Flecheiras, para onde se dirigem os ônibus de excursões ou de turismo de um dia.

No **Quadro 2.5.3-56** identifica-se os principais atrativos turísticos do município.

Quadro 2.5.3-56 - Atrativos turísticos do município de Caraguatatuba

Atrativos Históricos e Culturais	
Arquitetura Religiosa	Capela Sta. Cruz, Capela S. João Batista, Igreja Matriz de Sto. Antonio, Paróquia de S. João Batista,
Arquitetura Civil	Engenho do Porto Novo, Fazenda dos Ingleses (Fazenda Serramar), Obelisco da Torneira, Relógio do Sol.
Museus e Centros Culturais	Centro Cultural Maristela de Oliveira, Centro Cultural Minas Gerais, Fundacc – Fundação Cultura de Caraguatatuba, MACC – Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba.
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Praias	Brava, dos Camaroeiros, de Capricórnio, do Centro, da Cocanha, Flecheiras, Garcez (da Freira), de Indaiá, de Martim de Sá, Massaguaçu, Mococa, das Palmeiras, Pan Brasil (Aruã), de Porto Novo, Prainha, do Robalo, do Romance, da Tabatinga.
Ilhas e Ilhotas	Da Cocanha, do Tamanduá.
Rios e Lagoas	Ribeirão do Ouro, Ribeirão Pau d'Alho, Rio Perequê-Mirim, Ribeirão Sto. Antonio, Rio Camburi, Rio Guaxinduba, Rio Jetuba, Rio Juqueriquerê, Rio Massaguaçu, Rio Mococa, Rio Novo, Rio Pardo, Rio Pirassununga, Rio Tabatinga, Rio Verde.
Cachoeiras	Alto do Guaxinduba, Pau d´Álho, Rio Claro, do Rio das Pedras, dos Tourinhos.
Lagoas	Lagoa Azul.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Estadual da Serra do Mar, Reserva do Catagalo.

Fonte: Elaboração própria, 2008.

São Sebastião

São Sebastião é a cidade mais antiga do Litoral Norte de São Paulo, encontrando-se no Centro Histórico da cidade casarões que faziam parte da antiga capitania de São

Vicente (**Figura 2.5.3-13**). Nessa área diversos quarteirões são tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT, constituindo-se em importante atrativo turístico do município.

Fonte: Levantamento de Campo, 2006.

Figura 2.5.3-13 - Centro Histórico de São Sebastião

O município possui um litoral de 100 km, muitas ilhas, enseadas e mais de 30 praias. Entre as mais freqüentadas, pode-se citar Maresias e Camburi. Em Barra da Una, é possível realizar passeios de barco para as ilhas de São Sebastião, onde a prática do mergulho é muito realizada. Já em Guaecá, há a predominância de casas de veraneio (**Figura 2.5.3-14**).

Fonte: Levantamento de Campo,2006.

Figura 2.5.3-14 - Praia de Guaecá

O município possui dois iates clubes – Praia das Cigarras e Barra do Una; uma marina – Marina Canoa; além de várias garagens náuticas. Conta com diversas trilhas organizadas e monitoradas voltadas para o ecoturismo, como, por exemplo, as de Ribeirão do Itu, Limeira e Centro-Guaeca.

Situa-se no município um porto – o Porto de São Sebastião – e o Terminal de Petróleo Almirante Barroso (TEBAR), da Petrobras, que são responsáveis por um intenso tráfego de veículos pesados e por constantes pequenos vazamentos, interferindo, desta forma, na atividade turística do local seja pelo impacto visual negativo, seja pela degradação da qualidade ambiental local.

A prática do turismo ecológico em São Sebastião se realiza por diversas trilhas, como a da Praia Brava e cachoeiras. O município recebe o maior fluxo de turistas nos meses de verão, principalmente janeiro e fevereiro.

Destacam-se como principais atrativos turísticos os relacionados no **Quadro 2.5.3-57**.

Quadro 2.5.3-57 - Atrativos turísticos do município de São Sebastião

Atrativos Históricos e Culturais	
Arquitetura Religiosa	Capela de S. Gonçalo, Capelas Caiçaras, Convento de N. Sra. do Amparo, Igreja Matriz de S. Sebastião, Igreja de N. Sra. de Santana.
Arquitetura Civil	Casa de Câmara e Cadeia, Casa Dória, Casa Esperança, Centro Histórico, Fazenda Santana, Hotel da Praia, Ruínas da Casa de Beneficiamento de Ouro das Minas de Itararé, Ruínas da Fazenda Padre Faustino, Sede da Secretaria de Cultura e Turismo, Sobrado da Praça da Matriz.
Museus e Centros Culturais	Museu de Arqueologia Submarina, Museu de Arte Sacra.
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Praias	Do Arrastão, da Baleia, de Baraqueçaba, da Barra do Sahy, de Barra do Una, de Boiçucanga, Brava de Boiçucanga, Brava do Guaecá, do Cabelo Gordo (Secreta), de Calhetas, de Camburi, de Camburizinho, do Centro, das Cigarras, das Conchas, Deserta, do Engenho (do Samuel), da Enseada, Grande, de Guaecá, do Juquey, da Juréia, de Maresias, de Paúba, das Pitangueiras, do Pontal da Cruz, do Portal da Olaria, do Porto Grande, Preta, de Santiago, de São Francisco da Praia, do Timbó, de Toqué-Toqué Grande, de Toqué-Toqué Pequeno.
Ilhas	Arquipélago de Alcatrazes, Ilha de Cambaraquara, Ilhas das Couves, Ilha do Gato, Ilha de Toque-Toque, Ilhas, Ilha do Montão de Trigo.
Rios	Camburi, Cubatão, Itu, Guaecá, Juqueriquerê, Limeira, Parateus, Una.
Cachoeiras	De Boiçucanga (do Rio Itu), do Toque-Toque Grande.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Estação Ecológica Tupinambás, Parque Bacarirá, Parque Estadual da Serra do Mar.

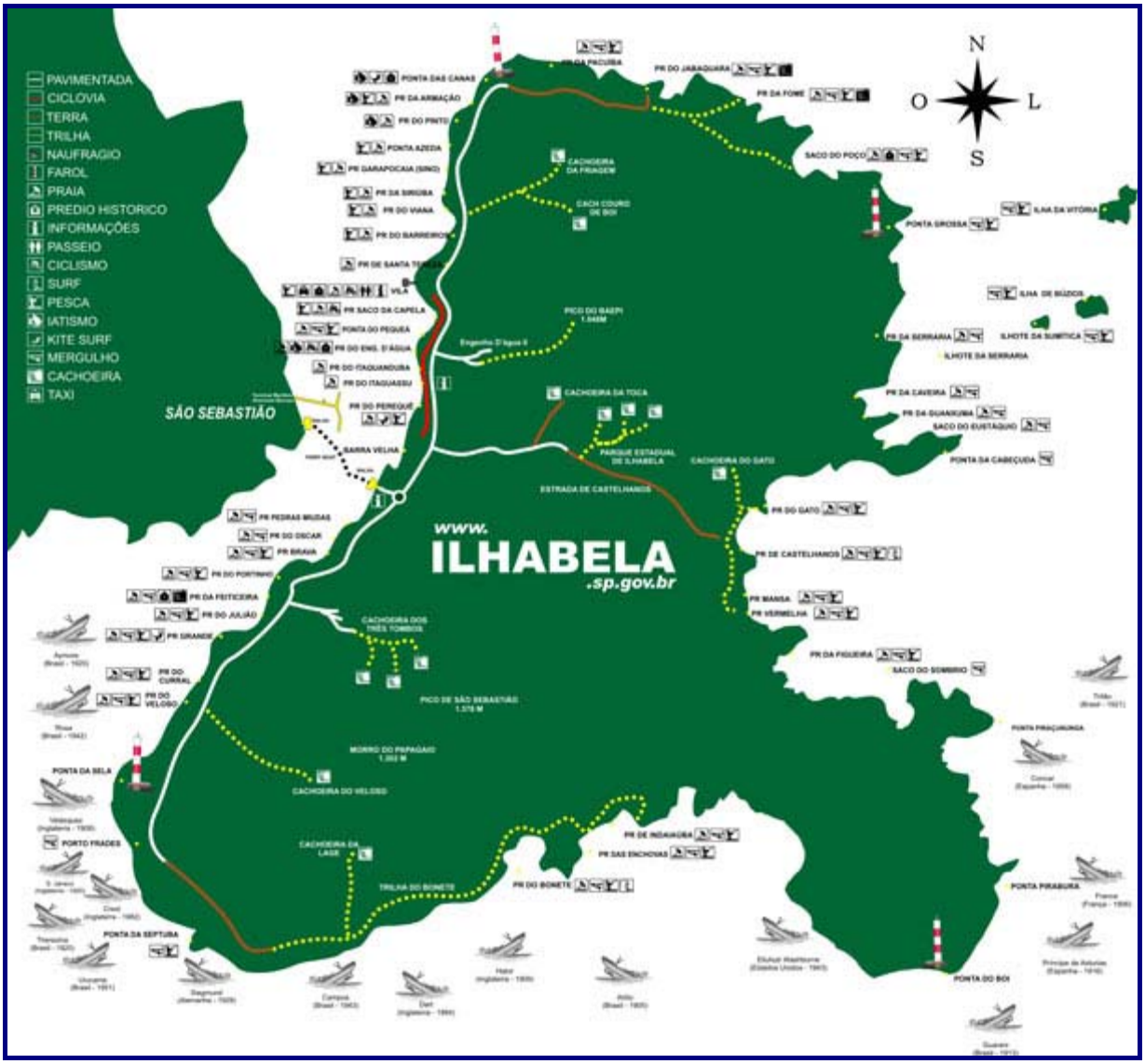
Fonte: Elaboração própria, 2008.

Ilhabela

Ilhabela (**Figura 2.5.3-15**) é um arquipélago com 340 km² de área e cerca de 140 km de costa, que compreende a Ilha de São Sebastião, as Ilhas de Búzios, a Ilha da Vitória, e mais diversas ilhotas (**Figura 2.5.3-16**). O serviço de balsas, ligando o município a São Sebastião, implantado na década de 50, tornou a ilha mais acessível aos turistas. Hoje, o turismo é a principal atividade econômica do município, com ampla infra-estrutura de atendimento ao visitante, seja em sua rede de hospedagem, seja na rede de serviços disponibilizados.

Fonte: http://bresil.pcdingo.net

Figura 2.5.3-15 - Vista de Ilhabela



Fonte: Secretaria de Turismo de Ilhabela

Figura 2.5.3-16 - Mapa Turístico de Ilhabela

Também conhecida como Capital da Vela, a ilha se constitui em um centro de atividades aquáticas, com várias opções para os praticantes de vela e diversas escolas de iatismo que oferecem cursos básicos. Anualmente, no mês de julho, se realiza a Semana da Vela de Ilhabela, evento de repercussão internacional.

Dezenas de naufrágios permanecem em Ilhabela. A explicação, segundo antigos marinheiros e caiçaras, é que as embarcações tinham seus instrumentos de navegação alterados por inexplicável e misterioso campo magnético, o que fazia com

que se desviassem de suas rotas e colidissem com as rochas e lages da costa. Por conta disso, a costa sul da ilha de São Sebastião passou a ser conhecida como o Triângulo das Bermudas da América do Sul e Ilhabela tornou-se um local muito procurado para o mergulho em naufrágio. Além disso, navios de cruzeiros de todo o mundo ancoram na ilha.

Aproximadamente 85% do território do arquipélago constituem o Parque Estadual de Ilhabela. Com 92% de Mata Atlântica preservada, a ilha possui aproximadamente 365 cachoeiras. Por estas razões, as atividades de ecoturismo se fazem bastantes presentes em Ilhabela, sendo várias as trilhas que levam às cachoeiras como a da Laje ou da Toca, ou aos picos de escalada como o Baepi.

No **Quadro 2.5.3-58** identifica os principais atrativos turísticos de Ilhabela.

Quadro 2.5.3-58 - Atrativos turísticos do município de Ilhabela

Atrativos Históricos e Culturais	
Arquitetura Religiosa	Capela de N. Sra. da Conceição, Capela do Portinho, Capela de Sta. Verônica, Capela de S. Benedito, Capela de S. Pedro, Capela do Veloso, Capelinha da Pedra, Igreja da Armação, Igreja Matriz de N. Sra. da Ajuda e Bonsucesso, Igreja da Praia Grande.
Arquitetura Civil	Antiga Casa de Câmara e Cadeia, Cais da Vila, Canoa Vencedora, Casa Antiga da Fazenda Cuiabá, Casa Íon de Freitas, Casarão da Praia da Fome, Casarão da Praia de Indaiauba, Casas e Ranchos Caiçaras, Mapa de Ilhabela, Prédio da Casa de Cultura, Sede da Fazenda Engenho d'Água, Sobradão Barreiros.
Arquitetura Militar	Farol da Ponta da Sela.
Museus e Centros Culturais	Casa de Cultura do Reino, Casa da Cultura FUNDACI – Fundação de Arte e Cultura de Ilhabela.
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Praias	Da Armação, do Arrozal, do Bonete, de Castelhanos, da Caveira, do Curral, de Enchovas, do Engenho D'água, da Feiticeira, da Fome, das Galhetas e Figueira, Garapocaia, do Gato, Grande, de Guanxuma, da Ilha das Cabras, de Indaiauba, de Itaguaçu, de Itaquanduba, do Jabaquara, do Julião (Prainha), de Mercedes, do Oscar, de Pacuíba, da Pedra Miúda, Perequê (da Barra Velha), de Pequeá, do Pinto, do Poço, da Ponta Azeda, da Ponta das Canas, do Portinho, do Saco do Eustáquio, do Saco Grande, do Saco do Indaiá, da Serraria, da Siriúba, do Veloso, do Viana.
Ilhas	Ilha de Alcatrazes, Ilha de Búzios, Ilha das Cabras, Ilha das Calhetas, Ilhota dos Castelhanos, Ilhota das Enchovas Ilhota da Figueira, Ilhota da Lagoa, Ilha da Serraria, Ilha de Vitória.
Rios	Ribeirão de Água Branca, Ribeirão Anchovas, Ribeirão Bonete, Ribeirão Castelhanos, Ribeirão da Corrida, Ribeirão do Cego, Ribeirão da Lage, Ribeirão do Poço, Ribeirão Riscada, Ribeirão das Tocas, Ribeirão do Zabumba, Rio Perequê.
Cachoeiras	Da Água Branca, do Gato (da Laje Preta), Grande, Friagem, da Laje, do Poço e Jabaquara, Pancada d'Água, do Ribeirão, das Tocas, dos Três Tombos, Zabumba.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Estadual de Ilhabela.

Fonte: Elaboração própria, 2008.

i.2) Cultura

Niterói

Niterói, assim como toda cidade complexa, goza de distintas manifestações culturais. No calendário da cidade, o mês de Junho é o mais repleto de eventos festivos, com ênfase para a festa do padroeiro da cidade, São João, e para o evento realizado pelos pescadores da cidade, a famosa barqueata comemorativa do santo padroeiro desses, o São Pedro.

Quadro 2.5.3-59 - Principais manifestações culturais tradicionais e populares na Região Metropolitana

Niterói	
Festividade	**Data de realização**
Reveillon (shows e queima de fogos de artifícios)	janeiro
Carnaval	data móvel
Festa de São Jorge	abril
Festa de São João (Padroeiro da Cidade)	junho
Festa de São Pedro de Jurujuba	
Festa de São Pedro de Itaipu	
Festa de São Judas Tadeu	outubro
Aniversário da Cidade	novembro
Festa de Nª Sra. da Conceição da Cidade	dezembro

Fonte: Elaboração própria, 2008.

Região da Costa Verde – Rio de Janeiro

A Região da Costa Verde é caracterizada pela presença da cultura caiçara, principalmente em Angra dos Reis e Parati. Os caiçaras são mestiços do período colonial, frutos da fusão entre os índios, europeus e negros. Sua expressão cultural reflete a miscigenação de que descendem, desde sua maneira de ocupar o espaço, dividir o tempo como também nas expressões tangíveis.

São muitas as manifestações culturais identificadas nesse trecho, com destaque para o município de Parati, no qual vem há alguns anos sediando o Encontro Nacional de Folclore, durante o mês de agosto. Nesse período grupos folclóricos do Brasil inteiro se reúnem, trocam informações, conhecimentos e várias apresentações ocorrem cidade. Outro evento de destaque cultural que ocorre no município é a Festa Literária Internacional de Paraty – FLIP, que ocorre durante os meses de julho e agosto. Por seis anos seguidos a FLIP vem colocando o município de Parati na rota internacional de visitas, como já foi assinalado no item sobre o turismo da cidade.

Nesse trecho, destaca-se também o artesanato tupi-guarani das aldeias da área do entorno. Muitos índios têm se deslocado até o centro histórico de Parati para vender as cestarias, colares e demais adornos.

Quadro 2.5.3-60 - Principais manifestações culturais tradicionais e populares na Região Sul Fluminense

Parati	
Festas e Eventos	**Data de realização**
Folia de Reis	6 janeiro
Aniversário do Município	28 fevereiro
Procissão do Fogaréu	semana santa
Festa de São Benedito (campinho)	20-23 abril
Festa do Divino Espírito Santo	maio/junho
Festival do Camarão	junho
Festa de São Pedro e São Paulo (Ilha do Araújo)	23 junho
Regata de São Pedro e São Paulo	1 julho
Procissão Marítima de São Pedro	2 julho
Festa de Santa Rita	14 - 23 julho
Encanta Trindade	julho
Festa Literária Internacional de Paraty - FLIP	agosto

Fonte: Elaboração própria, 2008.

Região da Costa Verde – São Paulo

A cultura da região é, em termos gerais, caracterizada pelo modo de vida "caiçara", que foi mencionado anteriormente. Conforme mencionado anteriormente, esse modo de vida está vinculado à mistura das culturas indígenas, negras e portuguesas.

O modo de vida caiçara é caracterizado pela cultura extrativista, que combina agricultura de subsistência com atividade pesqueira. De certa forma, podemos afirmar que a construção das habitações e o domínio sobre o meio ambiente necessário à sobrevivência foram adquiridos com os índios. Os europeus são responsáveis pelo caráter católico, pela língua portuguesa, grupos domésticos menores, de residências não coletivas onde habitavam os casais, como alguns agregados e descendentes.

Na dinâmica cultural das comunidades caiçaras, as atividades de agricultura e pesca relacionam-se não só ao trabalho e à sobrevivência, mas a uma multiplicidade de relações sociais: parentesco, festividades, atividades coletivas, lendas e folclores.

É importante ressaltar que do ponto de vista da cultura imaterial, esta é a uma das regiões mais ricas do sudeste, onde se é possível identificar várias festas relacionadas aos solstícios de tanto de inverno como de verão. Além das festas, o folclore da região é composto por bailados, danças, recreação, ritos, sabenças, artesanatos, mitos e lendas.

Atualmente, muitos grupos locais estão se utilizando das lendas e dos ritos do folclore caiçara em geral para reconstruir a identidade caiçara. Agosto é o mês do folclore, onde se apresentam grupos folclóricos e se pode observar a cultura caiçara local.

As manifestações populares tradicionais podem ser vistas na ocasião dos festejos populares. Nestas oportunidades são apresentadas danças folclóricas, de origem portuguesa como o Xiba, (também chamada Bate-pé ou Cachorro do Mato), a Folia de Reis, a Ciranda e a Dança da Fita, ou as de origem afro-cristã como a Congada de São Benedito. Entre as manifestações folclóricas destacam-se o Boizinho, a Malhação de Judas e João Paulino e Maria Angu.

Quadro 2.5.3-61 - Principais manifestações culturais tradicionais e populares no Litoral Norte Paulista

Caraguatatuba	
Festas e Eventos	**Data de realização**
Litoral Dance Festival	data móvel
Carnaval	data móvel
Dia do Caiçara	15 de março
Festa Junina	junho
Inverno Quente	julho
Folclore em Festa - Festas Populares Tradicionais	agosto
Festival do Camarão	maio

Ilhabela	
Festas e Eventos	**Data de realização**
Carnaval	data móvel
Gincanas Ecológicas	alta temporada
Semana da Cultura Caiçara	maio
Festa de São Benedito	20 de maio
Congada	maio
Semana da Vela	junho/julho
Procissão de São Pedro	29 de junho
Encontro anual de mergulhadores	data móvel
Festa do Camarão	setembro

São Sebastião	
Festas e Eventos	**Data de realização**
Semana da Vela	data móvel
Torneio de Surf	data móvel
Carnaval	data móvel
Festa de São Sebastião	11-20 janeiro
Dia do Caiçara	15 de março
Dia do Índio	19 de abril
Dia do Meio Ambiente	5 de junho
Festa Junina	junho
Festa São Pedro	29 de junho
Festa de Nossa Senhora do Carmo	16 de junho
Festa de Sant`ana	27 de julho
Festas Populares Tradicionais – Mês do Folclore	agosto
Festival do Camarão	setembro
Festa de Nossa Senhora da Conceição	8 de dezembro

Ubatuba	
Festas e Eventos	**Data de realização**
Festa de São Pedro Pescador	29 de junho
Festival do Camarão de Almada	julho
Festa do Divino Espírito Santo	2º quinzena de julho
Feiras das Nações - Gastronomia	outubro
Carnaval	data móvel
Projeto verão	janeiro - fevereiro
Paixão de Cristo	data móvel – semana santa
Reveillon	dezembro

Fonte: Elaboração própria, 2008.

j) Controle e Fiscalização Ambiental

O presente item visa identificar as instituições das esferas federal, estadual e municipal de governo, responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental nos municípios da área de influência do empreendimento nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

j.1) Instituições Federais

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, é o órgão responsável pelo gerenciamento e fiscalização do meio ambiente, em âmbito nacional. Atua sobre as atividades marítimas, unidades de conservação federal e empreendimentos interestaduais, além de ser responsável pelo licenciamento ambiental de grandes projetos de infra-estrutura, com impactos em mais de uma unidade da federação e

nas atividades do setor de petróleo e gás na Plataforma Continental. Para a atuação na área de influência do empreendimento, o IBAMA conta com os escritórios e agências identificados no **Quadro 2.5.3-62** e no **Quadro 2.5.3-63**.

Quadro 2.5.3-62 - Escritórios e Agências do IBAMA com atuação na Área de Influência Fluminense

Escritórios / Agências	Endereço
Gerência Executiva no Rio de Janeiro	Praça 15 novembro, nº 42 - 8º andar Centro CEP: 20.010-010 - Rio de Janeiro - RJ tel: (21) 2506-1734/35/37/38/39/40 fax: (21) 2221-4911

Fonte: www.ibama.gov.br

Quadro 2.5.3-63 - Escritórios e Agências do IBAMA com atuação na Área de Influência Paulista

Escritórios / Agências	Endereço
Superintendência do IBAMA no Estado de São Paulo	Al. Tietê, 637 CEP 01417-020 - Cerqueira César - São Paulo - SP Tel: (11) 3066-2633
Escritório Regional de Caraguatatuba	Av. Sergipe. 1021 - Indaiá CEP 11.674-110 - Caraguatatuba - SP Tel/Fax (12) 3884-2344/3883-1757
Centro Nacional de Pesquisa e Manejo de Tartarugas Marinhas - TAMAR - Base de Ubatuba	Rua Antonio Athanásio, 273 - Bairro Itaguá CEP: 11.680-000 - Ubatuba - SP Tel/Fax: (12) 3832-4046 / 3832-6202 / 3832-7014
Estação Ecológica de Tupinambás	Rua Antonio Cândido, 214 CEP 11.600-000 - São Sebastião - SP Tel: (12) 3892-5573 / 3892-5585 Fax: (12) 3892-5979

Fonte: www.ibama.gov.br

j.2) Instituições Estaduais

Rio de Janeiro

A SEMADUR – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano é o órgão estadual que tem como atribuições formular, coordenar e executar a política de meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Atua, através de suas vinculadas, no controle das diversas formas de poluição, no gerenciamento dos recursos hídricos, da flora e da fauna e no ordenamento das intervenções do homem na natureza, incluída a ocupação do solo urbano.

A FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente – entidade vinculada a SEMADUR, tem como atribuições a defesa e proteção dos ecossistemas, o combate à poluição, a educação ambiental e o gerenciamento e controle das atividades impactantes ao meio ambiente. Atua sobre os ecossistemas costeiros, unidades de conservação estadual, sendo responsável pelo licenciamento ambiental de empreendimentos no Estado do Rio de Janeiro.

Para a gestão ambiental no interior do Estado do Rio de Janeiro, a FEEMA atua através de Agências Regionais, que tem como principal objetivo se constituírem em agentes de fomento do desenvolvimento sustentável, nas respectivas áreas de atuação. Para tal tem buscado a parceria com o poder público local, através das prefeituras e do Ministério Público, bem como com os movimentos sociais ambientalistas.

Apresenta-se no **Quadro 2.5.3-64**, as Agências Regionais da FEEMA com atuação na Área de Influência do empreendimento:

Quadro 2.5.3-64 - Agências Regionais da FEEMA

Agências Regionais	Endereço	Municípios de Influência
Agência Regional da Baía da Ilha Grande - **ARBIG**	End.: Rua Lídia Coutinho, s/nº Centro - Angra dos Reis - RJ	Angra dos Reis
		Mangaratiba
		Paraty

Fonte: www.feema.rj.gov.br

A SERLA – Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – órgão vinculado a SEMADUR, é o gestor dos recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro, responsável pela defesa e proteção dos corpos d'água e de mananciais.

Atua através de Agências Regionais, que funcionam como postos avançados com os seguintes principais objetivos: cadastramento de usuários de recursos hídricos; regularização para outorga de direito de uso das águas; fiscalização e autuação de irregularidades; demarcação de faixa marginal de proteção; registro de denúncias e vistorias.

As Agências Regionais com atuação na Área de Influência são:

- A 1ª AR, sediada em Campo Grande e com sub-sede em Angra dos Reis, com área de abrangência nas Bacias Hidrográficas da Baía de Sepetiba e da Baía da Ilha Grande, envolvendo os municípios de Parati, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Queimados, Seropédica, Japeri, Paracambi e parte dos municípios de Rio Claro, Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Rio de Janeiro e Nova Iguaçu.

- A 3ª AR, sediada em Niterói, com área de abrangência nas Bacias Hidrográficas da Baía de Guanabara Leste e Sistema Lagunar de Maricá, envolvendo os seguintes Municípios: Itaboraí, Guapimirim, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Tanguá e parte dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Magé.

O IEF – Instituto Estadual de Florestas é o órgão técnico e executor da Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atribuições propor a criação e administrar as Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, e fiscalizar e coibir a utilização dos recursos da flora e da fauna em todo o território do Estado.

As atividades de fiscalização do IEF são realizadas através de Patrulhas de Fiscalização e Postos Avançados que cobrem todo o Estado do Rio de Janeiro visando verificar o cumprimento da legislação de proteção à fauna e à flora, fazendo, do ponto de vista administrativo, a constatação das ocorrências para posterior emissão dos respectivos Autos-de-Infração.

O IEF realiza um trabalho investigativo e repressivo, mas também de orientação, coibindo práticas ilegais como caça, tráfico de animais silvestres, pesca predatória, coleta de plantas ornamentais (bromélias, orquídeas, helicônias etc.), desmatamentos e queimadas.

Identificam-se, a seguir, as Patrulhas de Fiscalização com atuação na Área de Influência do empreendimento:

Patrulhas de Fiscalização	Endereço
Posto Avançado de Niterói	Av. Feliciano Sodré, n.º 08 Centro - Niterói Tel: (21) 2717.9240
Patrulha da Juatinga	Rua Antonio Núbile França, s/n.º, Chácara da Saudade – Parati. Tel.: (22) 2735-0925

Fonte:www.ief.rj.gov.br

São Paulo

A SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente é o órgão estadual cuja atividade principal é a administração da qualidade ambiental do Estado. Busca a proteção, o controle e o desenvolvimento do meio ambiente, incentivando o uso adequado dos recursos naturais. Integram esta pasta: a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb, a Fundação Florestal, o Instituto Florestal, o Instituto Geológico e o Instituto de Botânica.

A CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental é a agência do governo responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo. Atua com os objetivos de:

- viabilizar o atendimento dos padrões de qualidade ambiental no Estado, em conformidade com a legislação vigente;
- organizar e colocar à disposição da sociedade dados e informações sobre a qualidade ambiental e as fontes de poluição no Estado;
- desenvolver indicadores e monitorar o desempenho nas diversas áreas de interesse ambiental;
- estabelecer e desenvolver parcerias e convênios de cooperação técnica, científica e financeira com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para atualização do conhecimento científico e tecnológico.

Para alcançar esses objetivos, a CETESB mantêm, em caráter permanente, as atividades de (i) licenciamento e fiscalização de fontes fixas; (ii) fiscalização de fontes móveis; e (iii) monitoramento da qualidade do ar, das águas superficiais interiores, das águas subterrâneas e da balneabilidade das praias, inclusive as interiores.

Essas atribuições lhe são conferidas pela legislação, permitindo desenvolver uma política de controle, corretivo e preventivo, da qualidade ambiental, fiscalização e monitoramento envolvendo planejamento para que as ações técnicas se traduzam em resultados efetivos, educação ambiental para a conscientização da comunidade,

transformando-a em aliado, e pesquisas para que as tecnologias sejam sempre as mais atualizadas.

Para cumprir a sua missão institucional, a CETESB dispõe de 35 agências ambientais, agrupadas em onze escritórios regionais distribuídos estrategicamente pelo Estado. Todas as unidades regionais e as agências estão interligadas "on line" entre si e com a sede, permitindo um acompanhamento permanente das atividades de controle exercidas em todo o Estado. Na área de influência do empreendimento situa-se a Agência Ambiental de Ubatuba, localizada na Rua Cunhambebe 521 - Centro - Cep: 11680-000 - Fone:(12) 3832 3816 - Fax:(12) 3832 3916.

A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal, vinculada à SMA, tem por objetivo contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de proteção e produção do Estado de São Paulo.

Com esse fim, apóia, promove e executa ações integradas voltadas para a conservação ambiental, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, a recuperação de áreas degradadas e o reflorestamento de locais ambientalmente vulneráveis, realizando parcerias com órgãos governamentais e instituições da sociedade civil.

O Instituto Geológico é uma instituição de pesquisa destinada a planejar e executar pesquisas para subsidiar a ocupação do território paulista. Tem como missão principal a realização de pesquisas científicas em geociências e meio ambiente, gerando conhecimentos necessários à implementação de políticas públicas no Estado de São Paulo, através do desenvolvimento dos programas institucionais. Para cumprir sua missão institucional e atender às necessidades do desenvolvimento científico e tecnológico, em consonância com os órgãos de coordenação do Sistema de Meio Ambiente do Estado, atua principalmente nos seguintes temas/áreas: Água Subterrânea, Recursos Minerais, Desastres Naturais, Poluição Ambiental, Zoneamento Territorial, Gestão de Unidades de Conservação, Levantamentos Básicos em Geociências, Sistemas Gerenciadores de Informação e Educação Ambiental. A realização de pesquisa nas diversas áreas são aplicadas na solução de problemas ambientais emergentes ou que necessitam de soluções em médio e longo prazos, bem como na prestação de serviços à população.

j.3) Instituições Municipais

As Prefeituras Municipais da área de influência do empreendimento dispõem de órgãos municipais responsáveis pelo gerenciamento e controle dos ecossistemas municipais. Essas secretarias são identificadas nos quadros apresentados no item 3.5.3. "b" - Grupos de Interesses.

k) Instrumentos de Gestão ambiental

O presente item visa identificar os principais instrumentos de gestão ambiental e do território nas esferas federal, estadual e municipal que possuam interface com as atividades a serem realizadas pelo empreendimento.

k.1) Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC

O PNGC, instituído pela Lei Federal n° 7.661/88, é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e vem sendo executado nos 17 estados costeiros da Federação, no âmbito do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA, com o apoio financeiro do Banco Mundial. Como forma de promover a integração entre os diversos atores que atuam na Zona Costeira, foi criado, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, do Ministério da Marinha, o Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro - GI-GERCO, que é composto por representantes de entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil.

Conforme definido pelo PNGC, a zona costeira corresponde à soma dos territórios dos municípios litorâneos e adjacentes, acrescida de uma faixa marinha de 12 milhas náuticas (mar territorial), incluindo, portanto, a Área de Influência do empreendimento. Os Estados litorâneos participam do PNGC através dos Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro.

Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da FEEMA, tem participado do PNGC por duas razões básicas: (i) a importância do litoral fluminense do ponto de vista econômico e ambiental, e (ii) em atendimento à Lei Estadual n° 1.204, de 7/11/87, que instituiu o Comitê de Defesa do Litoral - CODEL/RJ e fortaleceu as atribuições do Estado na gestão do processo de uso e ocupação do litoral.

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro - GERCO/RJ abrange uma faixa de aproximadamente 800km de extensão correspondendo a faixa marinha de 12 milhas e uma faixa Continental, envolvendo os municípios litorâneos até 50km desde que abrigue fontes poluidoras de alto impacto, dentre outras.

Para fins de Gerenciamento Costeiro, o litoral fluminense foi subdividido em 4 setores, identificados a seguir, dos quais, na área de influência do presente estudo, destacam-se os de número 1 e 2:

- **Setor 1 - Litoral Sul**: municípios de Parati, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri;
- **Setor 2 - Litoral da Baía de Guanabara**: - municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Belfort Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Itaboraí, Niterói, Marica;
- **Setor 3 - Litoral da Região dos Lagos**: municípios de Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro d'Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras.
- **Setor 4 - Litoral Norte – Fluminense**: Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana.

Constituem-se como principais objetivos do GERCO/RJ:

- Implantar um plano de gestão para a faixa costeira do litoral do Estado do Rio de Janeiro;
- Fortalecer o sistema de controle e fiscalização do ambiente costeiro, pela cooperação e parceria com os municípios e com os demais órgãos atuantes na faixa costeira (Plano Integrado de Gestão Costeira);
- Fortalecer os mecanismos de cooperação técnica e assessoramento aos municípios litorâneos para a incorporação das diretrizes do macrozoneamento costeiro nos seus respectivos Planos Diretores;

- Implantar o processo de acompanhamento sistemático (monitoramento) das ações antrópicas sobre o meio ambiente com a incorporação da tecnologia de sensoriamento remoto;
- Implantar novas unidades de conservação da natureza, compreendendo os parques, as reservas biológicas, as estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico e consolidação das unidades já existentes;
- Otimizar a atuação do Estado no fomento à projetos específicos de recuperação ambiental e de desenvolvimento sustentado, a serem implantados por iniciativa das organizações não-governamentais e setor privado;
- Sistematizar uma base de informações técnico-científicas sobre a faixa costeira, como apoio a administração pública federal, estadual e municipal;
- Aprimorar a legislação aplicável à faixa costeira do estado e edição de uma Lei de Defesa do Litoral;
- Criar mecanismos de participação popular no planejamento e controle do uso do espaço costeiro.

Dentre as atividades em desenvolvimento no Rio de Janeiro, destacam-se:

- Apoio à Regulamentação da Lei nº. 7661, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em apoio ao Ministério do Meio Ambiente;
- Participação em grupo de trabalho para implementação de projeto piloto de controle de água de lastro nos Portos de Sepetiba;
- Apoio na implementação do Projeto Orla, que visa o ordenamento desta fração da zona costeira, envolvendo o aperfeiçoamento do arcabouço normativo e a integração dos diversos atores na gestão integrada da orla.
- Apoio na implementação da Agenda Ambiental Portuária que visa o fortalecimento da capacidade dos portos brasileiros para o controle ambiental.

- Apoio à estruturação do Programa de Proteção do Ambiente Marinho no Atlântico Sudoeste, vinculado ao Programa de Ação Global de Proteção do Ambiente Marinho frente às Atividades Baseadas em Terra, coordenado pelo PNUMA/ONU.

- Plano de Gestão Costeira da Baía de Guanabara, desenvolvido através de convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Terra de Preservação Ambiental, sob supervisão da FEEMA/SEMADUR, tendo como principal objetivo fortalecer os instrumentos e procedimentos de gestão, integrando em sua estrutura os diversos segmentos sociais que direta ou indiretamente se relacionam com a Baía de Guanabara.

- Apoio permanente ao processo de Gestão Ambiental envolvendo a sistematização de informações sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da zona costeira, perícias e avaliações ambientais, o planejamento de unidades de conservação, o apoio aos municípios no ordenamento do solo, dentre outros.

Entre as principais perspectivas do GERCO/RJ, destacam-se:

- Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro: Integração, sob o ponto de vista metodológico e cartográfico, dos diversos instrumentos de ordenamento do uso do solo existentes.

- Planos de Gestão da Zona Costeira: Proposição do Plano de Gestão da Zona Costeira do Estado integrando as diversas ações setoriais que incidem sobre a zona costeira.

- Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro: Continuidade ao processo de implantação da base de dados e integração com outros bancos de dados.

- Monitoramento da Qualidade Ambiental: (i) Modernização e ampliação da rede de monitoramento da qualidade ambiental, sobretudo no que se refere aos aspectos faunísticos, florísticos e sócio-econômicos e (ii) Incorporação da tecnologia de sensoriamento remoto no processo de acompanhamento das interferências antrópicas sobre o meio ambiente.

- Plano Estadual de Gestão Costeira: Proposição de projeto de lei integrando os instrumentos legais existentes e definindo o modelo institucional para gerenciamento da costa.

- Plano Municipal de Gestão Costeira: Programa de Apoio à Gestão Ambiental nos Municípios.

São Paulo

A partir da promulgação da Lei n.º10.019 de 3 de julho de 1998, que instituiu o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, o governo do estado, através da Secretaria do Meio Ambiente, deu início ao programa de gerenciamento costeiro.

Constituem-se enquanto instrumentos do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro

- Zoneamento Ecológico-Econômico - estabelece as normas disciplinadoras para a ocupação do solo e o manejo dos recursos naturais que compõem os ecossistemas costeiros, bem como aponta as atividades econômicas mais adequadas para cada zona.

- Sistema de Informações - opera com informações cartográficas, estatísticas e de sensoriamento remoto, possibilitando a análise, avaliação e divulgação periódica da evolução dos indicadores de qualidade ambiental.

- Planos de Ação e Gestão - estabelecem um conjunto de programas e projetos setoriais, integrados, compatíveis com as diretrizes estabelecidas no zoneamento.

- Monitoramento e Controle - orienta o licenciamento e a fiscalização das atividades sócioeconômicas, a partir do acompanhamento da evolução dos indicadores de qualidade ambiental.

A Zona Costeira do Estado de São Paulo, com extensão de 700 km e área de 27.000 km² aproximadamente, inclui 36 municípios e abriga a maior parte da Mata Atlântica remanescente no estado. Para efeitos do programa, o litoral paulista foi subdividido em quatro setores:

- Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia (Litoral Sul);

- Vale do Ribeira, considerando sua bacia de drenagem na vertente atlântica e os limites municipais;

- Região Metropolitana da Baixada Santista;

- Litoral Norte.

Os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, integrantes do Litoral Norte e da área de influência do empreendimento, dispõe, desde 2004, de Zoneamento Ecológico-Econômico, elaborado com a participação de representantes do poder público, dos setores produtivos e da sociedade civil, aprovado audiências públicas realizadas em outubro e novembro de 2003 e regulamentado pelo Decreto n°49.215 de 07 de Dezembro de 2004.

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte prevê usos e atividades para as diferentes zonas, estabelece diretrizes, metas ambientais e socioeconômicas e dá outras providências, nos termos estabelecidos pela Lei nº. 10.019, de 3 de julho de 1998.

O Zoneamento Ecológico-Econômico está delimitado cartograficamente em mapas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em escala 1:50.000, englobando os ecossistemas terrestres, marinhos e de transição, sendo que, por suas características especiais, os ecossistemas de transição poderão ter suas normas, diretrizes e metas estabelecidas ora no Zoneamento Terrestre, ora no Zoneamento Marinho, ou ainda em ambos.

No zoneamento são identificados os tipos de atividades compatíveis em cada zona, de acordo com a fragilidade estrutural do ambiente. As zonas 1, 2 e 3 são compatíveis com as atividades marinhas (unidades de conservação, maricultura, pesca artesanal, portos de recreio, Pequenas Estruturas de Apoio, e atividades recreacionais) e as zonas 4 e 5 são apropriadas para áreas contíguas terra/mar onde ocorrem, acrescidas de marinha e área de influência direta (portos, terminais, portos de recreio, Médias Estruturas de Apoio e Grandes Estruturas de Apoio).

São os seguintes os compartimentos utilizados para ordenamento ambiental na área marinha e de uso identificado.

- Ubatuba - Joatinga, ilha das Couves, Baía de Picinguaba, Baía de Ubatumirim, Baía de Ubatuba, Praia Grande, Baía do Mar Virado, Baía da Fortaleza, Ilha do Mar Virado, Ilha Anchieta, Ubatuba-Sul.

- Caraguatatuba - Ilha do Tamanduá, Mocóca, Enseada de Caraguatatuba, Camaroeiro.

- Ilhabela - Vitória, Búzios, Ilha de São Sebastião Leste, Ilha de São Sebastião Norte, Baía de Castelhanos, Ilha de São Sebastião Sudeste, Ilha de São Sebastião SW/S, Canal de São Sebastião.

- São Sebastião - Alcatrazes, Montão do Trigo, Maresias, As Ilhas.

A atividade de planejamento do espaço marinho constitui-se em ferramenta extremamente importante no âmbito do macrozoneamento costeiro, porque concebe a existência de uma continuidade de organização nas áreas adjacentes do espaço continental, no caso, a plataforma proximal. Este é, sem dúvida, um desafio que objetiva iniciar, aprimorar e ajustar uma proposta de compartimentação e melhor utilização, devido às pressões que as populações costeiras exercem sobre este espaço transicional.

k.2) Unidades de Conservação:

Esfera federal

O IBAMA é o órgão executor do Ministério do Meio Ambiente. Está organizado em cinco Diretorias superiores: Ecossistemas - DIREC; Recursos Naturais Renováveis - DIREN; Incentivo à Pesquisa e Divulgação - DIRPED; Controle e Fiscalização - DIRCOF e Administração e Finanças - DIRAF. Em cada um dos estados da Federação o IBAMA dispõe de uma Superintendência Estadual, com a função de unidade descentralizada.

As unidades de conservação dos recursos naturais - UCs estão subordinadas administrativamente às Superintendências Estaduais e tecnicamente à sede central em Brasília, da seguinte forma:

- As unidades de uso indireto dos recursos naturais - Parques Nacionais - PARNA, Reservas Biológicas – REBIO e Estações Ecológicas – ESEC, e ainda as Reservas Ecológicas estão subordinadas à Diretoria de Ecossistemas – DIREC, através de seu Departamento de Unidades de Conservação – DEUC.

- As Áreas de Proteção Ambiental – APA, as Áreas de Relevante Interesse Ambiental – ARIE, de uso direto dos recursos, bem como o reconhecimento das Reservas

Particulares do Patrimônio Nacional – RPPN estão subordinadas à DIREC, através de seu Departamento de Vida Silvestre – DEVIS.

- As Florestas Nacionais, de uso direto dos recursos, são subordinadas à Diretoria de Recursos Naturais – DIREN.
- As Reservas Extrativistas, de uso direto dos recursos, estão vinculadas diretamente à Presidência da República, através do Centro Nacional de Populações Tradicionais – CNPT.

Segundo o Regimento Interno do IBAMA (Portaria Nº. 445 de 16/08/89) são competências do Departamento de Unidades de Conservação promover, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas às Unidades de Conservação de uso indireto. É de responsabilidade da Divisão de Gerenciamento das Unidades de Conservação: gerenciar as Unidades de Conservação de propriedade da União; elaborar e manter atualizados os planos de manejo das Unidades de Conservação de uso indireto; aplicar os planos de manejo de cada unidade federal de uso indireto; prestar assistência técnica à elaboração de planos de manejo das Unidades de Conservação de uso indireto implantadas pelos governos estaduais e municipais, bem como por instituições públicas ou privadas.

O Departamento de Vida Silvestre (DEVIS) possui duas divisões, sendo a Divisão de Conservação de Ecossistemas a encarregada de administrar as Áreas de Proteção Ambiental. A Portaria anteriormente citada estabelece as competências da Divisão de Conservação de Ecossistemas como (i) - realizar o levantamento e o diagnóstico de ecossistemas;(ii) elaborar e propor diretrizes para o zoneamento ambiental, a proteção e recuperação de ecossistemas e a manutenção da diversidade de biótopos, com ênfase para espécies ameaçadas de extinção; (iii) sugerir medidas técnicas necessárias à conservação de ecossistemas, notadamente frente a intervenções antrópicas; (iv) promover ou acompanhar programas regionais de proteção e recuperação de ecossistemas.

Em relação às Superintendências Estaduais, administrativamente subordinadas ao Presidente do IBAMA e tecnicamente aos Diretores, a mesma Portaria define suas competências como: operacionalizar planos, programas e projetos do Instituto, em sua área de jurisdição, bem como supervisionar as atividades e projetos do Instituto em sua área de Treinamento e de Pesquisa, Estações de Aqüicultura, Unidades de

Conservação e outras que lhe sejam subordinadas e, entre outras atribuições: propor o desenvolvimento de atividades que atendam a problemas específicos de meio ambiente, proteção e conservação de recursos naturais renováveis, a nível estadual e desenvolver estudos e propor à Diretoria de Ecossistemas a criação de novas Unidades de Conservação, entre outras atribuições.

As Unidades de Conservação devem, portanto, contar com instrumentos de planejamento e gestão ambiental. As Unidades de Uso Indireto, como os Parques Nacionais, devem elaborar Plano de Manejo para estabelecer as diretrizes básicas do manejo da unidade, utilizando técnicas de planejamento ecológico para determinar o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades (IBAMA, 1996). As Unidades de Conservação de Uso Direto como as Reservas Extrativistas, elaboram o Zoneamento Econômico Ecológico, instrumento que disciplina a ocupação o uso da unidade, e direciona o uso sustentável dos recursos naturais.

Na Área de Influência situam-se as Unidades de Conservação da esfera federal relacionadas no **Quadro 2.5.3-65**.

Quadro 2.5.3-65 - Unidades de Conservação Federal existentes na Área de Influência

Estado	Categoria	LOCALIZAÇÃO	TIPO
Rio de Janeiro	Estação Ecológica de Tamoios	Angra dos Reis/Parati	Proteção Integral
Rio de Janeiro	Parque Nacional da Serra da Bocaina	Angra dos Reis, Parati, Cunha, São José do Barreiro	Proteção Integral
Rio de Janeiro	Área de Proteção Ambiental de Cairuçu	Parati	Uso Sustentável
São Paulo	Estação Ecológica Tupinambás	Ubatuba	Proteção Integral

Fonte: IBAMA

Esfera Estadual

Os instrumentos de planejamento e gestão ambiental em âmbito estadual não se diferenciam dos existentes em âmbito federal: Zoneamento Econômico-Ecológico e Plano de Utilização para as unidades de uso direto e sustentável e Plano de Manejo para as unidades de uso indireto e proteção integral, além dos Planos Setoriais desenvolvidos com a finalidade de fiscalização, pesquisa, educação ambiental, entre outros. As características das principais unidades de conservação existentes na área de influência do empreendimento estão descritas no item 2.5.2.1 - Caracterização das Principais Unidades de Conservação.

Rio de Janeiro

Quadro 2.5.3-66 - Unidades de Conservação Estadual - Rio de Janeiro

Nome	Localização	Tipo
Parque Estadual da Serra da Tiririca	Niterói e Maricá	Proteção Integral
Área Natural Tombada canto Sul da praia de Itaipu, Ilhas da Menina, do Pai e da Mãe	Niterói	Uso Sustentável
Área Natural Tombada Ponta da Trindade, Ponta da Fazenda, Enseada do Sono, Praia da Ponta do Caju, Enseada do Pouso, Ilha de Itaóca, Saco e Manguezal de Mamanguá, Enseada de Parati-Mirim, Ilha das Almas, Praia Grande, Ilha do Araújo, Praia de Tarituba	Angra dos Reis/Parati	Uso Sustentável
Parque Estadual Lazer de Parati Mirim	Parati Mirim	Uso Sustentável
Reserva Ecológica da Juatinga	Parati	Proteção Integral

Fonte: FEEMA

São Paulo

Quadro 2.5.3-67 - Unidades de Conservação Estadual - São Paulo

Nome	Localização	Tipo
Estância Ubatuba	Ubatuba	Uso Sustentável
Parque Estadual da Ilha Anchieta	Ubatuba	Proteção Integral
Parque Estadual Serra do Mar	Parati, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Bertioga	Proteção Integral
Estância Caraguatatuba	Caraguatatuba	Uso Sustentável
Estância São Sebastião	São Sebastião	Uso Sustentável
Estância Ilhabela	Ilhabela	Uso Sustentável
Parque Estadual Ilhabela	Ilhabela	Proteção Integral
Área sob Proteção Especial Costão do Navio	São Sebastião	Proteção Integral
Área sob Proteção Especial CEBIMAR	São Sebastião	Proteção Integral
Área sob Proteção Especial Boissucanga	São Sebastião	Proteção Integral
Reserva Indígena Ribeirão Silveira	São Sebastião	Proteção Integral
Área Natural Tombada Reserva Estadual Serra do Mar e Paranapiacaba	Parati, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Bertioga	Uso Sustentável

Fonte: Fundação Florestal, SMA

Esfera Municipal

Rio de Janeiro

Quadro 2.5.3-68 - Unidades de Proteção Municipal – Rio de Janeiro

	Localização	Tipo
Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Piratininga / Itaipú	Niterói	Uso Sustentável

k.3) Planejamento e Gestão Municipal

O principal instrumento de planejamento e gestão nos municípios brasileiros é o plano diretor, obrigatório, de acordo com o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10,257), para todos os municípios com população acima de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Todos os municípios implicados no estudo têm mais de 20.000 habitantes e todo, com exceção de São Sebastião já tem seus planos diretores aprovados.

Na AI fluminese, Niterói revisou o seu Plano Diretor em 2004, estabelecendo na sua política urbana a criação de dois fundos de natureza financeiro-contábil: o Fundo Municipal de Urbanização, Habitação Popular e Regularização Fundiária e o Fundo Municipal de Conservação Ambiental, vinculados às Secretarias Municipais de Urbanismo e de Meio Ambiente (Artigos 18 e 19 do Plano Diretor Minicipal).

Parati revisou seu plano diretor no início de 2001, o que gerou certos problemas com o IPHAN, em função de disposições vinculadas a proteção de seus bens patrimoniais.

Na Costa Verde paulista, o município de Caraguatatuba apresentou seu projeto do Plano Diretor em outubro de 2006, onde foi dado destaque à conservação ambiental, em especial aos seus recursos costeiros, e ao bem-estar das comunidades tradicionais e aos seus meios de vida (agricultura e pesca artesanal).

Em Ubatuba, o Plano Diretor – aprovado em 2006 – destaca do turismo oficialmente, como o principal vetor de desenvolvimento sócio-econômico do município. Portanto, todos os esforços deverão se voltar para a profissionalização desta importante e rentável atividade.

Em Ilhabela, se destaca como substancial a conservação ambiental em relação ao desenvolvimento do turismo sustentável. Inclusive, em seu Plano Diretor, foram estabelecidas Zonas de Restrição Total à ocupação (ZRT), que compreendem as áreas de costões rochosos, praias e a área abrangida pelo Parque Estadual de Ilhabela. Essa zona é definida como:

- Terrenos não urbanizáveis por razões de ordem geotécnica e ecológica;
- Módulos não parceláveis e não desmembráveis nem mesmo por direitos hereditários.

Em São Sebastião o projeto de Plano Diretor está pronto para ser aprovado, nos próximos dois anos, durante o processo de participação da sociedade civil, exigido como uma das etapas de implantação desse instrumento de gestão municipal, pela lei Federal que o regulamenta.

l) Principais recursos naturais utilizados e sua importância no contexto socioeconômico

A área que poderá sofrer potenciais impactos da perfuração petrolífera é constituída por uma longa faixa costeira que se estende na região norte de São Paulo até o município de Parati, no Rio de Janeiro. O outro município presente, descontínuo dessa região, Niterói, também possui esse padrão de costa longínqua.

Conforme visto anteriormente, a faixa costeira, do norte paulista e do sul fluminense, apresenta elevado valor ecológico e a qualidade de seus recursos naturais é de extrema relevância do ponto de vista socioeconômico, tendo em vista a importância das atividades turística e da pesca praticadas na região, principais fontes de renda e emprego para grande parte de seus habitantes.

As duas regiões que compõem a área de influencia, a Costa Verde e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, possuem formas diferenciadas de utilização de seus recursos naturais.

Niterói - Região Metropolitana

A Região Metropolitana apresenta alta complexidade em termos de uso de seus recursos naturais. No que diz respeito à sua faixa litorânea, inclusive seu sistema lagunar associado, de grande importância para a atividade turística é conseqüente

relevância econômica, social e cultural, a preservação de seus recursos naturais é decisiva. Hoje se convive com uma situação de degradação de suas praias e de elevada poluição de seu sistema lagunar por esgotamentos sanitários, resíduos sólidos e óleo de embarcações, dentre outros, que tem sido alvo de ações permanentes do poder público com vistas a superá-la. Estas ações envolvem investimentos diretos na montagem de infra-estrutura direcionada à despoluição dos recursos naturais, a publicação de inúmeros instrumentos legais que visam ordenar seu uso e coibir ações potencialmente degradadoras e campanhas de conscientização sobre a necessidade de preservação do meio ambiente.

Em Niterói, é de especial importância o recurso oceânico. O porto da Ilha da Conceição é, por seus volumes de desembarque, um importante pólo de desenvolvimento da pesca, que a partir daí alcança os mercados de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo. Niterói configura-se como o mais importante pólo pesqueiro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em termos de produção e comercialização. As embarcações aí aportadas são de diferentes tipos e tamanhos e variam de acordo com o tipo de atividade pesqueira desenvolvida, sendo a maior parte vinculada a pesca industrial ou empresarial.

Parati - Região da Costa Verde Fluminense

A Região da Costa Verde Fluminense tem no turismo e na pesca suas principais atividades geradoras de renda e empregos. Embora possua padrões elevados de preservação de seus recursos naturais, já apresenta problemas de degradação ambiental decorrentes do uso excessivo destes recursos pelo turismo e pela pesca predatória.

Hotéis, pousadas e restaurantes atestam a vigorosa atividade turística da antiga cidade de Parati, assim como da zona rural do município, na qual se oferecem múltiplas atividades de ecoturismo. Tem-se ainda a proposta de consideração de Parati como Patrimônio Mundial, o que reforçaria seu perfil patrimonialista como um dos principais recursos do município – patrimônio material e imaterial aparecem imbricados na proposta: "A Paisagem Cultural de Parati e o Caminho do Ouro".

Como já foi sinalado, o outro recurso natural importante da região é constituído pela sua região oceânica. A pesca em Parati é realizada, principalmente, mediante as técnicas tradicionais caiçaras. O que tem também relação com o próprio turismo: se

promove a "cozinha caiçara" na Costa Verde, que está diretamente vinculada a pesca e à agricultura de subsistência.

Municípios da Costa Verde Paulista - Região do Litoral Norte

O Litoral Norte de São Paulo também adotou a denominação de Costa Verde, já que apresenta uma situação muito semelhante à da região da Costa Verde Fluminense, onde a ocupação desordenada promovida pela atividade turística se reverte na degradação de seus recursos naturais. O desmatamento de áreas, a extração de minerais para a construção civil, a poluição das águas por esgotamentos sanitários, o desrespeito aos períodos de defeso e a ausência de infra-estrutura adequada de saneamento básico são alguns dos problemas marcantes que indicam um processo de degradação de seus recursos naturais.

Assim como no caso da Costa Verde Fluminense, o Litoral Norte encontra-se em uma situação onde se considera viável a recuperação de sua situação de degradação ambiental. Medidas reguladoras estão sendo implantadas, que podem vir a reverter as tendências atuais promovendo o ordenamento do uso dos recursos naturais na região. Entre estas medidas se destacam a regulamentação recente dos planos diretores municipais, realizada em meio a um considerável avanço da discussão publica das problemáticas de ordenamento territorial e ambiental.

Em Ubatuba, o mar oferece um dos principais recursos naturais explorados do município, base de sustentação de um grande parcela de sua população, os pescadores. O turismo, outra fonte de recurso significativa do município, se relaciona diretamente com a exuberante e diversa geografia costeira de Ubatuba e o Parque Estadual da Serra do Mar.

Caraguatatuba se encontra ao sul de Ubatuba e contém em seu território uma porção da Serra do Mar. O núcleo Caraguatatuba do Parque Estadual da Serra do Mar se une com o núcleo Picinguaba, em Ubatuba, e com o trecho situado no município de São Sebastião.

O município de São Sebastião conta com um importante recurso geográfico: um porto que permite o acesso de embarcações com calado profundo. A importante atividade portuária do município serve, especialmente, a carga e descarga de petróleo, derivados e outros produtos subsidiários da indústria. Originalmente pensado para a

recepção de petróleo e derivados do Oriente Médio (construído nos anos 60), o Terminal Marítimo Almirante Barroso se encontra hoje em meio a uma nova região petrolífera, em plena área de influencia do empreendimento e demais empreendimentos a serem implantados na Bacia de Santos.

Ilhabela é o único município dessa região localizado sobre um arquipélago, contendo, por isso, especificidades próprias que lhe conferem um atrativo turístico particular. Junto ao seu município vizinho, São Sebastião, abrigam um importante turismo náutico, com grande numero de atracadouros e marinas. O território escarpado do município abriga uma importante biodiversidade, típica de ambientes costeiros de Mata Atlântica.

m) Qualidade da paisagem natural

A Área de Influência do empreendimento tem como característica básica de sua paisagem, a leste, uma faixa litorânea onde se encontram praias, dunas, restingas, mangues, baías, ilhas e enseadas. Em seu limite oeste, encontra-se a Serra do Mar, com seus contornos, picos e escarpas, recoberta com remanescentes da Mata Atlântica. Entre estes limites, são encontradas diversas lagoas e lagunas.

O contraste entre a região costeira e a região serrana, comum a grande parte da área de influencia, confere-lhe extrema beleza cênica proporcionando um elevado potencial turístico.

O Litoral Norte de São Paulo se caracteriza por uma costa recortada, com baías abrigadas e ilhas e uma grande quantidade de praias, de onde se avistam as escarpas da Serra do Mar. É uma região onde a beleza da paisagem é extremamente favorável ao desenvolvimento de uma atividade turística de veraneio. Conforme já visto, é uma região que preserva grande parte de seu território com cobertura vegetal e que apresenta uma boa qualidade ambiental em sua zona litorânea.

A floresta da Mata Atlântica tem sido reconhecida como uma reserva mundial de biodiversidade. Por sua considerável extensão latitudinal e topográfica, a mata não é homogênea. Um dos principais fatores relacionados a configuração de diferentes tipos de sub-ecossistemas refere-se à quantidade de chuvas e à variação das zonas climáticas,

Parati é o município da Costa Verde fluminense que se encontra em melhores condições ambientais. Com uma população proporcionalmente reduzida, em relação ao tamanho do seu

território, o baixo nível ocupacional e o isolamento de algumas das comunidades aí residentes, sem dúvida, contribuíram para manutenção de seus ecossistemas originários, que se convertem em importante bem impulsionador de sua principal atividade econômica – em termos de geração de divisaes para o município – o turismo. A manutenção de atividades de subsistências tradicionais, também contribui para conservação desses ecossistemas, uma vez que estas se caracterizam como economias de subsistência familiar e não envolvem uma produção voltada para a geração de excedentes e para o mercado.

Os municípios da zona se encontram demarcados pelo Oceano Atlântico e pela Serra do Mar, que pode alcançar uma altura de 800 e 1000 metros. Atrás da cadeia montanhosa, está uma das rodovias mais importantes do país, que une as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, a BR-101, também conhecida como Rodovia Rio-Santos.

A Serra do Mar, o mais importante berço de mata atlântica da região da Costa Verde, tem seu ecossistema afetado por dois principais fatores: a falta de conectividade entre as suas reservas e florestas e a quantidade de atividade extrativas e desmatamentos ocorridos nos últimos anos. Hoje em dia, os conceitos de ecologia da paisagem (*landscape ecology*) discutem a velha teoria das "ilhas de biodiversidade" (*biodiversity island*), propondo em troca a idéia de "corredores de biodiversidade" (*landscapes corridors*). As novas estratégias de conservação, ao invés de estarem concentradas na criação de reservas isoladas em florestas de tamanho médio, difundem a necessidade de uma nova abordagem, que permita um planejamento bio-regional, capaz de resgatar a biodiversidade por meio da criação de corredores ecológicos, por onde possa circular sem dificuldade a fauna local.

Em Ubatuba, outros usos da terra, a exceção do turismo e do ecoturismo, se encontram restringidos, postos que o município contem uma importante parcela de seu território nos domínios da Serra do Mar e das áreas de proteção ambiental que a resguardam. O Parque Estadual representa cerca de 70% do seu território, assim como existem áreas tombadas que envolvem outros 15% do mesmo, totalizando 85% sobre algum tipo de proteção legal e restrição de uso e ocupação.

O Parque da Serra do Mar tem um tamanho suficiente para garantir a referida conectividade e oferecer-se como um corredor de mata atlântica. O tipo de restrições de uso do solo protegem adequadamente a flora e a fauna existentes no município de Ubatuba. Pode-se afirmar que a mata aí está fora de risco, a não ser que fatores exógenos de grande impacto possam modificar as tendências atuais de conservação.

Caraguatatuba, situado ao sul de Ubatuba, também abriga uma porção do Parque Estadual Serra do Mar, assim como São Sebastião, onde a paisagem natural é resguardada pelos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.

Sem dúvida, a especificidade da paisagem de São Sebastião, em relação aos demais municípios da costa verde paulista, reside na existência do Terminal Marítimo Almirante Barroso. Nesse terminal se carregam e descarregam produtos de altíssimo potencial contaminante. Já ocorreram derramamentos de petróleo em suas águas e esse risco se constitui como uma das principais ameaças ambientais à conservação do município.

Ilhabela também segue o mesmo padrão de baixa ocupação humana combinada a grandes parcelas de áreas protegidas, que alcançam 85% da área total de seu território, com uma paisagem qualitativamente em bom estado de conservação ambiental.

n) Caracterização da Atividade Pesqueira

n.1) Metodologia e Aspectos da Pesquisa

A atividade de perfuração marítima exploratória está prevista para ocorrer nos Blocos BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59, todos confrontantes localizados na bacia de Santos, em área oceânica adjacente ao município de Ilhabela, no Estado de São Paulo. Estes blocos estão situados a uma distância mínima de cerca de 80 km e em lâmina d'água variando aproximadamente de 100 a 300 m.

De acordo com ressaltado no item 2.3 deste estudo, dentro dos critérios estabelecidos para a definição da Área de Influência do empreendimento considerou-se as possíveis interferências na dinâmica pesqueira realizada na região, a delimitando a partir dos municípios, cujo os pescadores utilizam a área dos blocos BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59 como áreas de pesca.

Para a identificação das possíveis interferências do empreendimento na atividade pesqueira, estabeleceu-se uma área de estudo abrangente, incluindo os municípios que desenvolvem pesca em grande escala na bacia de Santos, bem como os municípios litorâneos confrontantes aos Blocos, para então, a partir dos possíveis impactos sobre a atividade pesqueira, definir a área de influência do empreendimento.

Nesse sentido, foi considerado o principal fator de impacto: a criação de uma zona de exclusão para as atividades pesqueiras, em um raio de 500 m do entorno das unidades de perfuração e eventuais acidentes com embarcações ou petrecho de pesca ao longo da rota das embarcações de apoio, entre a locação dos poços e o município de Niterói, onde se situa a base de apoio à atividade.

A identificação das áreas de pesca artesanal foi realizada a partir dos levantamentos de campos, realizados pela Ecology Brasil, nos períodos de 2005 a 2006 nos municípios costeiros situados entre Angra dos Reis-RJ e Peruíbe-SP. Durante as entrevistas com lideranças pesqueiras e demais pescadores desses municípios foi apresentada uma Carta Náutica da região para cada grupo entrevistado e foi solicitado que, os mesmos, desenhasse a área de atuação da frota pesqueira artesanal do município, tendo sido considerado o desenho mais abrangente. Para a identificação das áreas de pesca industrial, dada a autonomia de deslocamento da frota, considerou-se a área de ocorrência as principais espécies pesqueiras de interesse comercial capturadas na região.

A partir das cartas náuticas com os desenhos das áreas de atuação da frota pesqueira artesanal, elaborou-se um mapa contendo as coordenadas dos BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59, áreas de atuação da frota artesanal por município e áreas de ocorrência de espécies pesqueiras de interesse comercial, a fim de auxiliar a interferência sobre as atividades de pesca artesanal e industrial na região.

Embora, a atividade de perfuração marítima exploratória nos Blocos BM-S-56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59, não apresente interferência com a pesca artesanal dos municípios estudados, de modo geral, as atividades de petróleo desenvolvidas na Bacia de Santos vêm despertando interesses e causando grande expectativa dos grupos sociais locais. Nesse sentido, optou-se por adotar como critério para a delimitação da Área de Influência da atividade os municípios confrontantes aos Blocos, tendo como recorte as menores distancias dos Blocos em relação a costa, compreendendo os municípios costeiros situados no trecho entre Parati-RJ e Ilhabela-SP.

O debate em torno dessas populações “tradicionais” de caiçaras ganha espaço nas esferas de políticas públicas associadas às discussões sobre a conservação da Mata Atlântica. Conforme consta no Capíluto II (dos objetivos e princípios do regime

jurídico do bioma da mata atlântica), da lei sancionada pelo Governo Lula, após ser aprovada pelo Congresso Nacional, em 2006, a definição jurídica de população tradicional é dada da seguinte maneira: "população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental".

Outra definição pode ser encontrada no Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, de São Paulo (ZEE, 2005), onde as comunidades tradicionais são consideradas: "grupos humanos culturalmente diferenciados, fixados numa determinada região, historicamente reproduzindo seu modo de vida em estreita dependência do meio natural para sua subsistência".

As comunidades pesqueiras da Costa Verde são consideradas e reivindicam a condição de populações tradicionais, numa luta de resistência, que atribui contornos culturais a uma reivindicação política, de direitos. Essas populações praticam uma atividade pesqueira de subsistência ou artesanal com baixo potencial produtivo - e, por isso, considerada como de "baixo impacto ambiental". A falta de recursos inviabiliza o investimento desses pescadores na compra e manutenção de embarcações de grande porte e petrechos sofisticados, necessários ao desenvolvimento de uma pesca mais voltada à produção em larga escala. Sem os equipamentos necessários a uma permanência de mais de um dia no mar, os pescadores não possuem grande autonomia de navegação e, portanto, dificilmente alcançam áreas a cima das profundidades de 30 metros.

O Governo do estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e da implantação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, corrobora a defesa a manutenção dos recursos naturais explorados pelas comunidades pesqueiras de sua costa. No Zoneamento Costeiro do litoral, optou-se pela criação de uma zona destinada ao desenvolvimento da atividade pesqueira e a maricultura, da qual se excluía a pesca de arrasto e a industrial.

O Zoneamento Ecológico-Econômico estabelece as normas disciplinadoras para a ocupação do solo e o manejo dos recursos naturais que compõem os ecossistemas costeiros, bem como aponta as atividades econômicas mais adequadas para cada zona. Os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, integrantes do Litoral Norte e da área de influência do empreendimento, dispõe,

desde 2004, de Zoneamento Ecológico-Econômico, elaborado com a participação de representantes do poder público, dos setores produtivos e da sociedade civil, aprovado em audiências públicas, realizadas em outubro e novembro de 2003 e regulamentado pelo Decreto n°49.215 de 07 de Dezembro de 2004.

No estado do Rio de Janeiro temos as comunidades pesqueiras de Parati e Niterói. A pesca de Parati é bastante similar aquela desenvolvida nos municípios vizinhos, da costa paulista. Aí também residem as chamadas populações caiçaras. Por isso, tal atividade será caracterizada regionalmente, junto com os municípios da AI de São Paulo.

Em Niterói a realidade pesqueira é bem diferente daquela desenvolvida pelos pescadores artesanais da Costa Verde. Dada as particularidades dessa atividade, será dedicado um item à caracterização da pesca em Niterói.

A principal influência das atividades de perfuração se fará sentir sobre a pesca industrial. Por esse motivo, será tratado, especialmente, o tema da pesca industrial realizada nas áreas marítimas da Bacia de Santos. Essa atividade se desenvolve numa escala bastante mais ampla e envolve a participação de setores empresarias nacionais e estrangeiros. Trata-se de uma atividade econômica que requer altos investimentos para compra de embarcações e equipamentos. A estrutura produtiva permite a exploração dos recursos oceânicos da costa nacional, ainda sub-explorados pela industria da pesca, conforme apontam os resultados do Programa REVISEE, que serão apresentados mais adiantes.

n.2) Territórios da Pesca

A distribuição territorial da atividade pesqueira acompanha o traçado geomorfológico da plataforma marinha do litoral norte paulista e sul fluminense. No mar, os recortes fronteiriços entre os municípios são menos evidentes. O deslocamento dos pescadores se faz em toda região pesqueira, que vai das áreas contíguas a Guarulhos à região da baía da Ilha Grande. Com pequenos barcos a motor, os pescadores circulam nesses territórios marítimos em busca do pescado e dos “pesqueiros” por eles já conhecidos.

Pesqueiros são nichos de concentração de espécies de peixe, que habitam uma porção do espaço aquático, em alguns períodos do ano, e que são explorados pelos

pescadores. Para esses locais são atribuídos nomes e associados sentimentos de posse, tanto no sentido de uma apropriação privada por parte de um pescador, como também de uma apropriação coletiva referida a um determinado grupo social, quando um pesqueiro é utilizado pelos pescadores de um determinado lugar.

"*Para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal*" (Diegues, 1983).

O processo de elaboração do mapa de pesca (baseou-se na identificação das áreas de deslocamento e produção utilizadas pelos pescadores artesanais das comunidades presentes nos municípios da área de influência. Para cada município foi estabelecida uma cor que identifica os traçados dos territórios apropriados por cada comunidade. Ao fundo, sobre mapa, tem-se também uma representação das áreas preferenciais de determinados tipos de atividades pesqueiras, voltadas à produção de certas espécies, com técnicas de capturas especializadas. Foram representadas no mapa as áreas de ocorrência das seguintes espécies: atum, sardinha, camarão-rosa e camarão sete-barbas (2344-00-EIA-DE-4001-00 - Mapa das Áreas e das Artes de Pesca).

Observa-se que a atuação da frota pesqueira artesanal concentra-se majoritariamente em áreas costeiras entre 25 e 50 m de profundidade, estendendo-se em alguns municípios, como São Sebastião a profundidades de até 100 m, porém em área distante dos Blocos dos BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59. Por outro lado, a região dos Blocos é área de ocorrências de sardinha e atum, espécies de grande importância comercial, sendo capturadas em grande escala pelo segmento de pesca industrial. A frota industrial ou semi-industrial possui grande autonomia e circulação, podendo deslocar-se facilmente conforme os cardumes ou espécies-alvo.

Nesse sentido, o uso do espaço marítimo na área dos Blocos dos BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59 é restrito ao uso da pesca industrial e ao trânsito de demais embarcações mercantes com destino aos portos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com os trabalhos de monitoramento das embarcações pesqueiras realizados pela Ecology Brasil no período de julho – dezembro de 2007 para as atividades de perfuração marítima dos poços Belmonte II e Sagatiba, ambos no Bloco BM-S- 4 (situado a noroeste dos Blocos BM-S-56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59), observou-se a presença de embarcações provenientes dos municípios de Vitória e

Itapemirim no Estado do Espírito Santo; Macaé e Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro; São Sebastião no Estado de São Paulo; Itajaí e Laguna no Estado de Santa Catarina e Rio Grande no Estado do Rio Grande do Sul.

A análise do mapa de pesqueiros nos permite observar que os municípios de Ubatuba, São Sebastião e Niterói alcançam as maiores profundidades de pesca, podendo ultrapassar a margem dos 100 m. Os pescadores desses municípios desenvolvem uma atividade pesqueira mais voltada para o mercado. A distribuição dos territórios pesqueiros nesses municípios, respeitam os seguintes limites:

- **Ubatuba** – até as profundidades situadas entre as isóbatas de 60 e 100m. Da testada do município de Praia Grande, ao sul, até o município de Parati, ao norte.
- **São Sebastião** – até 100m de profundidade. Do Guarujá, ao sul, até as áreas de fora de Ubatuba.
- **Niterói** – ultrapassa a isóbata dos 100m de profundidade; na direção sul, chegam a alcançar as áreas confrontantes ao município de São Sebastião, na costa verde paulista. Já desenvolvem a pesca nas áreas marítimas da Bacia de Campos, nas áreas de pesqueiros que se formam entorno das plataformas de petróleo.

Nos outros municípios, a atividade pesqueira se concentra nas áreas mais costeiras, alcançando até 30m de profundidade. Em Parati observa-se um grande deslocamento ao longo da costa, em direção ao sul, em áreas que ultrapassam os municípios da costa verde paulista, até o Guarujá. Em Ilhabela, o traçado dos territórios de pesqueiros conforma, praticamente, um círculo no entorno da ilha, indicando uma grande concentração da atividade na obtenção dos recursos costeiros, com pequeno deslocamento dos pescadores. Os pescadores de Caraguatatuba concentram suas atividades nas áreas do sul de Ubatuba, do entorno de Ilhabela e da margem costeira sul, até o Guarujá.

A pesca artesanal, desenvolvida nas áreas mais próximas da costa, se distribuem nas seguintes profundidades, de acordo com as artes de pesca (**Quadro 2.5.3-69**).

Quadro 2.5.3-69 - Principais Artes de Pesca Artesanal nas áreas costeiras

Arte de Pesca	Espécies Capturadas	Área de Pesca
Arrasto	Camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) e camarão-sete-barbas (*Xiphopenaeus schimitti*)	10 a 30 m
Emalhe/ espera	Camarão-branco (*Litopenaeus kroyeri*), corvina (*Micropogonias furnieri*), tainha (*Mugil brasiliensis*), sardinha (*Sardinella brasiliensis*), carapau (*Caranx crysus*).	Plataforma continental de 30 m
Covo	Pargo (*Pagrus pagrus*), bonito-listrado (*Katsuwonus pelamis*), peixe-sapo (*Lophius gastrophysus*), cavalinha (*Scomber japonicus*) e robalo (*Centropomus* spp).	Plataforma continental até 25 m
Rede de cerco	Sardinha (*Sardinella brasiliensis*), bonito-listrado (*Katsuwonus pelamis*), peixe-sapo (*Lophius gastrophysus*), pargo (*Pagrus pagrus*), cavalinha (*Scomber japonicus*) e robalo (*Centropomus* spp).	Plataforma continental de 10 a 20 m

Fonte: 2006.

n.3) Pesca Artesanal na Costa Verde Paulista

De um modo geral, pode se dizer que a pesca artesanal no litoral paulista é geralmente efetuada pelos próprios donos dos meios de produção (petrechos de captura e barco, normalmente produzidos pelo próprio grupo social), acompanhados por membros da família ou da comunidade próxima. Esta atividade apresenta grande diversidade em termos de tamanho das embarcações utilizadas (desde canoas movidas a remo até pequenos barcos com motor de popa ou de centro) e em termos de aparelhos de captura (cerco-fixo, cerco flutuante, arrasto-de-fundo, espinhel, linha-de-mão, rede-de-emalhar, puçá-e-ísca, arrastão-de-praia, etc.).

Em conseqüência dessa variabilidade de meios, a produção é obtida desde a orla da costa (geralmente sem perder a terra de vista) até dentro de baías e estuários, ou mesmo pela retirada de moluscos (mexilhões e ostras) em costões rochosos. Dependendo do tamanho das embarcações utilizadas e das transformações incorporadas à atividade, a pesca artesanal pode ser chamada de pesca de pequeno porte ou pesca de pequena escala, como acontece atualmente com a pesca dirigida ao camarão-sete-barbas.

Dezenas de espécies são comercializadas pela pesca artesanal de São Paulo, sendo mais capturado o camarão-sete-barbas, através do arrasto de fundo. Também

capturam-se peixes como a corvina, as pescadas, a guaivira, os caçonetes, a tainha, etc., obtidos principalmente por meio de cercos e redes de malhar.

O município apresenta diversos métodos de pesca, porém a rede de espera, também chamada de malhadeira foi uma das mais citadas principalmente na comunidade da Ponta da Almada estudada por Hanazaki (1996), porém não podemos deixar de mencionar o cerco e a pesca com linha e anzol "linhada".

Quadro 2.5.3-70 - Características Gerais de cada tipo de pesca - Adaptado de ZEE, 2005

Tipo	Descrição	Equipamentos	Espécie-Alvo
Arrasteiros médios	Barcos de 18 a 27 m/c;cascos de aço ou madeira; potência superior a 150Hp; atuação em profundidade superior a 30m.	Redes de arrasto de fundo, providas de pranchões de madeira ou aço.	Camarão-rosa
Arrasteiros pequenos	Barcos menores de 15m/c;cascos de madeira;potência máxima de 115Hp; atuação em profundidade inferior a 30m.	Redes de arrasto com dimensões menores	Camarão sete-barbas
Parelhas médias	Barcos entre 17,25 e 24,62m/c; atuam aos pares.	Redes de arrasto	Corvina, pescada, goete e peixe porco.
Emalhes	Traineiras de 8m/c até 23m/c; potência que varia de 80Hp a 350Hp; atuação em pesca de fundo e de superfície.	Redes com malhas de 7cm 32cm, vários quilômetros de comprimento e 12m de altura.	Corvina, cação, pescada, betara, espada, guaivira, goete, bagre, peixe-porco e cação-anjo.
Cerco (traineiras)	Barcos de 21,62m/c; potência de 291,75Hp.	Redes de cerco de 700m/c a 900m/c por 50m a 60m de altura.	Sardinha

Fonte: Santos (2006:22)

O estado de São Paulo, através do Instituto de Pesca - da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo -- apenas disponibiliza os dados de estatística pesqueira de alguns dos municípios da área de influência, justamente os maiores produtores, Ubatuba e São Sebastião.

De acordo o relatório de 2005, o litoral norte de São Paulo contribui com 15,5% do total de capturas (Kg) e 17,1% em números do total de desembarques realizados em todo o estado (**Quadro 2.5.3-71**).

Quadro 2.5.3-71 - Capturas e desembarques de pescados marinhos no litoral paulista. Adaptado de ZEE, 2005.

Localidade	Desembarques (n)	Desembarques (%)	Capturas (Kg)	Capturas (%)
Litoral Norte	6.630	17,1%	4.230.392	15,5%
Baixada Santista e Litoral Sul	31.997	82,9%	23.025.836	84,5%
Estado de São Paulo	38.627	100%	27.256.228	100%

Fonte: Santos (2006:22)

Destes, apenas Ubatuba contribui com 14,1% das capturas e 15,7% dos desembarques, que representa grande maioria da produção dessa região, contabilizada pelo Instituo de Pesca (**Quadro 2.5.3-72**). Sabe-se, entretanto, que o município de São Sebastião é também um grande produtor pesqueiro do estado. Os dados relativos ao município de São Sebastião estão subestimados, uma vez que em 2005, conforme esclarecido no próprio relatório estatístico, referem-se somente aos cruzeiros de pesca registrados em mapas de bordo (Sistema SEAP/IBAMA), e não à produção total do município.

Quadro 2.5.3-72 - Capturas e desembarques de pescados marinhos no litoral norte do estado de São Paulo. Adaptado de ZEE, 2005

Localidade	Desembarques (n)	Desembarques (%)	Capturas (Kg)	Capturas (%)
Ubatuba	6.080	15,7%	3.852.438	14,1%
São Sebastião/Ilhabela	550	1,4%	377.954	1,4%
Litoral Norte	6.630	17,1%	4.230.392	15,5%

Fonte: Santos (2006:22)

Ubatuba

A atividade pesqueira é bastante expressiva em Ubatuba. A pesca é a primeira fonte de renda de uma boa parcela dos moradores do município. Existem cerca de 30 comunidades caiçaras vivendo essencialmente da pesca artesanal no município, dentre as maiores: Camorim, Picinguaba, Ubatumirim, Felix, Praia do Monete, Maranduba, Lagoonha, Praia do Sapê, Cedro, Fortaleza e Perequê-Açu.

De acordo com o levantamento de campo (2006) realizado junto à Colônia de Pescadores Z-10 de Ubatuba, há atualmente cerca de 2.000 pescadores registrados nesta entidade. Ainda de acordo com a Colônia de Pesca, estima-se que haja cerca de 2.000 pescadores que atuam no município, sem, no entanto estarem vinculados a esta entidade, totalizando aproximadamente 4.000 pescadores explorando os recursos pesqueiros costeiros.

Em termos de embarcações, há atualmente cerca de 500 no município, das quais apenas 200 são registradas na Colônia de Pesca. Além dessas, existem também, com base nas informações do presidente da Colônia Z-10, outras 50 destinadas à pesca industrial que aportam no município. As embarcações que atuam na pesca artesanal são canoas, baleeiras, traineiras, barcos camaroneiros (arrastões) e parelhas entre 15 e 25 m, conforme pode ser observado na **Figura 2.5.3-17**.

Fonte: Levantamentos de campo (, 2006).

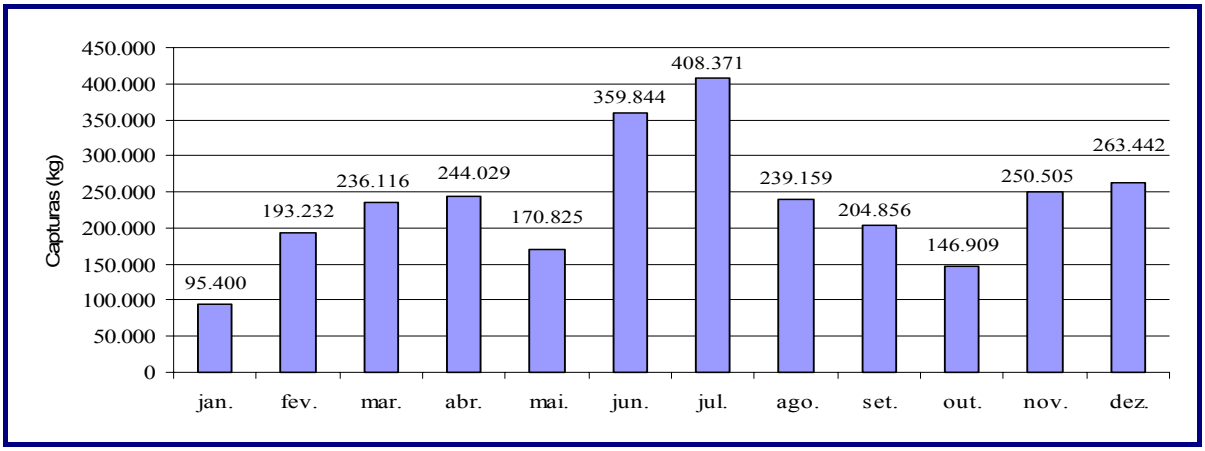
Figura 2.5.3-17 - Embarcações pesqueiras em Ubatuba

Grande parte das embarcações existentes no município dedica-se à captura do camarão. A rede-de-espera é utilizada para a captura do camarão-branco, ao passo que o arrasto de praia é empregado para a captura das espécies de camarão-sete-barbas e rosa.

Entre as principais artes de pesca utilizadas, podemos destacar: cerco fixo, currico, covo, rede de emalhe, espinhel de fundo, espinhel de superfície, linha de mão, manjubeira, parelha, puçá e, principalmente, rede de espera.

As informações do Instituto de Pesca de São Paulo indicam que a produção pesqueira desta região para o ano de 2004, foi de 2.812.688 kg, conforme é apresentado na **Figura 2.5.3-18**. Os meses de maior captura foram os meses de junho e julho, tendo sido a corvina a espécie mais capturada.

Figura 2.5.3-18 - Produção de pescados no município de Ubatuba, 2004



Fonte: Instituto de Pesca de São Paulo, 2005.

As principais espécies capturadas no município, em 2004, foram a corvina, a lula, o camarão-sete-barbas, o dourado e os cações. Espécies como espada, olhete, porquinho e enchova também foram apontadas como principais espécies de captura. No **Quadro 2.5.3-73**, são apresentadas as capturas totais dessas espécies em Ubatuba para o ano de 2004.

"Considerando as estimativas realizadas para o município de Ubatuba, a principal categoria de pescado foi a de corvina, responsável por 47,3% da produção, sendo capturada principalmente pela pesca de emalhe e entre março e outubro. O camarão-sete-barbas, segunda categoria mais capturada, correspondeu a 12,6%, tendo sido capturado em maiores proporções nos meses de junho e julho. Outras categorias importantes foram os cações (espécies agrupadas) com 5,8%, o dourado *Coryphaena hippurus* com 5,8% e a espada *Trichiurus lepturus* com 2,2% da produção. As pescarias de emalhe e arrasto-pequeno participaram, respectivamente, com 54,8% e 20,4% da produção total estimada. Neste município também é comum a utilização de diferentes petrechos de pesca em um mesmo cruzeiro" (APTA-IP, 2005:10).

A pesca de camarão-sete-barbas em Ubatuba á bastante expressiva, totalizando no ano de 2004 o volume de 265.955 kg. O arrasto do camarão sete-barbas e do camarão branco, assim como a pesca de cerco, é realizado na faixa costeira, em profundidades menores a 30 m, abrangendo como limite ao norte a região de Parati (RJ) e ao sul, o município de Santos (SP).

Quadro 2.5.3-73 - Produção das principais espécies capturadas em Ubatuba, em 2004.

Espécies	Capturas (kg)
Corvina	1.027.824
Lula	297.196
Camarão-sete-barbas	265.955
Dourado	246.395
Cação	168.113
Total das principais espécies	**2.005.483**
Capturas Totais de Ubatuba	**2.812.688**

Fonte: Instituto de Pesca de São Paulo, 2005.

O arrasto do camarão-rosa é realizado em áreas com profundidades maiores (entre 40 a 60 m), tendo como limite ao norte a região de Parati e Ilha Grande (RJ) e como limite ao sul, a Ilha de São Sebastião (SP).

Outra espécie com expressivo volume de captura na região é a lula, cuja produção no ano de 2004 foi de 297.196 kg, representando 11% da produção total de pescados deste município. De acordo com os dados do Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, 84% das capturas realizadas no município ocorreram entre os meses de março e abril de 2004.

A corvina mereceu destaque em termos de volume capturado em 2004 no município. De acordo com os dados do Instituto de Pesca/2004, a produção de corvina no município totalizou 1.027.824 kg, correspondentes a 37% do total de pescados capturados no mesmo ano em Ubatuba.

De modo geral, a pesca é realizada entre a costa dos municípios de Parati até Santos (**Figura 2.5.3-19**). A pesca com linha de fundo e currico é realizada nas proximidades das Ilhas Anchieta e da Vitória, em Ubatuba, da Ilha dos Búzios, próxima à Ilha de São Sebastião, da Ilha de Alcatrazes, localizada entre a Ilha de São Sebastião e Bertioga, e nas proximidades da Ilha Queimada Grande, entre Itanhaém e Peruíbe (SP).

Os principais pontos de desembarque de pescados são: o Mercado dos Pescadores, no Centro (Ilha dos Pescadores), no Cais do Itaguá, no Píer do Saco da Ribeira, em Maranduba e Picinguaba.

Caraguatatuba

Segundo as informações coletadas junto à Colônia de Pescadores Z-8 Benjamin Constant, há atualmente cerca de 500 pescadores registrados na Colônia Z-8 e outros 1.500 que não estão vinculados a esta entidade atuando na região de Caraguatatuba, totalizando aproximadamente 2.000 pescadores operando nas atividades de pesca artesanal no município.

Em termos de embarcações, existem atualmente cerca de 150 registradas. Entretanto, estima-se que haja pelo menos 300 embarcações artesanais operando no município de Caraguatatuba. Estas embarcações são constituídas basicamente por canoas e baleeiras com tamanhos de 10 a 20 m de comprimento.

Fonte: Levantamentos de campo (, 2005).

Figura 2.5.3-19 - Praia dos Camaroeiros

Além do camarão-sete-barbas, do camarão-rosa, do camarão-branco, as principais espécies capturadas na região de Caraguatatuba são: corvina, cação, cavala, bagre, badejo, garoupa, enchova, sargo, porquinho, dentre outros.

A pesca do camarão é a principal atividade pesqueira nesta região, sendo a espécie sete-barbas a mais amplamente capturada, seguida do camarão-rosa e do branco. A pesca do camarão é realizada em áreas costeiras entre 20 a 50 m de profundidade. A produção desembarcada de camarão (considerando as três espécies) no município de Caraguatatuba é estimada em aproximadamente 300t por mês, segundo informações do presidente da Colônia Z-8, sendo os meses de junho a setembro os principais meses de pesca dessas espécies.

As principais artes de pesca utilizadas pelos pescadores deste município são: arrasto de camarão, rede de emalhe/espera, espinhel de fundo e linha de mão.

As áreas de atuação da pesca artesanal da Colônia Z-8 abrangem como limite ao norte a região de Ubatuba e como limite ao sul o município de Bertioga. A pesca é realizada principalmente na região costeira, em profundidades de até 120 m.

Os principais pontos de desembarque do pescado em Caraguatatuba são: Entreposto Camaroeiro (no Centro) e o entreposto do Porto Novo.

São Sebastião

De acordo com as informações do presidente da Colônia Z-14, existem atualmente cerca de 1.000 pescadores registrados, além de outros 500 pescadores não vinculados à Colônia, totalizando aproximadamente 1.500 pescadores atuando nas atividades de pesca artesanal no município de São Sebastião.

A atividade pesqueira da região é baseada, principalmente, no arrasto do camarão (sete-barbas, branco e rosa), nos meses que vão de junho a setembro (logo após o defeso) e na pesca da lula, realizada principalmente nos meses de dezembro a fevereiro. De acordo com o presidente da Colônia Z-14, a pesca da lula é bastante intensa durante os meses de verão e é realizada, predominantemente, com linha-de-mão.

Além dos métodos tradicionais, sob o regime familiar, a pescaria do camarão também é desenvolvida por empreitada. Esta modalidade de pesca é caracterizada pela contratação de pescadores por atravessadores, normalmente donos de peixarias. Os atravessadores preparam as embarcações fornecendo óleo combustível e gelo para o arrasto de camarão. O arrasto é praticado na costa norte do município, com maior intensidade no bairro de São Francisco, na Praia da Enseada, considerada como um criadouro natural de camarões, e no entorno das ilhas Cigarras e Ilhabela, em profundidades de até 30m.

Durante o período do defeso do camarão, os pescadores artesanais direcionam seus esforços de pesca para a captura de lulas em Ilhabela, principalmente no Canal de São Sebastião, nas ilhas de Búzios e Jabaquara, e nas praias de Bariqueçaba, Gaecá e Boiçucanga.

Nesse período, os pescadores desenvolvem também a atividade de extração de ostras e mexilhões nos costões das praias de Boiçucanga, Cigarras e Toque-Toque Pequeno, comercializando a produção diretamente no centro da cidade.

As principais artes de pesca utilizadas pelos pescadores do município de São Sebastião são, predominantemente, arrasto de camarão, cerco fixo, currico, rede de emalhe, linha de mão, parelha e rede de espera. Arrasto de praia, espinhel de fundo, espinhel de superfície e puçá também são artes de pesca utilizadas pelo município, ainda que de forma esporádica.

As principais espécies capturadas neste município são: camarão-sete-barbas, camarão Santana, camarão branco, camarão rosa, espada, corvina, xerelete, sororoca, carapau, tainha, garoupa, goete, peixe-galo, bonito, peixe-porco, sardinha, savelha, cação, enchova, olhete, além de lula e siri. O pescado é normalmente comercializado diretamente nas peixarias ou para turistas e pousadas, durante o período de veraneio.

A produção dos principais pescados (camarões, peixes, lula e siri) desembarcada anualmente no município de São Sebastião é estimada em cerca de 2.500 t. De acordo com informações obtidas junto ao presidente da Colônia Z-14, no **Quadro 2.5.3-74**são apresentadas as produções médias anuais estimadas por classe de pescado.

Quadro 2.5.3-74 - Produção de pescados de São Sebastião (médias anuais estimadas).

Pescado	Produção Média Anual (t)
Camarão	1.500
Peixes	500
Lula	400
Siri	100
Total	**2.500**

Fonte: Colônia de Pescadores Z-14

De acordo com as informações coletadas junto à Colônia de Pesca Z-14, as embarcações que operam no município são principalmente baleeiras (cerca de 10 m), canoas, traineiras (de 12 a 16 m) e lanchas de alumínio (voadeiras), usadas, principalmente, para a pesca de linha ou para o transporte de redes. Segundo o presidente da Colônia de Pescadores Z-14, existem atualmente cerca de 200 embarcações registradas e outras 100 não registradas, o que totaliza

aproximadamente 300 embarcações atuando na pesca artesanal neste município. A conservação do pescado a bordo das embarcações de menor porte é feita em caixas de isopor com gelo

Fonte: Levantamentos de campo (2005).

Figura 2.5.3-20 - Embarcações na Praia de São Francisco

A grande maioria das embarcações que atuam no município de São Sebastião (cerca de 200 barcos) desembarca o pescado capturado principalmente na Praia de São Francisco. Outros pontos de desembarque no município são: Praia de Boiçucanga, o Cais do Centro (cais de carga seca) e bairro de São Francisco.

As áreas de atuação dos pescadores de São Sebastião abrangem como limite ao norte a região de Ilha da Vitória, no litoral entre Caraguatatuba e Ubatuba, e como limite ao sul o município de Guarujá. A pesca é realizada, principalmente, numa região com profundidades de até 75 m.

Ilhabela

De acordo com o presidente da Colônia Z-06, existem atualmente cerca de 350 pescadores registrados e aproximadamente 600 sem nenhum tipo de vínculo com esta entidade, totalizando cerca de 950 pescadores atuando na pesca no município de Ilhabela.

A pesca é realizada em toda área do entorno da Ilhabela e no canal de São Sebastião, em até 30 m de profundidade. As artes de pesca comumente utilizadas pelos

pescadores deste município são: arrasto de camarão, cerco fixo, currico, rede de emalhe/rede de espera, espinhel de fundo e linha de mão. O covo também é utilizado, ainda que em menor quantidade.

Dentre as principais espécies capturadas no município, destacam-se o camarão sete-barbas, camarão branco, camarão rosa, carapau, xerelete, savelha, sororoca, tainha, peixe-galo, enchova, garoupa, pescada, corvina, cação, goete, espada, bonito, sardinha e lula.

De acordo com os dados do Instituto de Pesca de SP a produção de pescado varia entre 1300 e 1500t de pescado por ano. No **Quadro 2.5.3-75** são apresentadas as capturas médias anuais estimadas dos principais pescados apontados pelo presidente da Colônia Z-06.

Quadro 2.5.3-75 - Produção de pescados de Ilhabela (médias anuais estimadas).

Pescado	Produção Média Anual (t)
Camarão	450
Peixes	600 a 800
Lula	300
Total	**1.350 a 1.550**

Fonte: Colônia de Pescadores Z-06

Embora a produção de peixes (600 a 800t anuais) seja maior em volume de captura que a pesca do camarão (450t anuais), esta última representa a principal atividade pesqueira do município de Ilhabela, sendo realizada, principalmente nos meses após o defeso (junho a setembro).

Além da pesca do camarão (sete-barbas, branco e rosa), a pesca da lula, realizada predominantemente com linha de mão, também é bastante expressiva neste município (300t anuais), principalmente durante os meses de dezembro a fevereiro. Segundo informações locais, o camarão é vendido a R$ 12,00 o quilo ao consumidor final, ao passo que, no caso de venda para o atravessador, o quilo do camarão chega a ser vendido a R$ 3,00.

De acordo com informações dos pescadores locais, as demais espécies são capturadas de forma regular ao longo do ano.

O principal ponto de desembarque do pescado capturado pelos pescadores do município de Ilhabela é o Píer do Pescador, no Centro, onde existe uma área com balcões destinada à exposição e venda do pescado, além de infra-estrutura de armazenamento e venda de gelo.

Fonte: Levantamentos de campo (2005)

Figura 2.5.3-21 - Píer do Pescador, em Ilhabela.

Em termos de embarcações destinadas à pesca artesanal, existem, atualmente, cerca de 93 embarcações registradas, sendo a maioria canoas e baleeiras, destinadas à pesca de arrasto de camarão ou linha de mão. Segundo informações do presidente da Colônia de Pesca Z-6, estima-se que haja em torno de 500 embarcações sediadas no município. Destaca-se, também, a exploração do espaço marítimo por embarcações provenientes de outros municípios, como, Ubatuba, Santos em SP, Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e Itajaí, em Santa Catarina.

Fonte: Levantamentos de campo (2005).

Figura 2.5.3-22 - Embarcações de Pesca da Região de Ilhabela

As áreas de atuação dos pescadores do município de Ilhabela abrangem como limite ao norte a região da Restinga de Marambaia (RJ), e como limite ao sul, o litoral de Santos (SP). A pesca é realizada numa região com profundidade de até 50m.

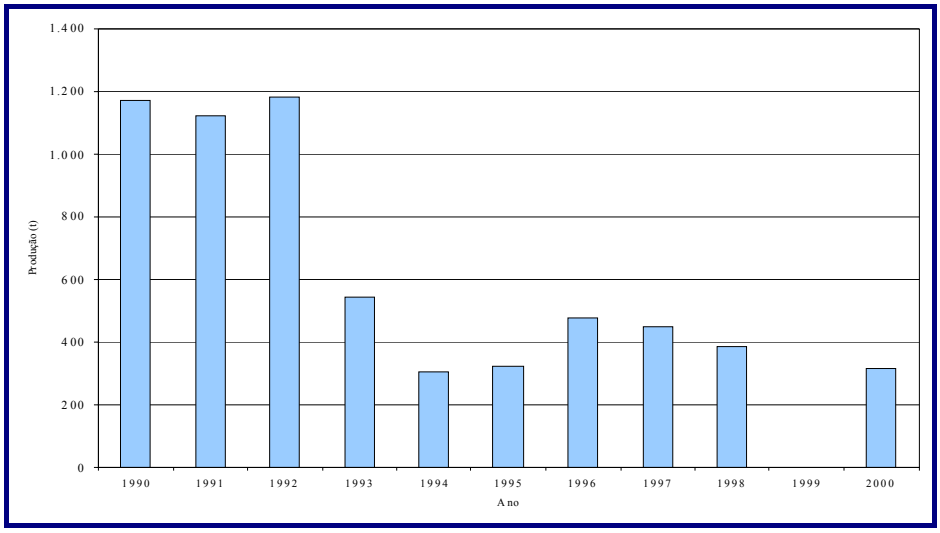
Dentre as artes de pesca identificadas em Ilhabela, as mais praticadas em área marítima são: arrasto de fundo; emalhe de fundo e de superfície; espinhel de fundo e superfície; vara e isca viva, rede de cerco.

n.4) Pesca Artesanal na Costa Verde Fluminense - Parati

No município de Parati, no Rio de Janeiro, se observa um mesmo padrão de organização social da atividade. A proximidade com o município vizinho e o padrão de ocupação das praias e ilhas locais promovem um grande intercambio de pessoas e atividades na zona fronteiriça entre os dois estados, conformando uma região para além dos marcos territoriais formais.

A produção pesqueira local, entretanto, sofreu uma grande redução nos últimos anos, quando se observou o envolvimento de pescadores com as atividades de turismo. Especialmente nas épocas de feriados e veraneio, os pescadores optam por fretar suas embarcações para passeios turísticos ou para o transporte de passageiros até as praias e ilhas de seu litoral. É comum observar na região alguma embarcações pesqueiras adaptadas a esse tipo de atividade.

Enquanto muitos pescadores vêm se deslocando para as atividades recreativas, outros têm se deslocado para outros municípios em busca de emprego na indústria de pesca, sendo os terminais pesqueiros de Santos/SP e Niterói/RJ os mais procurados pelos pescadores de Parati. A diminuição da produção pesqueira na região de Parati pode ser claramente observada na **Figura 2.5.3-23**.



Fonte: Adaptado de CIDE e FIPERJ, 2000.

Figura 2.5.3-23 - Produção de Pescados no Município de Parati (1990 – 2000).

Ainda assim, a pesca na região de Parati constitui a segunda principal atividade econômica do município, atrás apenas do turismo. Atualmente, existem aproximadamente 25 comunidades caiçaras, vivendo essencialmente da pesca.

Segundo informações obtidas durante os levantamentos de campo (2006), a Colônia de Pescadores Z-18 possui, aproximadamente 2.860 pescadores registrados. Além destes, existem ainda cerca de 800 pescadores que atuam na região e que não estão vinculados à Colônia Z-18, totalizando aproximadamente 3.400 pescadores em atividade na região de Parati.

Embora a colônia não possua embarcações registradas, estima-se que haja 500 embarcações, entre traineiras de 1 a 10 TB, baleeiras e canoas no município. Cabe mencionar que, devido à grande importância do turismo na região e em função da diminuição dos estoques pesqueiros, atualmente, a grande maioria das embarcações de pesca de Parati encontram-se habilitadas junto à Capitania dos Portos, também para as atividades de recreação e turismo (**Figura 2.5.3-24**).

Fonte: Levantamentos de campo (, 2006).

Figura 2.5.3-24 - Embarcações de pesca e turismo em Parati.

As principais espécies capturadas na região são: camarão-rosa, sete-barbas e branco. Cerca de 90% das capturas são direcionadas ao camarão. A captura é feita com picaré, como é denominado localmente o arrasto de praia. Durante o período de defeso, além das atividades vinculadas ao turismo, as comunidades caiçaras mais tradicionais dedicam-se as atividades a agrícola.

A época de predomínio da pesca do camarão vai de junho a outubro e os pontos mais importantes de desembarque do pescado capturado na região são o Cais de Parati, Cais da Praia Grande, Praia da Boa Vista, Corumbê, Cais da Tarituba, Rio Mateus Nunes e em Angra dos Reis.

Os pescadores com embarcações maiores, entre 8 e 16 m de comprimento, dedicam-se à captura de outras espécies como corvina, carapau, espada e sardinha. A captura é feita com rede de emalhe ou linha de mão em áreas com até 40 m profundidade. A rede de cerco é utilizada para a captura de espécies como sardinha, enchovas, cavala e parati.

Com relação à área de pesca, segundo informações obtidas na Colônia de Pesca Z-18, a pesca é realizada nas áreas costeiras com profundidade máxima de 70 m, abrangendo como limite os municípios de Angra dos Reis e Santos no litoral de São Paulo.

O arrasto de camarão e a pesca com as demais artes de pesca, mencionadas anteriormente, são realizadas na zona costeira com profundidades menores que 30 m e, principalmente, dentro da Baía de Ilha Grande e Baía de Parati.

As transformações que vêm ocorrendo nas unidades pesqueiras artesanais do município traduzem não somente as mudanças oriundas do processo de industrialização e capitalização, como o aumento do fluxo turístico internacional favorecido pela globalização, interferindo no modo de vida dos pescadores e das comunidades tradicionais. A própria rotina diária de suas tarefas domésticas e a dinâmica de outras ocupações que anteriormente seguiam o ritmo do trabalho pesqueiro, orientado principalmente pelos fenômenos naturais e pela capacidade de reprodução da natureza, passaram a seguir o ritmo dos fluxos turísticos. Deste modo, a atividade pesqueira tem ocupado uma função secundária, seja de subsistência ou de complementação de renda familiar. Em épocas de feriado prolongado ou fim de semana, muitos pescadores deixam de pescar para oferecer passeios de barco para turistas e prestar serviços como, por exemplo, o serviço de guias locais. Por outro lado, o próprio turismo serviria de incentivo à pesca, por meio do aumento da demanda de consumo de peixe nos hotéis e restaurantes.

No município de Parati, vários projetos de cultivo de moluscos (basicamente mexilhões e vieiras) vêm também sendo desenvolvidos. Os principais estão localizados na Joatinga, Bijuquara, Ilha do Algodão, Tarituba e na Ilha dos Cocos. A Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, vem dando apoio aos produtores com a promoção de cursos e com a orientação para a obtenção de sementes. Assim como em Angra dos Reis, em Parati os produtores estão associados à Associação de Maricultores de Parati.

n.5) Pesca em Niterói – Região Metropolitana

Embora declinante em toda a área analisada por fatores ambientais e econômicos, a retração da produção pesqueira no Rio de Janeiro tem também como determinantes fatores ligados à evolução do uso do espaço urbano da metrópole.

Assim, durante muitas décadas, o estado do Rio de Janeiro foi o principal produtor de pescado do país, vendendo sua produção fresca para consumo imediato ou para a indústria de enlatados. Paralelamente, crescia o consumo de pescado, o que induziu a implantação na Praça XV, no centro da cidade do Rio de Janeiro, de um terminal/entreposto para a comercialização do pescado fresco. Para este entreposto convergia a maior parte da produção pesqueira do estado, sendo consideravelmente

menor a parcela destinada a "mercados de peixe" existentes em Niterói e outras cidades costeiras.

No final da década de 80, em função da expansão do aumento da demanda de pescado e da restrição imposta pelo crescimento do centro urbano do Rio de Janeiro, o entreposto já não tinha mais capacidade e infra-estrutura suficientes para o volume de pescado que para ai era dirigido e a venda passou a ser feita também pelas ruas vizinhas, sem maiores condições de higiene. As condições precárias de operação fizeram com que o entreposto fosse desativado em maio de 1991. A desativação do entreposto aliada ao envelhecimento da frota pesqueira e ao florescimento da pesca em outros estados propiciou a queda na produção do estado.

Com a desativação do entreposto da Praça XV, observou-se uma maior dispersão dos pontos de desembarque, voltada para o mercado de "peixe fresco". Sendo que os desembarques se distribuíram por Jurujuba, Ilha da Conceição, Ponta da Areia e Praia Grande, que atualmente direcionam o pescado para o Mercado São Pedro, localizado na Ponta da Areia no Município de Niterói.

A atividade pesqueira desse município será caracterizada com base em informações obtidas em levantamentos de campo, uma fez que se encontram bastante defasadas as estatísticas pesqueiras dos municípios pesqueiros do estado do Rio de Janeiro.

De acordo com informações obtidas na colônia Z-08, de Niterói, os pescadores daí atuam tanto na Baía da Guanabara como na região oceânica da costa do Rio de Janeiro. Embarcações maiores se deslocam além de 250 km da costa alcançando as plataformas da Bacia de Campos. A área de atuação dos pescadores de Niterói abrange o trecho com limite ao sul desde São Sebastião (SP) até a Costa São Francisco do Itabapoana (RJ), como limite ao norte.

O pescado é normalmente comercializado para um atravessador. Em Niterói, os três principais pontos de desenvolvimento da pesca do município são: Porto Pesqueiro de Niterói – Ilha da Conceição, Praia de Itaipu e Jurujuba.

Na colônia Z-08, foi mencionada a existência de aproximadamente 12.800 pescadores envolvidos com as atividades de pesca no município. Não souberam precisar o número de embarcações atuando na pesca artesanal deste município, mas estima-se algo em torno de 1.000 embarcações - constituídas principalmente por canoas,

caiaques, baleeiras com convés e barcos de boca aberta, conforme pode ser observado na **Quadro 2.5.3-76**.

Quadro 2.5.3-76 - Resumo sobre as atividades de pesca de Niterói (RJ).

Tipologia	Tamanho (m)	Armazenamento a bordo	Número de pescadores a bordo
Caiaque	4 - 7	isopor com gelo	2
Canoa	7	isopor com gelo	2
Barco de boca aberta	8 a 12	isopor com gelo	6 a 8
Baleeira	Até 15	Urnas com gelo	Até 13

Fonte: Levantamentos de campo (,2006).

A Colônia Z-08 não realiza nenhum controle sobre a produção de pescados desembarcada, no entanto as estimativas do representante da colônia, com base na comercialização de pescados no Mercado São Pedro (**Figura 2.5.3-25**) de Niterói, um dos principais mercados de pescados do Estado do Rio de Janeiro – localizado ao lado da sede da Colônia Z-08 - indicam uma produção anual de aproximadamente 9.600 a 12.000 toneladas.

O pescado vendido no mercado São Pedro é grande parte adquirido durante o leilão de pescado que acontece, toda madrugada, no pátio da Colônia de Pescadores Z-8. As atividades no pátio começam às 3 hs da madrugada; os caminhões e demais veículos de compradores e vendedores se agrupam no entorno da colônia, que se estende até o cais da Rua da Lama. Não existe nenhum empecilho para pescadores, atravessadores e pregoeiros de outras regiões venderem seu pescado lá. A única diferença é que pescadores vinculados à colônia pagam uma taxa de 3% para cada volume de pescado comercializado; já atravessadores e pescadores de fora pagam 5% do volume total comercializado. O lance mínimo é de 20 kg para os peixes e 15 kg para os crustáceos. Aquele que der o maior preço leva a mercadoria. Feirantes e comerciantes de vários estados fazem negócio no local. De acordo com informação dada pela FEPERJ, o volume de pescado negociado na colônia varia entre 30 e 50 toneladas por dia.

Fonte: Levantamento de Campo (,2005).

Figura 2.5.3-25 - Comercialização do Pescado no Mercado São Pedro

No porto de desembarque pesqueiro da Ilha da Conceição, em Niterói, a administração do complexo e do mercado é de responsabilidade da Associação dos Pregoeiros de Pescado de Niterói – APPANIT, fundada no ano de 2002. Existem 8 funcionários da Associação dedicados aos serviços de fiscalização, limpeza e segurança no local, mas durante o funcionamento do mercado, o número de profissionais envolvidos pode chegar a 500 pessoas, entre balanceiros, comerciantes e carregadores.

As atividades no porto se iniciam por volta das 23 horas, com a chegada dos primeiros barcos, quando tem início o desembarque do pescado. Os peixes descarregados são acondicionados em caixas, que recebem a denominação de monoblocos, e levados por carregadores, pagos pelo armador, até o espaço que abriga o mercado.

Nesse mercado existem 16 bancas de pregoeiros, que são os responsáveis pela comercialização do produto. Em cada banca trabalham o pregoeiro titular, que é o dono da banca, seus assistentes e os balanceiros. A quantidade de assistentes e balanceiros varia conforme a banca e o volume de pescado negociado, que chega a atingir uma média diária de R$ 10.000,00 (dez mil reais) por banca.

O pregão começa entre 3h e 3h 30min da madrugada, sendo o dia da semana de maior movimento a segunda-feira. O pátio do complexo fica lotado de caminhões e veículos utilitários de compradores e alguns fornecedores de peixe. Muitos desses veículos são oriundos de outros estados (foram encontrados veículos vindos de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Santa Catarina). Já na entrada do salão de

comercialização, o pescado é pesado, com o objetivo de se calcular a tarifa da APPANIT para a utilização do porto e do mercado (R$ 25,00 por tonelada). O produto vendido é pesado novamente, levado aos caminhões por carregadores e pago pelos compradores. O encerramento das atividades no mercado ocorre entre 7h e 8h horas, podendo variar em função do fluxo de produtos e compradores.

Tipo de Embarcação	Espécies
Barcos de linha de mão e espinhel vertical	Cherne, badejo, garoupa, namorado e batata
Barcos de arrasto duplo	Camarão-rosa e fauna acompanhante (espécies demersais)
Barcos atuneiros	Bonito-listrado, albacora-laje e atum
Barcos de cerco	Sardinha-verdadeira, cavalinha, xerelete, sardinha-laje, chicarro e peixe-galo

O volume de pescado negociado no mercado varia de 850t a 900t/ mês. Além de concentrar boa parte da produção pesqueira de vários municípios do Estado do Rio de Janeiro, o mercado serve como via de escoamento suplementar do pescado dos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo, que são atraídos pelos preços praticados na Ilha da Conceição.

Segundo o presidente da APPANIT, o produto oriundo de outros estados representa 80% do total de pescado comercializado no Estado Rio de Janeiro. A maior parte desse volume de pescado é negociada com a CEASA. Em virtude do maior fluxo de pescado, no mercado do CEASA há 56 bancas de pregoeiros. O pescado dos estados, geralmente, é trazido por caminhões tanto para o CEASA quanto para a Ilha da Conceição devido ao elevado custo do combustível dos barcos. As embarcações, que utilizam o porto variam em função do tipo de pesca industrial que realizam

Quadro 2.5.3-77 – Tipos de embarcações e de pescado - Ilha da Conceição – Niterói.

Tipo de Embarcação	Espécies
Barcos de linha de mão e espinhel vertical	Cherne, badejo, garoupa, namorado e batata
Barcos de arrasto duplo	Camarão-rosa e fauna acompanhante (espécies demersais)
Barcos atuneiros	Bonito-listrado, albacora-laje e atum
Barcos de cerco	Sardinha-verdadeira, cavalinha, xerelete, sardinha-laje, chicarro e peixe-galo

Fonte: INFOPESCA (1997)

O desembarque e a comercialização do atum, que chega a representar 30% do pescado no mês de fevereiro, não se realizam da mesma forma. O produto tem um comprador fixo, a indústria alimentícia QUAKER, não estando, portanto, submetido

aos horários de funcionamento do pregão. Segundo informações obtidas em campo, a empresa está concluindo as obras de um porto próprio, onde se concentrará o desembarque dos barcos atuneiros. O mercado da sardinha-verdadeira opera de maneira similar – quase todo o produto é adquirido por indústrias alimentícias (INFOPESCA, 1997).

Um resumo das características da pesca de Niterói pode ser abstraído das observações de campo. As artes de pesca mais amplamente utilizadas pelos pescadores locais são: o arrasto de camarão, cerco (traineira), curral, currico, rede-de-emalhe (principal), espinhel-de-fundo, espinhel-de-superfície, linha-de-mão, manjubeira, parelha e puçá (para a pesca do siri na Baía de Guanabara).

As principais espécies capturadas no município são: o camarão (rosa e branco), corvina, sardinha, cavalinha, xerelete, pargo, cherne, namorado, batata, serra, dourado, bonito-cachorra e atum.

As áreas de atuação dos pescadores artesanais da Colônia de Pescadores Z-08, estão principalmente concentradas no interior da Baía de Guanabara. A pesca marítima é realizada em região com profundidade de até 150 metros, tendo como limite ao sul a Ponta da Juatinga, em Parati (RJ) e como limite ao norte a Ilha de Cabo Frio, embora algumas embarcações maiores alcancem desde São Sebastião (SP) até São Francisco do Itabapoana, (RJ).

Veja no **Quadro 2.5.3-78** um resumo mais detalhado da atividade pesqueira do município.

Quadro 2.5.3-78 - Resumo sobre as atividades de pesca de Niterói (RJ)

Petrechos de pesca	Espécies	Profundidade (m)	Época do ano	Preço (R$/kg)
Linha de mão	Anchova	70 – 80	Ano todo	5,00 – 10,00
	Dourado	110 – 130	Out – dez	2,00 - 6,00
	Cherne			8,00 - 12,00
	Namorado			
	Corvina	1 – 80	Verão	3,00 – 5,00
	Garoupa	40 – 110	Ano todo	10,00 – 15,00
	Espada	35	Setembro	3,00 - 5,00
	Pargo	Até 110	Out – jan	8,00 – 12,00
Espinhel	Dourado	110 – 130	Out – dez	2,00 - 6,00
	Cherne			8,00 - 12,00
	Namorado			

Petrechos de pesca	Espécies	Profundidade (m)	Época do ano	Preço (R$/kg)
Rede de emalhe	Anchova	70 – 80	Ano todo	5,00 – 10,00
	Espada	35	Setembro	3,00 - 5,00
	Tainha	18	Inverno	
	Corvina	1 – 80	Verão	6,00 – 8,00
	Parati	1 – 20		1,50 – 3,00
	Pescadinha			4,00 – 7,00
	Pescada	30	Jan - fev	2,00 - 4,00
Rede de arrasto	Camarão branco	1 – 10	Inverno	15,00 – 35,00
	Camarão sete-barbas			10,00 – 14,00
	Cambuçu	1 – 12	Verão	8,00 – 12,00
	Maria mole	12		4,00 – 5,00
Rede de cerco	Sardinha	18	verão	3,00 – 5,00 / tabuleiro
Puçá	Peroá	Até 110	verão	3,00 – 5,00

Fonte: Levantamentos de campo (2006).

n.6) Pesca Industrial na Bacia de Santos

As zonas destinadas à pesca oceânica da Bacia de Santos encontram-se aproximadamente entre as latitudes 23º S e 28,5ºS (Ávila-da-Silva e Vaz-dos-Santos – Projeto REVIZEE). Esta bacia marítima, juntamente com as regiões de Abrolhos, Campos e o Sul do Brasil, corresponde às áreas de maior importância para a pesca oceânica brasileira.

A frota considerada industrial opera com tripulação média de 10 pescadores por embarcação e emprega em torno de 30 mil pescadores em todo o Brasil. O parque industrial é composto por cerca de 300 empresas relacionadas à captura e ao processamento (SEAP/PR), sendo que nas regiões Sudeste e Sul, as indústrias apresentam uma infra-estrutura direcionada para a produção de conservas de sardinha e bonito, dentre outros, e produtos resfriados/congelados, voltados, em sua maior parte, para o mercado interno. Apesar de atualmente operar com elevado nível de ociosidade, esse parque industrial possui uma estrutura de beneficiamento relativamente nova (cerca de 20 anos de operação), e nível tecnológico comparável aos melhores do mundo.

A frota pesqueira industrial é composta de subfrotas especializadas na exploração de determinados grupos de recursos pesqueiros formados por uma ou mais espécies afins. A atuação dessa frota se dá tanto sobre os recursos costeiros (camarões, lagostas, sardinha, etc.), como também sobre os recursos considerados oceânicos, tais como os atuns e afins (bonito, albacora, espadarte, dourado, cavala, serra,

etc.), o peixe-sapo, entre outras. A divisão da frota industrial ou empresarial, por modalidade/petrechos e espécies a serem capturadas, é apresentada no **Quadro 2.5.3-79**.

Quadro 2.5.3-79 - Frota Nacional Industrial (por modalidade/Espécie).

Modalidade	Espécie alvo
Pesca de Arrasto (arrasteiros)	Peixes diversos e camarões
Pesca com Linha de mão (linheiros)	Peixes diversos (pargo, atuns e afins, etc.)
Pesca com Linha de mão/Vara/Isca Viva	Atuns (bonito listrado)
Pesca de Emalhar	Peixes diversos e lagosta
Pesca de Cerco (cerqueiros)	Peixes diversos (sardinha, corvina, etc.)
Pesca com Armadilha (covos)	Peixes diversos (pargo, etc.), lagostas e caranguejos de profundidade

As principais frotas que operam a partir do litoral considerado no presente estudo são: barcos de espinheis e de isca viva que operam sobre atuns e afins; barcos de espinhel de fundo operando sobre peixes demersais; embarcações de arrasto simples e duplo e também de emalhe de fundo, de covos, que exploram várias espécies demersais e a frota camaroeira.

A frota estrangeira arrendada apresenta características distintas da frota nacional, e varia conforme a modalidade de pesca e a espécie alvo. Durante o período de 1998 - 2002 foram identificadas a presença de 332 embarcações arrendadas devidamente autorizadas, á praticarem a atividade pesqueira no país. As espécies que se destacaram como sendo alvo de captura dessas embarcações foram os atuns e afins. Só em 2002 foram arrendadas 82 embarcações, sendo 52 destinadas à captura de atuns e afins, conforme pode ser observado no **Quadro 2.5.3-80**.

Quadro 2.5.3-80 - Nº de Embarcações Arrendadas por espécie alvo no período de 1998-2002

Ano	Embarcação	Espécies			
		Atuns e afins	Peixe-sapo	Caranguejos	Outros*
1998	0	0	0	0	0
1999	111	100	10	1	0
2000	37	18	17	2	0
2001	108	50	46	5	7
2002	82	52	16	8	6
Total	**338**	**220**	**89**	**16**	**13**

Fonte: TEIXEIRA, Gibran Da Silva; ABDALLAH, Patrízia Raggi E MOREL, Blanca Lilla Gamarrra / Diário Oficial da União, 1998-2002.

*As espécies que foram agrupadas nessa categoria foram: espécies pelágicas, lulas e etc.

Frota de Arrasto

A frota de arrasto duplo opera simultaneamente duas redes de portas, idênticas, uma de cada lado da embarcação. Este tipo de pesca emprega redes para camarão (com malha pequena) ou redes para peixes demersais (com malhas maiores). A maior parte da frota opera em regime de 24 horas, realizando de quatro a seis arrastos/dia, cada arrasto com duração média de 4 horas. O período de permanência no mar varia de 11 a 18 dias. O pescado é mantido resfriado com gelo, no porão das embarcações, cuja capacidade, normalmente, é de cerca de 30 a 40 toneladas.

A frota de arrasto em operação em toda a região Sudeste e Sul encontra-se composta por um total de 511 embarcações de arrasto de portas duplos (tangoneiros), 11 arrasteiros de portas simples e 163 parelhas, totalizando 685 embarcações arrasteiras de porte industrial (CEPSUL/IBAMA, 2001).

De acordo com o estudo publicado por Tomas & Cordeiro, com respeito à frota industrial do Rio de Janeiro, atuante nos anos de 1997 e 1998, foram identificadas 156 embarcações usando arrasto de portas, das quais 57,02% atuam na pesca de arrasto de camarões e 42,95% na de peixes demersais. Somente 34,83% das unidades da frota registraram capturas significativas de camarões que possam enquadrá-las como camaroeiras; outras 14% atuaram exclusivamente na pesca de peixes demersais. Ao menos, respectivamente, 5,62% e 7,46% desses barcos, possuem registro de pesca no Estado de São Paulo, caracterizando uma migração de esforço pesqueiro para o litoral paulista.

No Estado de São Paulo foi identificada a atuação de cerca de 25% da frota nominal conhecida no Brasil. Entretanto, devido às melhores facilidades tarifárias (diferentes percentuais de ICMS) e infra-estrutura portuária disponível em Santa Catarina, eventualmente embarcações registradas em Santos passam a descarregar o produto de sua pesca em Itajaí e Navegantes. Isso foi apontado por Tomás *et al* como um fator que dificulta a análise da dinâmica de atuação da frota arrasteira paulista, cujos resultados deveriam ser conjugadamente analisados com os da frota catarinense e fluminense.

A pesca de arrasto de São Paulo atuante na região Sudeste/Sul é realizada basicamente por duas frotas: a parelha e o arrasto de portas, que se complementam explorando o ambiente demersal bentônico costeiro (Tomás *et al*, 1999).

As parelhas visam os peixes demersais, tais como *Micropogonias furnieri* (corvina), *Macrodon ancylodon* (pescada-foguete) e *Cynoscion jamaicensis (*goete), enquanto que o arrasto de portas tem como objetivo a pesca de camarões (sete-barbas, *Xiphopenaeus kroyeri*; legítimo, *Litopenaeus schimitti*; rosa, *Farfantepenaeus brasiliensis* e *paulensis*) e tendo como fauna acompanhante peixes diversos.

Os arrasteiros de parelha controlados de São Paulo, no período de 1995 a 2000, atuaram entre os limites máximos de Rio Doce/ES 19º S e Chuí/RS 33,5º S, concentrando-se entre São Sebastião/SP 24º S e Paranaguá/PR 27º S. Verifica-se que a frota paulista vem direcionando seus esforços de pesca nas costas de São Paulo e Paraná, ao contrário das décadas passadas, cujas áreas de exploração concentravam-se nas costas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Naquela época, contava-se com embarcações de maior porte (os barcos japoneses), cuja autonomia era bem maior que a das atuais. Aliado a esse fato, com a crise do petróleo e sem os incentivos fiscais, a frota tendeu a restringir sua área de atuação, dirigindo seu esforço ao estoque sudeste (23º-29º S) para a corvina, a pescada-foguete e goete, e mais recentemente ao peixe-porco.

A pescaria tende a direcionar seus esforços (em número de lances e de horas) no verão e na primavera, sendo, porém mais produtiva em termos de rendimentos totais (CPUE) nos últimos meses do ano (primavera).

De certa forma, verificou-se um padrão sazonal de deslocamento da frota de parelhas/SP, estando em parte, ligado ao acompanhamento da ACAS na região. Essa massa de água rica em sais nutrientes e cuja temperatura (4,5º< TºC <22º) e salinidade baixas (34,5< S% <36,5) promove a concentração de cardumes, que no verão e primavera penetram na região interna da plataforma nas proximidades de Ubatuba e adjacências, afastando-se no inverno em direção ao mar aberto. Nesse período, parte da frota distribui-se ao longo da costa de São Paulo e parte desloca-se para as costas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a pesca é mais produtiva.

Em função das características de distribuição das três espécies corvina, (a pescada-foguete e goete), e relacionado-as à dinâmica da pesca na região, o padrão de deslocamento da frota de parelhas/SP pode ser explicado da seguinte forma: no inverno, uma parte das parelhas se concentra na pesca da corvina na costa de São Paulo, enquanto que outras embarcações se deslocam para a costa do Rio Grande do

Sul na captura da pescada-foguete, aproveitando os grandes rendimentos da espécie e retornam para desembarcar em Santos. Uma parcela maior da frota desloca-se para o RS, desembarcando lá mesmo ou em Itajaí, cujos portos estão mais próximos da área de pesca. Provavelmente esse fato explique a diminuição no número de desembarques em Santos nos meses de inverno. Fora dessas épocas, a frota se concentra ao norte (Ubatuba e São Sebastião) e ao sul de Santos (Cananéia e Paranaguá), onde os estoques de peixes são mais abundantes, especialmente no verão e na primavera, quando sofrem influência da ressurgência estacional em Cabo Frio/RJ e da ACAS, que nessas épocas aproxima-se da costa.

A pesca de parelhas que desembarca em São Paulo e atua na região Sudeste/Sul é multiespecífica, com uma produção composta por cerca de 121 espécies. Além das espécies-alvo, tais como a corvina, a pescada-foguete, o goete e o peixe-porco, que somadas chegam a mais de 60% do total desembarcado, são também capturadas outras espécies das famílias Carangidae (19 espécies), Sciaenidae (17), Haemulidae (10), Ariidae (7), entre outros teleósteos. No entanto, os recursos tradicionais como a corvina e o goete ainda são os responsáveis pelas maiores capturas desembarcadas das parelhas em São Paulo, sustentando tal pescaria para a região sudeste/sul.

Frota de Cerco

A pesca de cerco, responsável pela produção da sardinha, ocorre até uma profundidade de 100m. Entretanto, este tipo de atividade pode sofrer interferências das atividades exploratórias, principalmente, em dois aspectos: (i) o primeiro está relacionado à movimentação dos barcos de apoio; e o (ii) segundo, ao fato de que a comercialização da sardinha está, em grande medida, atrelada ao desenvolvimento da atividade pesqueira com isca-viva e de espinhel, que se realiza, justamente, nas áreas litorâneas de mesma profundidade das áreas do bloco onde está prevista as atividades de perfuração.

Essa pescaria tem como alvo a sardinha-verdadeira, *Sardinella brasiliensis*, que se destaca como principal recurso pesqueiro, responsável por até mais de 30% da produção nacional de pescado (Dias-Neto & Dornelles, 1996 *apud* Magro et al).

Na operação de pesca, após a detecção dos cardumes, o barco tipo traineira lança a rede procurando cercar os peixes. Uma das extremidades dos cabos da rede fica presa a uma panga ou caíque, tripulado por um pescador, e a outra fica presa ao

barco que se desloca em círculo ao redor do cardume até completar o cerco (Cergole, 1993).

Gasalla *et al*, realizaram estudos sobre a dinâmica das traineiras utilizadas para pesca de cerco no litoral de Santos, SP no período entre 1996 e 1999. De acordo com este estudo, a frota industrial de traineiras que opera basicamente entre 23ºS (Cabo Frio, RJ) e 27ºS (Ilha de Santa Catarina, SC) para a pesca da sardinha-verdadeira, utiliza redes de cerco retangulares, de comprimento entre 700 e 900m; altura de 70 a 90 m (esticada) e de 50 a 60 m (em operação); e malha de 12 mm, nó a nó (Valentini *et al.*, 1991apud Gasalla – PROGRAMA REVIZEE). Segundo o SAPESP (Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo), atualmente a maior parte das traineiras da região de Santos está utilizando redes de aproximadamente 800m de comprimento (podendo chegar a 1500 m), e 75 e 50m de altura (esticada e em operação respectivamente) e malha de 13 mm. Os barcos possuem casco de aço ou de madeira e porões que podem chegar a um máximo de 110 toneladas. A tripulação média por viagem de pesca é de 15 pessoas a bordo.

Algumas embarcações utilizam o sonar podendo também pescar durante o dia, e localizar também outros cardumes de interesse (principalmente na ausência de sardinhas), apesar de que muitos mestres preferem ainda o método tradicional. Tradicionalmente esta pescaria é realizada à noite, ocorrendo após a visualização dos cardumes pelo "proeiro" desde o mastro, quando estes se aproximam da superfície.

Por esta razão, a pescaria é intensificada durante o período de lua nova, para aproveitamento de horários crescentes ou decrescentes de escuro, respectivamente nos quartos minguante e crescente.

Durante a despesca os cardumes são reconhecidos e o pescado é acondicionado a bordo com gelo até o desembarque.

Frota de emalhe

A atividade da frota de emalhe no sudeste-sul do país realiza-se em áreas profundas, podendo atingir até 1000 m. Deste modo, este tipo de atividade pesqueira poderá sofrer interferências das atividades de perfuração. Ressalta-se, entretanto, que é uma atividade que vem sendo realizada com menos freqüência, justamente, por

conta das dificuldades enfrentadas pelo setor, para adquirir os recursos necessários à realização de grandes deslocamentos em busca de capturas cada vez mais escassas devido ao contexto de esgotamento dos recursos do mar.

O estudo publicado por Tomás no relatório do PROGRAMA REVIZEE – SCORE SUL, a respeito da frota de emalhe no estado de São Paulo, traz um histórico desta modalidade de pesca no Brasil:

É uma das artes de pesca mais primitivas, havendo registros de seu uso desde o Período Neolítico (Herubel, 1928 *apud* Diegues, 1983). A moderna rede de emalhe data do início da década de 50 quando se iniciou sua popularização dado ao uso de fibras sintéticas (Diegues, *op. cit.*), mais resistentes à água.

A pesca de emalhe é uma das artes de pesca passivas e tem como princípio geral a captura de peixes através do emalhe da porção anterior dos organismos, predominantemente entre os olhos e o início da nadadeira dorsal, e apresenta diversas peculiaridades dependendo das espécies alvo da captura e das localidades onde são empregadas (Hubert, 1985).

(...) Não se conhecem registros de uso de redes de emalhe na costa paulista antes ao início do século quando foi introduzido o uso da rede de tresmalho a partir da canoa a remo (Diegues, 1983). Inicialmente o uso do emalhe esteve restrito aos estuários e à região costeira próxima (enseadas) objetivando as safras de tainha. Progressivamente foi adotado nas pescarias costeiras de todo o país – procurando aproveitar as safras de pescados - tanto em canoas e jangadas como em pequenos barcos motorizados (Diegues, 1983).

Segundo Tomás, em 1986 foi introduzida por uma empresa multinacional japonesa a rede de "malhão", específica para a pesca de peixes oceânicos, particularmente dirigida à pesca de cações. Estas redes eram, em geral, compostas de panos de malhas maiores que 14 mm (distância entre-nós esticados), altura de 12 m e alcançavam mais de 7,5 km de extensão, sendo seu esforço dirigido aos cações, particularmente aos do gênero *Sphyrna* (cações martelo ou cambevas), devido ao elevado valor que suas nadadeiras(galhas) possuem no mercado (Kotas *et al.*, no prelo). Essa pesca experimentou um rápido aumento de esforço chegando a cerca de 60 embarcações somente no Estado de São Paulo, no fim da década de 80 e próximo de 1000 em toda a costa brasileira em 1992 (Amorim e Arfelli, 1993 *apud* Tomás).

Devido à queda brusca nessas capturas e ao relativo elevado custo de deslocamento da costa até as áreas de captura (mais afastadas do que as convencionais), este tipo de pesca foi perdendo importância e na atualidade é empregada eventualmente e adicionalmente ao uso do emalhe tradicional. Segundo Santos (1997), somente no município de Ubatuba (litoral norte) existiam 27 embarcações pescando com emalhe no ano de 1996. Ainda que não avaliado quantitativamente, esse tipo de emalhe seria responsável pela captura de pequenos cetáceos e tartarugas marinhas, sendo, portanto, motivo de manifestações de grupos ambientalistas.

Frota de Espinhel

De acordo com os estudos conduzidos por Ávila da Silva & Arantes, publicados no relatório do PROGRAMA REVIZEE – SCORE SUL, os métodos de pesca com linha e anzol, como a linha-de-mão e os espinhéis verticais e de fundo, são classificados como métodos passivos e possuem características que satisfazem às premissas da pesca responsável, como seletividade de espécies e de comprimentos, alta qualidade do pescado, baixo consumo de energia e pouco impacto sobre o fundo oceânico (Bjordal e Okkeborg, 1996 *apud* Ávila da Silva e Arantes).

A partir de 1973, alguns barcos sediados no Rio de Janeiro e em Santos passaram a explorar áreas próximas ao talude da plataforma continental, ao sul do Cabo de Santa Marta Grande, onde é capturado o cherne-poveiro (*Polyprion americanus*) (Barcellos *et al*, 1991). A procura de novas áreas de pesca, provavelmente, está relacionada à tendência de queda nas produções anuais dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo ao longo dos anos 70 (Lima *et al.*, 1985). Entre os anos de 1975 e 1977, através do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil (SUDEPE-PDP), foram realizados, ao largo da costa sul do Estado do Rio Grande do Sul, uma série de cruzeiros de pesca exploratória com espinhel-de-fundo que indicaram boas capturas de quatis (peixe-batata) e chernes (Santos e Rahn, 1978 *apud* Ávila da Silva e Arantes – PROGRAMA REVIZEE).

Ao longo do tempo e de acordo com o local e a espécie alvo, o aparelho de pesca utilizado pela frota comercial, sempre operado manualmente, sofreu diversas modificações. Variou da tradicional linha-de-mão, chamada de "pargueira", lançada por um pescador a partir de um bote, para diversos modelos de espinhéis verticais e

de fundo (Santos, Seckendorff e Amaral, 1988; Barcellos *et al.*, 1991; Peres e Haimovici, 1998).

No entanto, a principal modificação na estrutura e na forma de operação do aparelho foi introduzida em 1994, a partir das operações de pesca experimental realizadas pelo N/Pq Orion, do Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, quando foi utilizado um espinhel-de-fundo com cabo principal de aço e operação por guincho hidráulico. Este padrão tecnológico foi adotado por parte das frotas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro para a captura de chernes (*Epinephelus* spp. e *P. americanus*), do peixe-batata e do namorado (Tiago *et al.*, 1995; Ávila-da-Silva e Bastos *apud* Ávila da Silva e Arantes, 1999; Ávila-da- Silva, Bastos e Tutui, 2001 *apud* Ávila da Silva e Arantes). Cabe ressaltar que a introdução de uma inovação não excluiu a utilização de petrechos com características mais simples. Atualmente pode-se observar embarcações operando com todos os tipos de linha-de-fundo citados.

As análises dos desembarques mostraram que sua ocorrência é marcadamente sazonal, com picos de abundância no 3º e 4º trimestre. Esta espécie distribui-se nas águas tropicais e subtropicais dos oceanos e, na área de estudo, é mais abundante nas latitudes menores, sendo capturado por linhas de corrico normalmente levadas à bordo das embarcações pesqueiras. Sua ocorrência está associada à elevação da temperatura da água de superfície nos meses de verão, causada pela maior incidência da radiação solar (Neumann e Pierson Jr., 1966; Palko *apud* Ávila da Silva e Arantes, Ávila-da-Silva e Vaz-dos-Santos, 2000).

A área de atuação das embarcações que operam com linha-de-fundo variou de acordo com o porto de desembarque, sendo a área de maior concentração de esforço a compreendida entre as latitudes de 24 a 26°S. Nos desembarques no porto de Niterói foram reportadas capturas até a faixa de latitude entre 30 e 32°S, correspondente ao norte do estado do Rio Grande do Sul. Capturas entre 26 e 28°S, ao largo do estado de Santa Catarina, foram bastante freqüentes e indicaram a expansão da área de pesca dos barcos baseados naquele porto, que operavam tradicionalmente até o paralelo 26. No entanto, a área de maior concentração de esforço destes barcos, entre 22 e 26°S, continua inalterada (Lima *et al.* 1985) No porto de Santos, foram desembarcadas capturas realizadas em toda a costa sudeste e sul do Brasil e, em Ubatuba, apenas capturas realizadas ao largo do estado de São Paulo. De acordo com os dados de distribuição das espécies vulneráveis à pesca de espinhel-de-fundo na

costa sudeste do Brasil, a frota pesqueira explota toda a área de ocorrência das espécies-alvo na região.

Estudos recentes mostram que as embarcações que praticam a pesca com linha apresentam uma grande mobilidade. A exemplo disso, Haimovici *et al* – Projeto REVIZEE afirmam que os portos de Ubatuba e Itajaí foram os que receberam um maior número de embarcações vindas de outros portos – Ubatuba recebeu do Estado do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, enquanto Itajaí embarcações do Rio de Janeiro e São Paulo. Excetuando-se o porto de Santos, que recebeu poucas embarcações de outras localidades, os outros portos receberam mais embarcações provenientes de portos localizados mais ao norte, o que sugere um padrão geral de deslocamento das frotas em direção sul, em decorrência da expectativa de melhores rendimentos pesqueiros. Além disso, A presença de embarcações capixabas ao largo das costas dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo foi evidenciada diversas vezes no estudo realizado por Tomás (projeto REVIZEE).

Os resultados apresentados mostram que as frotas estudadas exploraram intensamente os recursos demersais vulneráveis aos métodos de pesca de linha-de-fundo em profundidades de até 600m. A necessidade de se pensar a sustentabilidade desta atividade é ressaltada pelos autores. No Brasil, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento levou adiante, a partir de 1998, uma política de arrendamentos de barcos congeladores estrangeiros, para diversas modalidades de pesca, entre elas a de espinhel-de-fundo (Pratini de Moraes, 1999; Calzavara, 1999). Vários destes barcos com um poder de pesca muito superior as embarcações da frota nacional atuaram, entre 1999 e 2000, nas áreas tradicionais de pesca de linha (Peres e Haimovici, 1998). Desde o ponto de vista da sustentabilidade das espécies-alvo da pesca de linha-de-fundo, esta política foi altamente prejudicial, ao aumentar o esforço de pesca sobre recursos já explorados. Em menos de um ano de operação, as embarcações arrendadas diminuíram os rendimentos até torna-los anti-econômicos (Perez *et al.*, 2001). Também provocaram uma redução no fornecimento de pescado de linha para o mercado interno e a diminuição do número de barcos nacionais envolvidos nessa pescaria. A pesca de linha no sudeste-sul do Brasil serve para exemplificar como: políticas de concessão de licenças de pesca para "incentivo ao desenvolvimento" e de "aplicação de novas tecnologia" na exploração de recursos pesqueiros podem ser altamente prejudiciais à sustentabilidade no fornecimento de

alimentos e manutenção de emprego no setor pesqueiro (Haimovici *et al* – PROGRAMA REVIZEE).

o) Identificação e Caracterização de Etnias Indígenas e Populações Extrativistas

o.1) Comunidades Caiçaras

A formação das comunidades caiçaras se deu entre o século XVIII e o início do século XX, sendo a população originada da miscigenação entre índios, europeus e negros que se estabeleceram ao longo do litoral dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. O relativo isolamento provocado pela mata atlântica condicionou o desenvolvimento de um modo de vida e de uma cultura particulares, centrado na atividade pesqueira.

O termo caiçara tem origem no tupi guarani *caaiçara*, que significa homem do litoral. Para essa população, inicialmente, o termo era empregado somente para designar as estacas colocadas em volta das aldeias e currais fincados na área para capturar os peixes. Com o passar do tempo, passou a ser o nome atribuído às palhoças construídas na beira da praia para abrigar as canoas e os petrechos de pesca. Só mais tarde passou a designar os moradores do litoral (DIEGUES, 1988. In: ADAMS, 2000, p.103).

A cultura caiçara é constituída por uma rede de conhecimentos construída através de uma relação de complementaridade entre o homem e a natureza, sendo a pesca artesanal uma das suas principais características. Através da pesca e da agricultura exploram os ecossistemas e adquirem conhecimento sobre a natureza (DIEGUES, 1995). Para exemplificar esta situação, Ramires (2004) explicita: "Ao mesmo tempo em que o indivíduo caminhava pela mata até a área de plantio, podia encontrar uma boa madeira para fazer o seu barco, enquanto plantava e colhia, redescobria os ciclos da natureza e se ajustava a eles".

O modo de vida caiçara é caracterizado pela cultura extrativista, que combina agricultura de subsistência com atividade pesqueira. O extrativismo caiçara é realizado tanto no mar quanto como na terra. No mar está associado à coleta de crustáceos e moluscos e algumas espécies estuarinas. Em terra, a extração de cipós, troncos, flores, arbustos, dentre outros está associada à fabricação de utensílios de uso doméstico ou comercial, como é o caso do artesanato. Normalmente, os

utensílios de uso do cotidiano empregados na lavoura ou na pesca são fabricados pelos homens, ao passo que as cestarias, cerâmicas e remédios são de responsabilidade feminina (DIEGUES, 2002).

O artesanato caiçara (**Figura 2.5.3-26**) é uma das referências culturais mais freqüentes sobre a identidade caiçara, sendo artigo utilizado na decoração de casas e outros ambientes. Normalmente os temas abordados remetem-se as atividades do cotidiano ou ao ambiente em que vivem. Dedicam-se a confecção de esculturas em barro, gaiolas, armações com fibras vegetais, ceramistas, músicos (gostavam de compor e fazer o instrumento), armadilhas de pesca, máscaras, trançados.

Fonte: Levantamento de Campo (2005).

Figura 2.5.3-26 - Artesanato caiçara, Casa de Cultura – São Sebastião/SP

O folclore caiçara é bastante rico e as manifestações populares tradicionais podem ser vistas na ocasião dos festejos populares. Nestas oportunidades são apresentadas danças folclóricas de origem portuguesa como o Xiba, (também chamada Bate-pé ou Cachorro do Mato), a Folia de Reis, a Ciranda e a Dança da Fita, ou as de origem afro-cristã como a Congada de São Benedito. Entre as manifestações folclóricas destacam-se o Boizinho (**Figura 2.5.3-27**), a Malhação de Judas e João Paulino e Maria Angu.

Fonte: Levantamento de Campo (2005).

Figura 2.5.3-27 - Folclore caiçara – Boizinho em São Sebastião/SP.

A culinária típica da cultura caiçara é composta pelos produtos cultivados no jeito de viver: combinando mandioca, banana, frutos do mar, o cafezinho no decorrer do dia, a jaca como sobremesa, como doce ou fresca, o licor de abricó. Um dos pratos mais famosos da culinária caiçara é o "azul marinho", que consiste em um peixe assado com farofa de mandioca e banana. Outro prato de destaque na culinária caiçara são lulas preparadas na própria tinta.

Na dinâmica cultural das comunidades caiçaras, as atividades de agricultura e pesca relacionam-se não só ao trabalho e à sobrevivência, mas a uma multiplicidade de relações sociais: parentesco, festividades, atividades coletivas como o arrastão de praia, lendas e folclores. É no desenvolvimento das atividades produtivas que as relações sociais entre os indivíduos da comunidade são construídas, tecendo assim a cultura caiçara.

O trabalho na agricultura e na pesca é feito com a participação de familiares e amigos e o conhecimento é transmitido de pai para filho. Dessa forma, o aprendizado sobre a lavoura, a pesca e demais trabalhos a serem realizados têm início na infância, ou seja, acompanhando os pais ou parente nas atividades do cotidiano. A dependência que os caiçaras possuem dos recursos naturais para as atividades extrativistas faz com que estes acumulem um detalhado conhecimento sobre a dinâmica do ecossistema.

A pesca caiçara (**Figura 2.5.3-28**) é caracterizada por contemplar tanto as capturas associadas à obtenção de alimento para as famílias dos pescadores, como com objetivos essencialmente comerciais, mesmo que em pequena escala.

Fonte: Levantamento de Campo (2005).

Figura 2.5.3-28 - Pesca caiçara em Ubatuba.

As embarcações são feitas à mão. A canoa é esculpida de um único tronco e talhada final artesanalmente. A embarcação da pesca artesanal não é, exclusivamente, um meio de produção, mas, também, de deslocamento.

Além do relativo isolamento das comunidades caiçaras, o regime de economia familiar foi um aspecto que contribuiu para a manutenção da cultura e dos modos de vida do grupo. A economia caiçara caracterizava-se tanto como uma oposição à economia indígena como à economia industrial. Se por um lado, tinha uma produção destinada ao consumo familiar, o excedente era utilizado para adquirir produtos e serviços que necessitavam, como por exemplo, vestuário, sal, etc. (MARCÍLIO, *apud* RAMIRES, 2004). Essa dinâmica econômica vem permitindo a inserção e/ou adaptação desses grupos ao processo de urbanização do litoral, em especial o litoral paulista, a partir da década de 50.

Recentemente, as populações caiçaras têm experimentado mudanças em seu modo de vida em função de fatores como a intensificação da pesca comercial, o turismo e a criação de áreas protegidas. A especulação imobiliária, sobretudo com a construção de residências secundárias ao longo do litoral, vem privando parte dos caiçaras de

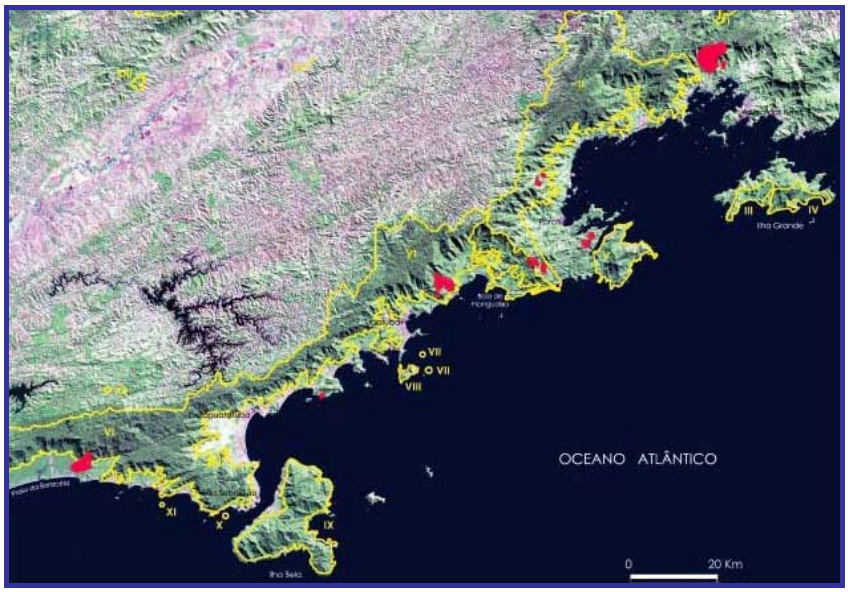
suas posses nas praias, obrigando-os a trabalhar como caseiros, pedreiros, barqueiros e, até mesmo, a se mudarem para longe de seu local de trabalho, dificultando as atividades pesqueiras.

o.2) Etnias Indígenas

Guarani Mbya

A população dos índios Guarani no litoral é, salvo exceções, composta pelos Mbya e Ñandeva. Segundo alguns registros (documentos do arquivo do Estado), até as primeiras décadas do século XX, os Ñandeva constituíam a maioria da população Guarani no litoral de São Paulo. Levantamentos realizados a partir das décadas de 1960 e 1970, e a crescente visibilidade das aldeias, na atualidade, comprovam que os Mbya passaram a predominar numericamente, em toda a faixa litorânea do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo.

De acordo com os levantamentos realizados na área em estudo, atualmente apenas o grupo guarani mbya foi identificado na área de influência do empreendimento. Estas aldeias estão situadas (**Figura 2.5.3-29**) nos municípios de Parati, Ubatuba e São Sebastião.



– Localização das terras indígenas.

Fonte: Centro de Trabalho Indigenista, 2004.

Figura 2.5.3-29 - Distribuição das terras indígenas guarani mbya

No litoral brasileiro suas comunidades são compostas por grupos familiares que, historicamente, procuram formar suas aldeias nas regiões montanhosas da Mata Atlântica - Serra do Mar, da Bocaina, do Tabuleiro, etc. (cf. Ladeira, 1992). O nome mbya foi traduzido por "gente" (Schaden), "muita gente num só lugar" (Dooley, 1982).

Fonte: Levantamento de Campo (2005).

Figura 2.5.3-30 - Membros da Aldeia de Parati – Mirim no município de Parati/RJ, 2005.

Há uma unanimidade entre os autores quanto às dificuldades de quantificar os Guaranis. No caso dos Mbya, prevalece uma rede de parentesco e reciprocidade que se estende por todo o seu território, implicando uma dinâmica social que exige intensa mobilidade (visitas de parentes, rituais, intercâmbios de materiais para artesanato e de cultivos etc). Além disso, algumas aldeias apresentam contingente populacional composto por descendentes de casamentos mistos entre Ñandeva e Mbya.

Assim sendo, é quase impossível contar os indivíduos. Há ainda outros aspectos, entre os quais: o acesso a algumas aldeias ou moradias, dificuldades de obtenção de informações nas comunidades e, sobretudo a aversão dos Guaranis aos recenseadores, pois entendem que a contagem trata-se de uma forma de controle do Estado. De todo modo, conforme o levantamento realizado pela FUNAI entre os anos de 1996-2000 estima-se que a população indígena residente na área em estudo seja de cerca de 630 indivíduos, distribuídos em oito terras indígenas, conforme identificado no **Quadro 2.5.3-1**.

Quadro 2.5.3-81 - Terras indígenas identificadas na Área de Influência

Povo Indígena	Município	Terra Indígena e Comunidades	Área (ha)	População	Situação Jurídica	Decreto
Guarani Mbya	Parati	Araponga	213	7	Homologada	s/nº de 03/07/1995
Guarani Mbya	Parati	Rio Pequeno	8	-	Em processo de reconhecimento	-
Guarani Mbya	Parati	Parati-Mirim	79	120	Homologada	s/nº de 05/01/1996
Guarani Mbya / Xiripa	Ubatuba	Corcovado/Renascer	-	-	Em processo de reconhecimento	
Guarani Mbya	Ubatuba	Boa Vista do Sertão do Promirim	906	53	Homologada	s/nº de 26/10/2000
Guarani Mbya	São Sebastião/ Santos	Ribeirão da Silveira	948	240	Homologada	Nº 94.568/1987

Fonte: Elaborado a partir de documentos do CTI e ISA, 2000 e 2004.

A regularização das áreas ocupadas pelos Guaranis Mbya no litoral teve sua origem em iniciativas e projetos do CTI (Centro de Trabalho Indigenista), a partir de 1979 nas aldeias da capital de SP e litoral de SP e RJ, e de ações do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), nas aldeias do litoral sul de SP. Até meados da década de 1980 em toda a faixa do litoral eram reconhecidas oficialmente, por decretos estaduais a aldeia do Bananal (Posto Indígena de Peruíbe – SP), em 1927, e a aldeia de Itariri – SP, em 1962. A aldeia de Parati Mirim também foi reconhecida, em 1960, por ato informal do governo do Rio de Janeiro. Em 1983, o CTI encaminhou ao Governo de SP (Franco Montoro/PMDB), um dossiê sobre as aldeias guarani do estado de São Paulo e um projeto para sua regularização fundiária. Diante do interesse do governo estadual em regularizar as áreas ocupadas pelos Guarani de SP, a FUNAI assina convênio com o governo de São Paulo, em 20/12/84, para demarcação das áreas indígenas, homologadas em 1987. A partir do início dos anos 1980, o reconhecimento oficial e a demarcação das aldeias Guarani tornaram-se urgentes devido ao crescimento de projetos imobiliários e turísticos decorrente da construção da rodovia Rio-Santos e de estradas adjacentes.

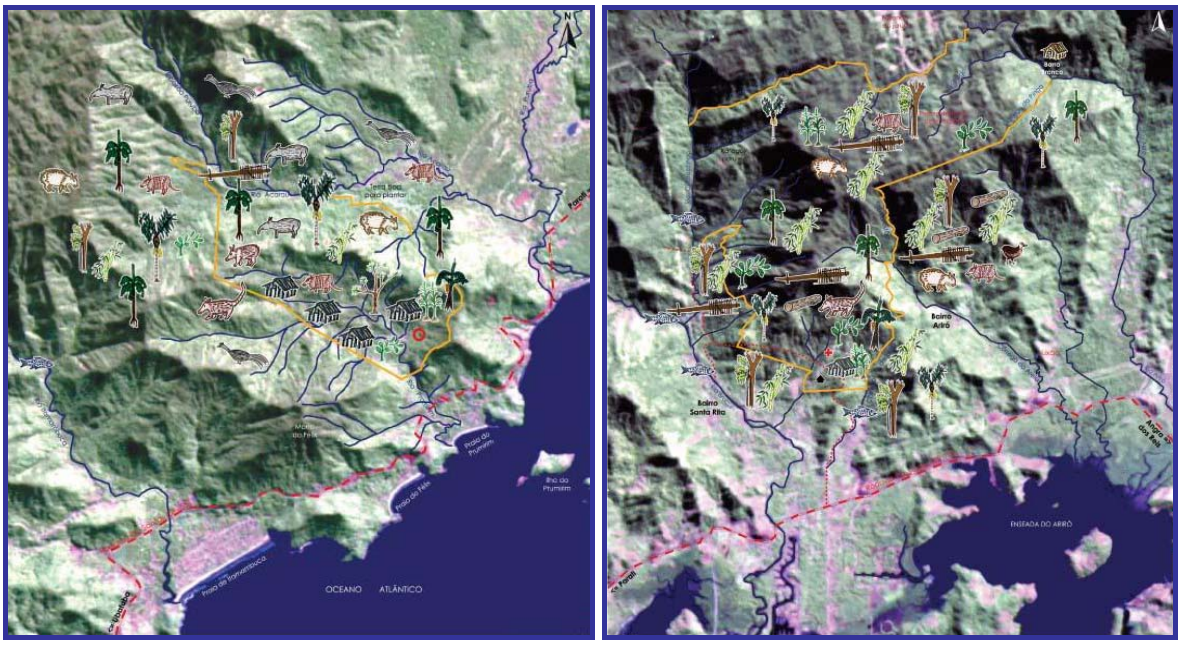
As Aldeias e o Território Mbya

Para os Mbya, o "conceito de território" supera os limites físicos das aldeias e trilhas e está associado a uma noção de "mundo" que implica na redefinição constante das relações multiétnicas, no compartilhar espaços etc. Os Guarani Mbya mantêm a configuração de seu "território tradicional" através de suas inúmeras aldeias

distribuídas em vasta região abrangendo regiões no Paraguai, na Argentina, no Uruguai e no Brasil, constituindo-se o mar seu limite terreno.

O domínio de seu território, por sua vez, se afirma no fato de que suas relações de reciprocidade não se encerram exclusivamente nem em suas aldeias, nem em complexos geográficos contínuos. Elas ocorrem no âmbito do "mundo" onde se configura seu território. Desse modo, o domínio de um amplo território é exercido através das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e de movimentos migratórios realizados ainda hoje, por famílias Mbya (Ladeira, 1997).

O território ou mundo Guarani Mbya, enquanto espaço cartográfico e geográfico é fragmentado e compartilhado por diferentes sociedades e grupos sociais. Em contraposição, as aldeias ou *tekoa* – "lugar onde vivem segundo seus costumes e leis" – não podem abrigar outros grupos humanos. O espaço físico de um *tekoa* deve conter recursos naturais preservados e permitir a privacidade da comunidade. Entretanto, a fragmentação atual das aldeias, definidas por limites artificiais em função do reconhecimento público e oficial de outras ocupações (tais como fazendas, loteamentos, estradas, projetos de abastecimento etc.), inviabiliza-as enquanto espaço que garanta a subsistência da própria comunidade. Apesar disso verifica-se, nas diversas aldeias, um modo peculiar de apreensão, construção e organização do espaço (**Figura 2.5.3-31**), desenvolvido através do exercício social, político, religioso e do manejo de espécies tradicionais.



Fonte: Centro de Trabalho Indigenista, 2004.

Figura 2.5.3-31 - Mapa Esquemáticos das Aldeias Guarani Myba – TIs Boa Vista do Sertão do Prumirim/ SP e Bracuí / RJ

Embora a proximidade geográfica favoreça o estreitamento das relações sociais entre as aldeias, devemos considerar que a sociedade Guarani possui regras, costumes e tradições das quais participa todo o seu conjunto.

Os índios Guarani Mbya do litoral procuram fundar suas aldeias com base nos preceitos míticos que fundamentam especialmente a sua relação com a Mata Atlântica, na qual, simbólica ou praticamente, condicionam sua sobrevivência. Esses lugares, procurados ainda hoje pelos Mbya, apresentam, através de elementos da flora e da fauna típicos da Mata Atlântica, de formações rochosas e mesmo de ruínas de edificações antigas, indícios que confirmam essa tradição. Formar aldeias nesses lugares 'eleitos' significa estar mais perto do mundo celestial, pois, para muitos, é a partir desses locais que o acesso a *yvy marãey*, 'terra sem mal', é facilitado - objetivo histórico perpetuado pelos Mbya através de seus mitos (Ladeira, 1992, 1997).

Organização Social, Política e Religiosa

A organização social e as atividades desempenhadas em cada comunidade dependem da orientação religiosa que absorve os modos, representações e experiências, de origens ou de subgrupos diversos, criando um perfil próprio. Em aldeias onde há indivíduos de outro subgrupo, estes passam a respeitar as regras (sociais, políticas) e a adotar costumes e rituais do grupo local dominante. Mesmo se tratando de uma aldeia composta por famílias do mesmo subgrupo, nem sempre há uma autodenominação geral e consensual.

Além das vivências comuns, os principais fatores de diferenciação dos Mbya em relação aos demais subgrupos guarani concentram-se nas divisões espaciais, em expressões lingüísticas, em elementos da cultura material (adornos, artefatos de uso ritual) e nos rituais nos quais há músicas e cantos específicos.

Os lugares onde os Mbya formam seus assentamentos familiares são identificados como *tekoa*. Conforme tradução de Montoya (1640), *Tekoa* significa "modo de ser, de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, costumes". *Tekoa* seria, pois o lugar onde existem as condições de se exercer o "modo de ser" guarani. Podemos qualificar o *tekoa* como o lugar que reúne condições físicas (geográficas e ecológicas) e estratégicas que permitem compor, a partir de uma família extensa com chefia espiritual própria, um espaço político-social fundamentado na religião e na agricultura de subsistência (Ladeira, 1992, 97).

Fonte: Centro de Trabalho Indigenista, 2004.

Figura 2.5.3-32 - Aldeia Guarani Mbya.

As aldeias Mbya podem ser formadas a partir de uma família extensa desde que tenha uma chefia espiritual e política própria. O contingente populacional das aldeias Guarani Mbya varia, em média, entre 20 a 200 pessoas, compondo unidades familiares integradas pela chefia espiritual e política. A organização espacial interna das aldeias é determinada pelas relações de afinidade e consangüinidade.

Segundo o padrão tradicional Guarani, a família extensa é composta, em princípio, pelo casal, filhas, genros e netos, constituindo-se numa unidade de produção e consumo. Atualmente, a família extensa, ainda que tenha algumas variantes na sua composição, é a unidade de produção. Porém, a "propriedade" das roças e o consumo dos produtos são da família elementar, depois do nascimento dos filhos do casal. Isto não exclui os serviços nas roças do sogro e a realização de mutirões entre as famílias.

A liderança espiritual é exercida pelo *Tamoi* (avô, genérico) e seus auxiliares (*yvyraija*), podendo ser exercida também por mulheres *Kunhã kArai*. Atualmente, cada comunidade tem um chefe político, o cacique, ao qual estão subordinadas jovens lideranças para intermediar as relações entre a comunidade indígena e os representantes do Estado e vários setores da sociedade civil. Até meados da década de 1990 era comum, entre os Mbya, o líder espiritual e religioso exercer também a chefia política na comunidade. Em períodos de muitas atribulações decorrentes do contato, como ocorre atualmente, esta prática é impossível, pois o líder espiritual precisa ser preservado.

Uma particularidade dos Mbya e dos Ñandeva é a construção de uma casa de reza. Esta casa é destinada exclusivamente para a prática de rezas e rituais coletivos, *opy guaçu*, localizada próxima ou mesmo agregada à casa do *tamõi*.

As práticas religiosas são feitas através de cantos, danças e discursos e também voltadas às situações e necessidades corriqueiras (colheita, ausência ou excesso de chuva, problemas familiares, acontecimentos importantes, imprevistos etc.).

A principal cerimônia realizada na *Opy* é o *Nheemongarai,* quando os cultivos tradicionais são colhidos e "abençoados" e são atribuídos os nomes às crianças nascidas no período. O *nheemongarai* deve coincidir com a época dos 'tempos novos' (*ara pyau*), caracterizados pelos fortes temporais que ocorrem no verão. Assim, a associação entre a colheita do milho e a cerimônia do seu 'benzimento' e da

atribuição dos nomes-almas impõem o calendário agrícola e a permanência das famílias nas aldeias (Ladeira, 1992).

O acervo mitológico Guarani é extremamente rico e complexo. Entre os autores, León Cadogan, é o que realizou a maior compilação de mitos clássicos e contos Mbya. Por sua vez, os Mbya vêm incorporando, ao seu acervo mitológico, interpretações e acontecimentos vividos e veiculados entre eles, ao longo de sua história. Para os Mbya o cotidiano está impregnado de relações míticas, advindas da comunicação com as divindades. Assim, "as tradições são postas em prática secularmente, segundo os princípios dos mitos que fundamentam o pensamento e ações dos Mbya" (Ladeira, 1992).

Sistema Produtivo

As atividades de subsistência e rituais são definidas por dois ciclos, que equivalem a duas estações: *ara pyau* e *ara yma,* correspondentes ao "calor" (primavera-verão) e o "frio" (outono-inverno).

Para os Guaranis, a agricultura é a atividade estrutural da vida comunitária. Pode-se dizer que o significado da agricultura se encontra na sua própria possibilidade de realização: organização interna, reciprocidade, intercâmbios de sementes e espécies, experimentos, rituais, renovação dos ciclos. Desse modo, a agricultura faz parte de um sistema mais amplo que envolve aspectos da organização social e princípios éticos e simbólicos fundamentados antes na dinâmica temporal de renovação dos ciclos, do que na quantidade e disponibilidade de alimento para consumo (Ladeira, 2001). Pode-se dizer que os Mbya não vivem da agricultura, porém não vivem sem ela.

Os Guaranis possuem cultivos tradicionais (variedades de milho e outros grãos, tubérculos etc.) que impõem cuidados maiores na observação das regras internas e dos períodos de plantio e colheita porque, ao contrário dos outros cultivos, interagem com as demais esferas da vida e sua reprodução é condicionante para a realização dos rituais, sobretudo do nheemongarai. Esta cerimônia é exclusiva às plantas tradicionais, isto é às variedades cultivadas secularmente pelos Guaranis, que não misturaram-se às espécies alheias. Aos cultivares dos brancos os Mbya chamam genericamente de tupi (*avati tupi*, *Kumanda tupi* – "feijão").

As áreas cultivadas possuem, em média, 1/2 a 3 ha, dependendo da disponibilidade e qualidade da terra e da força de trabalho. Plantam frutíferas e espécies utilizadas como remédios ao redor das casas. Coletam frutos silvestres e material (paus, cipós, taquaras, palhas etc.) para confecção de artesanato, pequenas armadilhas e casas.

Embora sendo fonte de alimento, a caça não é prática corriqueira entre os Guaranis. Essa atividade envolve outros significados práticos e simbólicos que só terão continuidade com a sobrevivência das espécies. Possuem regras rigorosas de consumo que implicam em seletividade e sazonalidade. A atividade de caça, apesar de sua importância social e cultural, vem diminuindo em razão da fragmentação das áreas de mata e de outros agentes de pressão na fauna da Mata Atlântica.

O artesanato é uma atividade que foi incorporada pelos Guaranis e implica em várias etapas de trabalho. O produto é um bem que pertence à família (família nuclear) em todos os seus aspectos (criação, valor, etc.), sendo de sua responsabilidade todo o processo de realização – coleta e corte de matéria prima na época certa (observando o calendário lunar), qualidade do material (natural e artificial) e da confecção, guarda, preço e venda. As tarefas da produção à venda, são distribuídas entre os membros da família, segundo critérios de idade, sexo e aptidão. Esta atividade também se insere na dinâmica de intercâmbios (matéria prima e peças) entre famílias. Até o momento, os Guarani mantém a autonomia e controle da mesma, o que garantiu a sua inserção e incorporação no conjunto de suas práticas tradicionais. Todavia, os artefatos de uso (doméstico, ritual, corporal) não se confundem com os produzidos para a venda.

De um modo geral, os Guaranis Mbya poucas vezes trabalham fora da comunidade (**Figura 2.5.3-33**) e quando o fazem é sempre de forma temporária. Sendo assim, o comércio do artesanato é importante fonte de renda.

Fonte: Levantamento de Campo (Ecology, 2006).

Figura 2.5.3-33 - Venda de artesanato no Centro Histórico de Parati

Nos últimos anos alguns jovens vêm sendo contratados como agentes sanitários e de saúde e professores indígenas, pelo Estado.

o.3) Comunidades Quilombolas

De acordo com levantamentos realizados junto a Fundação Cultural Palmares - FCP, órgão do Ministério da Cultura responsável pelos quilombolas e outras entidades de pesquisa, foram identificadas 6 comunidades quilombolas na Área de Influência do empreendimento, identificadas no **Quadro 2.5.3-82**.

Quadro 2.5.3-82 - Comunidades Quilombolas na Área de Influência

Município	Terra Remanescente de Quilombo	Situação Jurídica	Data da Publicação no DO
Parati	Campinho da Independência	Titulada pelo Estado do RJ	21/3/1999
Parati	Cabral	Em processo de reconhecimento	-
Ubatuba	Caçandoca	Reconhecida	25/5/2005
Ubatuba	Cambury	Reconhecida	20/1/2006
Ubatuba	Sertão do Itamambuca	Reconhecida	20/1/2006
Ubatuba	Fazenda Caixa	Reconhecida	20/1/2006

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2006.

Para o estudo foram consideradas apenas as Comunidades Quilombolas localizadas na região costeira, ou seja, aquelas que possuem parte de suas áreas na faixa litorânea. Vale destacar que não foi possível obter informações homogêneas sobre essas comunidades em função dos diferentes estágios dos estudos realizados.

Comunidade Negra de Campinho da Independência

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Campinho da Independência, situada em Parati é hoje, no estado, a única comunidade reconhecida pela FCP, titulada e com registro de título. Sua área total de 287 ha é ocupada por cerca de 90 famílias, residentes em diversos sítios familiares, descendentes de três escravas que receberam essas terras como doação de seus antigos senhores.

A partir da década de 60 as terras de Campinho começam a se tornar atrativas para o estabelecimento de domínios privados e públicos, pressionando os descendentes de escravos para fora de suas terras. Em 1960, o governo estadual desapropriou a área para criar uma Colônia Agrícola, atraindo migrantes em busca de terras. A criação da Reserva Florestal do Parque Nacional da Bocaina, em 1971, restringiu ainda mais o direito dos moradores de Campinho com a fiscalização de guardas-florestais. Em 1973, a construção da rodovia Rio - Santos supervalorizou as terras do município e, a partir dessa data, aquelas famílias tiveram suas vidas transformadas com o surgimento de pessoas que se intitulavam donos das terras.

Diante da ameaça de grileiros os moradores, em 1975, vão à Justiça em busca de seus direitos, fundando uma Associação de Moradores e associando-se ao Sindicato de Trabalhadores Rurais. Em 1980, o Estado do Rio de Janeiro intervém na ação e expõe seu interesse na área e, em 1986, a União também intervém no processo manifestando interesse na área para a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu. A comunidade passava a não estar confrontada apenas com interesses particulares que visavam investimentos em empreendimentos imobiliários, encontrava-se, agora, em disputa com a União e com o Estado do Rio de Janeiro. Em 1999, a propriedade das terras da comunidade reconhecida. Atualmente, organizada na Associação de Moradores do Campinho da Independência (Amoc), a população tem se mobilizado em torno da questão da implantação de projetos de auto-sustentabilidade e lidera a organização das Comunidades Remanescentes de Quilombos do estado com a presidência da Associação das Comunidades de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj).

Comunidade Negra de Caçandoca

A comunidade se situa em uma praia situada em um dos trechos mais valorizados do litoral norte de São Paulo, cercado por casas de veraneio e condomínios de luxo, no

município de Ubatuba. O local agrega 60 famílias remanescentes de antigos trabalhadores de uma fazenda de café do século XIX.

A economia da comunidade é característica da população caiçara da região, estando baseada na atividade pesqueira e na agricultura familiar, voltada prioritariamente para o autoconsumo.

Até a década de 1970, os principais itens agrícolas produzidos pela comunidade eram a farinha de mandioca, o feijão, o arroz e a cana-de-açúcar (para rapadura e aguardente). Atualmente, a pesca e a coleta de mariscos além da produção de banana são as principais atividades produtivas. Muitos quilombolas também trabalham em serviços domésticos nas casas de veraneio do Condomínio do Pulso.

A comunidade enfrenta uma empresa do ramo imobiliário que quer a posse das terras. O caso se arrasta na justiça desde 1998, quando foi concedida a primeira decisão judicial favorável à empresa. Desde então, os moradores vêm sofrendo ameaças freqüentes e já tiveram que conseguir, até agora, seis liminares na justiça para evitar a expulsão das famílias. No último dia dois de junho, o Incra reconheceu as terras como oficialmente pertencentes à comunidade e uma liminar favorável à empresa foi cassada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O problema, no entanto, ainda não está resolvido, falta titulação das terras, atribuição que atualmente compete ao Incra.

Comunidade Negra de Camburi

O Quilombo do Camburi abrigou, no início de sua ocupação, vários núcleos de escravos fugidos de fazendas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Até a década de 1960, a comunidade do Camburi vivia praticamente isolada, e de roças de subsistência, da caça, da coleta e da pesca. Alguns produtos excedentes, principalmente o pescado, eram vendidos ou trocados nas cidades de Ubatuba e Paraty por produtos manufaturados.

Com a construção da BR-101 e a atração de grileiros, especuladores e empresas para a região iniciou-se um processo de expulsão das comunidades tradicionais da área. Por outro lado, a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina (em 1972) e do Parque Estadual da Serra do Mar/Núcleo Picinguaba (em 1977) nas terras da

comunidade trouxeram uma série de restrições para a prática da agricultura e do extrativismo.

Os pescadores não puderam mais tirar a madeira para construir suas canoas, dificultando as atividades da pesca e devido às restrições, o conhecimento e as técnicas de construção das canoas acabaram se perdendo. Como resultado, atualmente a maior parte dos pescadores trabalha em barcos de terceiros.

A atividade agrícola diminuiu também consideravelmente, pois, em função dos parques, não foi mais permitida a prática tradicional do "pousio", que consiste em abrir uma clareira em floresta virgem, cultivar a terra durante poucos anos e depois deixá-la em repouso, por um longo período, para que se reconstitua.

Com as restrições ambientais impostas pelos parques, as alternativas de subsistência e de geração de renda dos moradores do Camburi ficaram muito limitadas e insuficientes para garantir a adequada manutenção da população.

Atualmente, moram 50 famílias no Camburi e a pesca é a atividade mais importante para a obtenção de alimentos, garantindo também empregos no inverno, quando os pescadores vão trabalhar em grandes embarcações de fora.

O artesanato é praticado por alguns membros da comunidade, que encontram dificuldades para comercializá-lo. Outra alternativa adotada é como caseiros nas casas de veraneio da região ou em obras da construção civil.

Para encaminhar o processo de reconhecimento do direito da comunidade à propriedade das terras que ocupam, os moradores fundaram, em 2001, a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Camburi. O processo de regularização foi iniciado pelo ITESP e em 2002, foram concluídos os primeiros estudos para a identificação dos limites da área a ser titulada.

Outra questão a ser equacionada é a dos parques criados nas terras da comunidade. Como não é possível a titulação de terras inseridas no interior dos parques, a regularização do território do Camburi depende da mudança dos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina e do Parque Estadual da Serra do Mar. O território quilombola deverá ser excluído dos limites dos parques de forma que possa vir a ser titulado em nome da comunidade.

p) Identificação e Caracterização de Tombamentos

A ocupação da região que constitui a área de influência tem características que lhe conferem um papel de destaque no Patrimônio Cultural do país.

Praticamente toda a região litorânea do estado do Rio de Janeiro, assim como a região do Litoral Norte de São Paulo era habitada, antes da chegada dos colonizadores, por populações autóctones. A proximidade com ambientes estuarinos representava um forte fator de atração destas populações em decorrência da facilidade de obtenção de alimentos. Especialmente nas regiões onde se encontram sistemas lagunares, cuja presença é marcante na AI, têm sido descobertos inúmeros sítios arqueológicos em particular sambaquis, acampamentos de pesca e aldeias de grupos horticultores.

O primeiro registro da chegada de portugueses ao Rio de Janeiro faz referência à data de 1º de janeiro de 1502. A cidade foi fundada em 1565, e em 1763 tornou-se a capital do país. Em 1503, uma esquadra portuguesa chegou a Cabo Frio, criando uma fortaleza com o objetivo de explorar o pau-brasil. Niterói foi fundada por Araribóia em 1573. A chegada dos portugueses a Parati ocorreu em meados do século XVI, estendendo-se para o litoral norte de São Paulo. A cidade de Parati foi fundada em 1667 e São Sebastião se emancipou em 1636. A ocupação do Norte Fluminense teve início no século XVII, tendo sido implantado o primeiro engenho de açúcar em terras da atual Campos de Goytacazes em 1650, que em seguida apresentaria um forte desenvolvimento tornando-se importante produtor de açúcar e gado.

A importância da vida cultural da região, em particular do Rio de Janeiro, para a história da cultura, das artes, da música, da literatura, da arquitetura, etc. para o país como um todo é imensa.

A região se encontra na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio de Reserva Natural da Humanidade, além de contar com importantes marcos naturais, considerados patrimônio natural.

Trata-se, portanto, de uma região que apresenta um grande acervo de Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural, tombado pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ou seja, reconhecida como Patrimônio Nacional. Em nível estadual, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat e o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural – Inepac, do Rio de Janeiro reconhecem um grande número de bens presentes na AI como Patrimônio Estadual. A

estes são acrescidos os bens reconhecidos pelas Secretarias de Cultura Municipais como Patrimônio Municipal.

O único bem reconhecido pela UNESCO que se encontra na área de influência é a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Parte considerável deste patrimônio encontra-se na zona litorânea, sujeita, portanto a potenciais impactos do empreendimento. A seguir serão apresentados os principais bens tombados pelo IPHAN, que se localizam nos municípios da área de influência das atividades de perfuração nos blocos BM-S- 56, BM-S-57, BM-S-58 e BM-S-59.

Niterói

Os principais bens tombados pelo IPHAN nesse município são:

- a Fortaleza de Santa Cruz, datada de 1555 e localizada na barra da Baía de Guanabara que abriga o Museu Militar, em Niterói;
- o conjunto arquitetônico e paisagístico da Ilha da Boa Viagem, incluindo a Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, construída no século XVII, e as ruínas de um fortim que fazia parte do sistema defensivo da Baía de Guanabara situada na costa leste da Baía da Guanabara em Niterói;
- as ruínas do antigo convento feminino, Recolhimento de Santa Teresa, que teve início em 1764, que abriga o Museu de Arqueologia em Niterói;

Na região encontram-se ainda 15 sítios arqueológicos identificados, sendo destes 5 sambaquis.

Parati

Os principais bens tombados pelo IPHAN que se encontram em Parati são:

- o forte Defensor Perpétuo que se projeta sobre o mar, em uma elevação à margem esquerda de Rio Perequê-açu, construído antes de 1703, sendo o único remanescente das sete fortificações que outrora defendiam a cidade, em Parati
- o conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade de Parati

Encontram-se na região, ainda, 58 sítios arqueológicos localizados em Parati.

Região Litoral Norte de São Paulo

Os principais bens tombados que se encontram na região do Litoral Norte de São Paulo:

- **A Serra do Mar e de Paranapiacaba é um bem tombado** pelo "seu grande valor geológico, geomorfológico, hidrológico e paisagístico (condição de banco genético de natureza tropical, dotado de ecossistemas representativos da fauna e da flora), e por funcionar como regulador das qualidades ambientais e dos recursos hídricos da área litorânea e reverso imediato do Planalto Atlântico." (site da Secretaria da Cultura do Governo de Estado de Sao Paulo). A área tombada corresponde a 1.208.810 ha e inclui parques, reservas e áreas de proteção ambiental, esporões, morros isolados, ilhas e trechos de planícies litorâneas, distribuídos entre as coordenadas geográficas 4845 e 4400 longitude Oeste e 2315' e 2500' latitude Sul.

- "Bertioga e outros municípios. Ilhas, ilhotas e lajes". Este tombamento incide sobre 10 ilhas (Ilhas da Pedra, Redonda, Pequena, Ponta, Ponta da Aldeia, Peruibe, Boquete, As Ilhas, Palmas e Negro); 7 ilhotas (ilhotas do Sul, Massaguaçu, Ponta do Baleeiro, Itassussé, Juqueí, Ponta do Itapua e Boquete) e 12 lajes (lajes Pequena, Feia, Grande, Dentro, Grande do Perequè, Palmas, Moleques, Apara, Laje, Ponta de Itaipu, Paranapua, e Noite Escura). Essa região implica os municípios de Bertioga, *Caraguatatuba*, Intanhaém, Santos, *Sao Sebastião* e *Ubatuba*.

- O projeto do edifício da Cadeia e Fórum de *Ilhabela*, concluído em 1913.

- Centro Histórico de *São Sebastião*. O tombamento incidiu sobre sete quadras, além de alguns imóveis isolados como a Capela de São Gonçalo e residências, Cadeia Pública, Igreja Matriz, casa térrea à Rua Antônio Cândido e edifício do Grande Hotel.

- Casa como teto pintado ou casa esperança; *São Sebastião*. Casa de meados do século XVIII, de arquitetura urbana colonial.

- Convento de Nossa Senhora do Amparo; *São Sebastião*. Construído em 1637 era ponto de parada de jesuítas em suas viagens pelo litoral.

- Sede da Fazenda Santana; *São Sebastião*. Fazenda representativa dos engenhos de açúcar do século XVIII.

- Edifício Paço da Nóbrega; Ubatuba.

- Residência Irmãos Gomes; Ubatuba. Residência desenhada pelo arquiteto Rino Levi, um dos principais expoentes da arquitetura moderna brasileira.

- Ruínas do Engenho da Lagoinha; Ubatuba. Se supõe que as ruínas de pedras são parte de um antigo engenho pertencente a Fazenda Bom Retiro;

Sede da Fazenda Engenho d'Água; Ilhabela. Antigamente conhecida como fazenda São Matias. Foi construída em meados do século XVIII, no período de produção açucareira do litoral paulista.